

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE- UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOELCI CRISTINA MELO VARGAS

**TRANSMULHERES E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: DESAFIOS DURANTE O
PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO**

LAGES

2017

JOELCI CRISTINA MELO VARGAS

**TRANSMULHERES E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: DESAFIOS DURANTE O
PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPAC), na Linha de Pesquisa 2: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe

**LAGES
2017**

Ficha Catalográfica

V297t Vargas, Joelci Cristina Melo.
Transmulheres e sua relação com a família : desafios durante o processo de transexualização / Joelci Cristina Melo Vargas. – Lages : Ed. do autor, 2017.
122p. : il.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Mestrado em Educação.
Orientador : Mareli Eliane Graupe

1. Educação. 2. Educação e gênero.3. Sexualidade. I. Graupe, Mareli Eliane (orient.) I. Título.

CDD 373

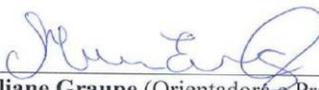
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

MESTRADO ACADÊMICO

Joelci Cristina Melo Vargas**TRANSMULHERES E SUA RELAÇÃO
COM A FAMÍLIA: DESAFIOS DURANTE
O PROCESSO DE
TRANSEXUALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa 2 – Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade

Aprovada em 13 de dezembro de 2017.



Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe (Orientadora e Presidente da Banca Examinadora –
PPGE/UNIPLAC)



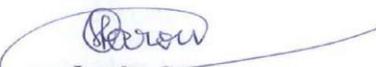
Profa. Dra. Eliane Rose Maio (Examinadora Titular Externa - PPE/UEM)



Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Examinador Titular Interno - PPGE/UNIPLAC)

Profa. Dra. Carmen Lucia Fornari Diez (Examinadora Suplente Interna -
PPGE/UNIPLAC)


Mareli Eliane Graupe
Coordenadora PPGE
Portaria nº 004/2017


Lurdes Caron
Coordenadora Adjunta PPGE
Portaria nº 004/2017

Sou...
Sou lésbica, sou gay,
Sou bissexual,
Sou transexual, sou travesti,
Sou mais que um jogo de letras,
Nem o alfabeto inteiro
consegue me definir!
Sou direitos negados,
Sou corpo e alma violentados,
Sou piada e desprezo,
Sou dor e medo.
Sou AMOR,
Sou luta,
Sou resistência,
Sou LIBERDADE!
Hoje ou qualquer dia,
Vamos todos e todas
Sair do armário
Para entrar no ORGULHO!

(Aline Muras)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ser meu guia em todos os momentos.

Aos meus pais (minha mãe Nina, *In memoriam*), pela educação que me proporcionaram, pelo incentivo, força e exemplos que aplico em todos os segmentos da minha vida.

Ao meu esposo, pelo companheirismo absoluto e por me ajudar continuamente na superação de obstáculos e dificuldades.

À minha filha Vivian, pelos desafios que vivenciamos e pelas muitas vitórias que conquistamos!

Ao meu filho Luís Gustavo, por me surpreender com a naturalidade da aceitação ao diferente. Se a sociedade pensasse como ele, o sofrimento decorrente do preconceito seria evitado!

À Orientadora, Professora Doutora Mareli Eliane Graupe, não somente pela incansável orientação na elaboração deste trabalho, mas principalmente por ser exemplo na busca do conhecimento. Com sua generosidade, compartilha sabedoria, apontando caminhos possíveis de serem trilhados a partir do esforço pessoal. É mesmo Doutora da educação!

Aos membros da banca, Professora Doutora Eliane Rose Maio, Professora Doutora Carmen Lucia Fornari Diez e Professor Doutor Geraldo Augusto Locks, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e a leitura final deste texto dissertativo.

Às pessoas entrevistadas, pela disponibilidade em compartilhar sua realidade de lutas e vitórias.

Aos/as colegas de turma, pela convivência e as muitas trocas de experiências.

A todos/as os/as que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Esta dissertação aborda o tema transmulheres e as suas relações com a família durante o processo transexualizador. Possui como problemática: como a família encara o processo de transexualização de seu/sua filho/a e quais são as dificuldades enfrentadas pela família no processo transexualizador? O objetivo geral consiste em conhecer quais são os desafios que a pessoa trans enfrenta na relação familiar durante o processo de transexualização. O referencial teórico que fundamenta a pesquisa centra-se principalmente nos estudos de Andrade, Butler, Bento, Frigotto, Grossi, Junqueira, Leite Junior, Louro e Pelúcio. Também, discute-se políticas públicas voltadas para a pessoa trans, sendo, em um primeiro momento, direcionada para o normativo do SUS. Em seguida, o Plano Nacional LGBT (2009) e o Decreto nº 2.727 de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A investigação é qualitativa, foi realizada entrevista focalizada, tendo como sujeitos transmulheres e seus familiares. Foram entrevistadas doze pessoas entre os meses de fevereiro e abril de 2017. Utilizou-se a técnica da categorização explicativa para analisar os dados coletados nas entrevistas, resultando em quatro categorias: Transexualidade, Percepção da família, Preconceito e Trabalho. Na categoria transexualidade constatou-se dificuldades da família em compreender a transexualidade: Dos oito familiares entrevistados, sete enfrentaram obstáculos para aceitar o processo transexualizador de seu familiar. Na categoria relação com a família, a falta de informação dos familiares sobre transgênero causa estranhamento e a compreensão se dá aos poucos, resultando do afeto existente nas relações familiares. Na categoria preconceito, se destacam atitudes preconceituosas vivenciadas primeiro na família, seguida da escola e da sociedade, gerando situações de constrangimento que alertam para a importância da luta contra o preconceito. Na categoria trabalho, a vivência do preconceito e consequente exclusão do mercado de trabalho. Enfim, o tema transexualidade exige discussões na escola, na comunidade, nos meios de comunicação, nas universidades, principalmente nos cursos ligados à saúde e à educação, e outras instâncias sociais para que seja entendido e, desta compreensão, resulte a minimização do preconceito. Investir na formação de profissionais da educação e da saúde e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas às pessoas trans significa contribuir para a garantia de seus direitos e a construção da cultura do respeito e da tolerância à diversidade.

Palavras-chave: Transmulheres. Família. Processo de Transexualização. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the subject of transmissions and their relationships with the family during the transsexualization process. It has as problematic: how the family faces the process of transsexualization of his / her child and what are the difficulties faced by the family in the transsexualization process? The general objective is to know what challenges the transgender person faces in the family relationship during the transsexualization process. The theoretical framework that bases the research focuses mainly on the studies of Andrade, Butler, Bento, Frigotto, Grossi, Junqueira, Leite Junior, Louro and Pelúcio. Also, public policies aimed at the trans person are discussed, being, in a first moment, directed to the normative of the SUS. Next, the LGBT National Plan (2009) and Decree No. 2,727 of April 28, 2016, which provides for the use of the social name and recognition of the gender identity of transvestites and transsexuals within the scope of the federal public administration, autarchic and foundational. The research is qualitative, was conducted focused interview, having as subjects transmembrane and their relatives. Twelve people were interviewed between February and April 2017. The explanatory categorization technique was used to analyze the data collected in the interviews, resulting in four categories: Transsexuality, Family Perception, Prejudice and Work. In the transsexuality category, it was found family difficulties in understanding transsexuality: Of the eight relatives interviewed, seven faced obstacles to accept the transsexualizing process of their family member. In the family relationship category, the family members' lack of information about transgendering causes strangeness and understanding comes gradually, resulting from affection in family relationships. In the prejudice category, preconceived attitudes experienced first in the family, followed by school and society, generating situations of constraint that alert the importance of the fight against prejudice. In the work category, the experience of prejudice and consequent exclusion from the labor market. Finally, the topic of transsexuality requires discussion at school, in the community, in the media, in universities, especially in courses related to health and education, and other social instances so that it is understood and, from this understanding, results in minimization of prejudice. Investing in the training of health and education professionals and in the development of public policies aimed at trans people means contributing to the guarantee of their rights and building a culture of respect and tolerance of diversity.

Keywords: Transmulheres. Family. Transsexual process. Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| CNDH | Conferência Nacional de Direitos Humanos |
| CRM | Conselho Regional de Medicina |
| CGMAC | Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade |
| CIB | Comissão Intergestores Bipartite |
| CGSES | Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde |
| CNCD | Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais |
| CFM | Conselho Federal de Medicina |
| DSM | Diagnóstico de Saúde Mental |
| CID | Código de Identificação de Doença |
| DSM III | Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders |
| DF | Distrito Federal |
| DRAC | Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas |
| EMAJ | Escritório Modelo de Assistência Jurídica |
| EMEB | Escola Municipal de Educação Básica |
| ENEM | Exame Nacional de Ensino Médio |
| GECAL | Gênero, Educação e Cidadania na América Latina |
| LGBTI | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos |
| LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais |
| MEC | Ministério da Educação |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PNPCDH | Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais |
| RAS | Redes de Atenção à Saúde |
| SCNES | Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde |
| SC | Santa Catarina |
| SDH | Secretaria de Desenvolvimento Humano |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TGEU | Transgender Europe |
| TIG | Transtorno de Identidade de Gênero |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |
| TRANS | Transexual |
| UNIPLAC | Universidade do Planalto Catarinense |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO | 17 |
| 2.1 GÊNERO | 17 |
| 2.2 IDENTIDADE DE GÊNERO | 20 |
| 2.3 ORIENTAÇÃO SEXUAL/IDENTIDADE SEXUAL | 23 |
| 2.4 A ESCOLA E A SEXUALIDADE | 24 |
| 2.4 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO..... | 26 |
| 2.4.1 Homofobia | 30 |
| 2.4.2 Lesbofobia | 31 |
| 2.4.3 Transfobia | 32 |
| 3 TRANSEXUALIDADE E FAMÍLIAS | 36 |
| 3.1 TRANSEXUALIDADE NO BRASIL | 36 |
| 3.2 TRANSEXUALIDADE: COMPREENDENDO O CONCEITO | 38 |
| 3.3 CONCEITUANDO FAMÍLIA..... | 43 |
| 3.3.1 Parentesco e arranjos familiares | 47 |
| 4 POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTTI | 51 |
| 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOAS TRANS | 51 |
| 4.2 NORMATIVAS DO SUS | 52 |
| 4.3 NOME SOCIAL | 58 |
| 4.4 PLANO NACIONAL LGBT (2009)..... | 61 |
| 5 PROCEDIMENTOS TÉORICO-METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS ... | 66 |
| 5.1 TIPO DE PESQUISA | 66 |
| 5.1.1 Entrevista Focalizada | 66 |
| 5.1.2 Análise de Dados | 67 |
| 5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA | 68 |
| 5.2.1 Participantes da pesquisa | 69 |
| 5.3 COMPREENDENDO AS categorias da pesquisa de campo | 70 |
| 5.3.1 Transexualidade | 70 |
| 5.3.2 Relação com a família | 79 |
| 5.3.3 Preconceito | 89 |
| 5.3.4 Trabalho | 98 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 103 |
| REFERÊNCIAS | 110 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO 1 - Casos de transexuais famosos no Brasil..... | 115 |
| APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE..... | 118 |
| APÊNDICE B - Roteiro de questões para pessoa trans | 122 |

1 INTRODUÇÃO

O tema “gênero e sexualidade” geralmente fascina, e provoca curiosidade falar sobre prazer, desejo e amor. Observa-se que é instigante a discussão sobre o modo como homem ou mulher que se adéquam ao conceito heteronormativo vivenciam a sexualidade, mas essa discussão pode ser constrangedora para pessoas trans.

Sou mãe de uma transmulher que muito me orgulha, por me despertar o interesse de pesquisar sobre transmulheres e sua relação com a família: desafios durante o processo de transexualização. Até chegar ao orgulho de ter essa filha trilhei um longo e desafiador percurso. Foi necessário travar uma batalha emocional entre o luto de perder um filho e o fato de ter à frente uma filha que precisava muito de apoio, da minha ajuda. A batalha emocional envolveu a desconstrução e reconstrução dos meus conceitos sobre diversidade; enfrentar barreiras; preconceitos de uma sociedade cruel que exclui as pessoas LGBTTI. Viver desafios diariamente com minha filha, quebrar barreiras não foi fácil! O caminho percorrido ficou marcado pelas incertezas, angústias, opressões e injustiças em relação às pessoas trans.

No trajeto, vida pessoal e profissional se imbricam, necessitando de uma breve volta no tempo para situar-me profissionalmente e, em seguida, pessoalmente, nos aspectos que levaram a escolha deste tema.

Minha carreira iniciou com meu ingresso, por meio de Concurso Público, no Magistério, e consequente efetivação na EMEB Nossa Senhora dos Prazeres como professora de Educação Física de 1ª à 4ª série, atual Primeiro ao Quarto Ano do Ensino Fundamental 1. Em 1995, concluí o Curso Superior de Letras da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Em 1996, assumi a Coordenação de Esportes na EMEB Nossa Senhora dos Prazeres onde já era efetiva.

Conheci meu esposo em 1989 e, depois de 6 meses, descobrimos a gravidez, o que nos levou ao casamento. No dia 13 de abril de 1991, momento de intensa felicidade, nasceu meu filho. Na sua infância, ele gostava de brincar com bonecas, de fazer desfiles com lençóis e roupas da avó e de arrumar e maquiagem suas amigas e primas. Como mãe, esse comportamento significava apenas uma criança brincando, porque naquela época eu não conseguia perceber sua orientação transexual, até porque não dispunha de nenhum conhecimento sobre o assunto.

No que se refere à escola, até a 5ª série seu comportamento não chamou atenção explícita das suas professoras. A partir da 6ª série, no entanto, começou a enfrentar preconceito por ser um menino diferente do que era esperado para o seu gênero.

Com 17 anos, me disse: - “Mãe, acho que estou gostando de meninos”. O sentimento foi o de que aquela revelação não poderia ser verdade. Fui preconceituosa e, confesso, pela ignorância, o pensamento na ocasião foi: - “Meu filho vai sofrer, não vou ser avó” -, enfim, uma confusão de sentimentos. Estava perplexa! Não sabia o que queria fazer, se olhava para ele ou continuava abraçada a ele, como se aquele momento não estivesse acontecendo. Eu sentia o seu corpo tremer por causa do choro e percebi que meu filho precisava mais de mim do que eu dele. Percebi o quanto confiava em mim, falando comigo sobre seu mundo mais íntimo aos 17 anos. No início não foi fácil. Até então havia criado e educado um filho homem. Através do diálogo, vínculo afetivo, boa vontade e busca de informações a nova relação foi sendo construída, no lugar daquela que foi necessário desconstruir.

Quando meu filho estava com 21 anos, chamou-me novamente para uma conversa: - “Mãe temos que conversar” e ele disse: - “Mãe, penso como você, queria me vestir com suas roupas”. Foi um momento difícil para mim, porém, menos doloroso do que quando me disse que era gay. Explicou que estava no corpo errado, que pensava como mulher e queria ser mulher, apesar de ter o sexo masculino. Novamente a confusão de sentimentos, mas abracei-o e falei: - “Eu te amo, antes de ser sua mãe, sou sua amiga e estou aqui para passarmos por esse momento juntos. Não sei o que fazer nem como fazer e sei que você não sabe também, mas, vamos passar juntos”.

Comecei, naquele dia, a percorrer um caminho de buscas e de autoconhecimento, o luto se transformou em luta e passei a pensar nela como filha, como mulher. Desafios começaram a aparecer, tornando os caminhos e os tempos difíceis de enfrentar, principalmente por conta do preconceito e da discriminação. Passamos a ter uma filha que estava em processo de construção da sua nova identidade. Para ajudá-la, foi necessário construirmos novos conceitos e soluções para as situações que se apresentavam e, como família, caminhamos da desconstrução para a construção de uma nova relação familiar.

Foram anos e buscas intensas. Não sabíamos quase nada sobre o assunto, mas o conhecimento que angariamos nos permitiu crescermos como seres humanos. Como mãe, aprendi a me humanizar mais e a não julgar, a não questionar e a respeitar, a entender que as limitações estão entrelaçadas em nossos pensamentos e sentimentos.

Muitas vezes falei para meus familiares que deveríamos nos preparar para os desafios da vida, porque o que mais importante é ter a família como porto seguro. E disse para minha filha: - “Não tenha medo do que os outros vão falar, seja você, conquiste seu espaço na sociedade, tenha uma postura e saiba se colocar diante das situações”.

Aos poucos, fomos vivenciando o necessário processo de transformação. Minha filha, primeiro, colocou *Mega hair*, depois de um ano fez implante de silicone e iniciou o tratamento com a equipe multidisciplinar para, posteriormente, fazer a cirurgia de redesignação sexual.

Quanto ao pai, meu esposo, sua reação inicial frente à realidade que se apresentava, envolvendo seu filho, foi de espanto e desconhecimento. A princípio se isolou, mas, aos poucos, fruto do vínculo afetivo familiar, foi se construindo em torno do interesse em entender o que o filho estava vivendo. Essa construção aconteceu aos poucos, considerando que para ele não foi nada fácil ter um filho e, de repente, ter uma filha no lugar do homem que criou.

Para ele, foi como assistir à morte do filho e ao nascimento da filha ao mesmo tempo, ambos ocupando o mesmo corpo. Foi necessário que esse pai revisse conceitos muito fortes, decorrentes de sua formação masculina centrada no padrão heteronormativo, cuja cultura mantém bem definidos os papéis do gênero masculino e os que são “próprios” do feminino. Depois de conhecer algumas noções sobre transexualidade, foi entendendo que as mudanças não ocorrem num passe de mágica, porque são processos e com muitos desafios.

A pessoa trans se sente desconfortável em seu corpo e, por isso, precisa passar por transformações que se adéquem a sua mente. Então, eu pensava na sociedade, pois, se para um pai era tão difícil compreender e aceitar essa transformação, como seria em outros espaços? Afinal, o filho que seria daquele momento em diante uma filha não poderia ficar isolada. Ela precisava retomar sua inserção na sociedade, trabalhar, estudar, se divertir, viver como todas as pessoas.

Minha filha desde que tomou a decisão de passar pelo processo de transexualização esteve bastante consciente do preconceito existente na sociedade em relação às pessoas trans. Todos tínhamos essa consciência e meu esposo, muitas vezes, expressou sua preocupação com as atitudes que viriam, muitas delas da própria família e da vizinhança. Com o tempo e a vivência de situações de desafio, de preconceito, velado ou explícito, o vínculo se fortaleceu e, hoje, podemos dizer, caracteriza-se como um bom relacionamento entre pai e filha, pois antes, o relacionamento era de estranhamento e distanciamento.

A partir da experiência vivida, salientamos a importância da discussão em todos os espaços sociais sobre a transexualidade. É uma realidade e, como tal, precisa ser compreendida e respeitada. Sabemos que se trata de abordagem recente, inclusive em termos de divulgação nos meios midiáticos. Exatamente por isso, concordamos que a temática exige discussões para que seja compreendida, podendo, desta compreensão, resultar na minimização

do preconceito, cujo discurso predominante é o heteronormativo. Esse preconceito, vale ressaltar, muitas vezes está presente na própria família e parte de sujeitos mais próximos da pessoa trans.

Partindo de tais considerações, esta pesquisa se propôs entender como a família encara o processo de transexualização de seu/sua filho/a. sabemos que a pessoa trans sofre preconceito e discriminação nesta sociedade patriarcal e heteronormativa, promovendo a transfobia desde o âmbito familiar. Discutir, refletir e repensar ações significa lutar a favor da garantia dos direitos das pessoas trans.

Sou mãe de uma pessoa trans e, também por isso, justifico a escolha do tema como meio de obtenção de conhecimentos científicos que possam contribuir para melhor entendimento da realidade e, ao mesmo tempo, informar outras pessoas trans e suas famílias sobre o processo de transexualização, além de instigar leitores para novas pesquisas.

A problemática desta pesquisa teve como norte o seguinte questionamento: como a família encara o processo de transexualização de seu/sua filho/a e quais são as dificuldades enfrentadas pela família no processo transexualizador de seu/sua filho/a?

Definimos como objetivo geral: conhecer os desafios que a pessoa trans enfrenta na relação familiar durante o processo de transexualização. Resultaram em objetivos específicos: Abordar conceitos relativos ao campo dos estudos de gênero; Pesquisar sobre transexualidade no Brasil; Descrever o processo de transexualização; Identificar políticas sociais voltadas para as pessoas transexuais; Mapear e entrevistar algumas pessoas transexuais e suas famílias.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2003), trata-se de uma coleta de dados sem considerar quantidade, porque nesse método são valorizadas as contribuições do material coletado para as discussões que se pretende desenvolver.

A discussão implicou na construção de um referencial teórico que permitisse estabelecer diálogos entre a teoria e os discursos proferidos pelos sujeitos. Para Gil (1991), o levantamento de um referencial bibliográfico constitui ponto de partida para se discutir e analisar um determinado objeto de pesquisa.

A partir dos objetivos propostos, esta pesquisa fundamentou-se no método da entrevista focalizada, por apresentar a possibilidade de diálogo que facilite a interação entre duas ou mais pessoas, permita a troca de informações e dê sentido à realidade que abrange os sujeitos (FLICK, 2009).

O presente estudo desenvolveu-se na região serrana, no município de Lages-SC. Para a realização do mesmo, primeiramente foram enviados os documentos relativos ao estudo empírico para o Comitê de Ética em Pesquisa, sob o registro nº 1.719.212/2016 (Anexo I), da

Universidade do Planalto Catarinense, informando o período de realização da pesquisa. A Pesquisadora, em conjunto com a Orientadora, elaborou as questões para as entrevistas com as quatro transmulheres e com dois membros da família de cada uma delas, totalizando doze entrevistas, realizadas entre os meses de fevereiro e abril de 2017, sendo a maioria dos entrevistados residente nos bairros Santa Helena, Popular, Coral e Centro, do município de Lages-SC, excetuando-se um familiar, residente em São Paulo, mas que estava em Lages na ocasião da pesquisa e, portanto, apta a participar deste estudo.

As entrevistas foram pré-agendadas por telefone e/ou pessoalmente, conforme o tempo e disponibilidade de cada pessoa, tendo-se, desse modo, o cuidado de não interferir nas suas rotinas. A primeira delas foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2017, na sala do GECAL (Gênero, Educação e Cidadania na América Latina), da UNIPLAC. As demais, aconteceram nas residências das famílias das transmulheres.

A escolha das entrevistadas aconteceu por diferentes caminhos: por intermédio de amizade da pesquisadora com pessoas trans, de redes sociais, como o *Facebook*, e também pela divulgação do projeto de uma transmulher para outra, provocando o interesse de participarem da pesquisa. Nesses casos, as próprias transmulheres buscaram contato e, com elas, dois familiares de cada uma.

O método adotado para a compreensão dos dados foi o da análise de conteúdo qualitativo conforme proposto por Mayring (2007). Este método, segundo o autor, apresenta procedimentos particulares, desenvolvidos a partir da construção de categorias pontuais explicativas resultantes dos dados obtidos. As categorias propõem o entendimento do objeto pesquisado, usando como base de leitura o referencial teórico.

O estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, são abordadas conceituações e fundamentações sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual/identidade sexual, homo-lesbo-transfobia e violência de gênero. O segundo capítulo discute o conceito amplo de transexualidade, transexualidade no Brasil e a transexualidade na família. Políticas públicas voltadas para a pessoa trans é o foco do terceiro capítulo, no qual se destacam o normativo do SUS, Nome Social e o Plano Nacional LGBT (2009). O quarto capítulo traz os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa de campo e a leitura das categorias resultantes dos dados pesquisados. Para finalizar a dissertação, destacam-se as considerações finais, a lista de referências e demais elementos referentes a este estudo.

2 GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Neste capítulo abordamos conceitos de gênero e violência de gênero. Apresentamos uma caracterização da sociedade atual e, neste contexto, o gênero, juntamente com a proposta de repensar a subversão da ordem compulsória de caráter heterossexual predominante na sociedade brasileira que se mantém pela performatividade (BUTLER, 2010). Discutimos, ainda, a questão da violência de gênero, com foco voltado para a pessoa trans.

2.1 GÊNERO

Discutir gênero é ir além da compreensão de que ele é formado pelo masculino e o feminino e que, para cada um, há características e associações referentes que vão desde os brinquedos, como bonecas para meninas e carrinhos para meninos, até o vestuário, azul para homens e rosa para mulheres. É compreender os aspectos que caracterizam o discurso performativo

Em decorrência da performatividade, entendemos as palavras de Butler (2010, p. 6) de que se faz necessário “[...] subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo”. Desse modo, a autora propõe a problematização da ‘natureza biológica’ de homens e mulheres no contexto de nossa sociedade, na qual prevalece uma “ordem compulsória” a exigir coerência heterossexual entre sexo, gênero e desejo ou prática.

A proposta de Butler (2010, p. 25) concentra-se, portanto, em entender gênero, considerando, na ordem compulsória estabelecida na sociedade performativa atual, que esse conceito serve para a reprodução heterossexual. Não há obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo, por isso, “O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”. Dito de outro modo, ele “[...] tem que designar também o aparato mesmo da produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2010, p. 25).

Sob a ótica do discurso performativo, o gênero assume a função de descortinar uma noção de estabilidade, representada pela existência de “dois sexos fixos e coerentes”, que naturalmente se opõem, considerando a existência de outras oposições binárias do pensamento ocidental, como por exemplo, homem-mulher, pênis-vulva. Importante lembrar que isso resulta em uma falsa ordem obtida pela repetição.

Compreender a questão de gênero na sociedade atual, e dentro dela as pessoas trans, passa necessariamente pelo conhecimento sobre sexualidade e gênero. Salienta-se que gênero difere do sexo. Gênero é construído durante toda a vida, portanto desenvolvido continuamente

em um processo de construção e desconstrução. Sexo relaciona-se a características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos e que os definem como macho ou fêmea. Reconhece-se, assim, que a partir de dados corporais e genitais, sexo é uma construção natural, com a qual se nasce. Nas palavras de Louro (2011, p. 63),

[...] há muito que estudiosas feministas procuram demonstrar a especificidade e, conseqüentemente, a distinção entre gênero e sexualidade e, ao mesmo tempo, sua estreita articulação. Entre essas estudiosas, o conceito de gênero surgiu pela necessidade de acentuar o caráter eminentemente social das diferenças percebidas entre os sexos. Apontava para a impossibilidade de se ancorar no sexo (tomado de modo estreito como características físicas ou biológicas dos corpos) as diferenças e desigualdades que as mulheres experimentavam em relação aos homens.

Apesar de só recentemente se ter iniciado uma discussão mais acirrada, principalmente nos meios educacionais e na mídia, sobre as questões de gênero, elas têm sido objeto de discussão antes mesmo da década de 1970, quando os estudos sobre gênero começaram a ganhar força. Nas constatações de Oliveira (2014, p.6)

As questões de gênero vêm sendo discutidas desde os tempos dos movimentos liberacionistas feministas, influenciados pela filósofa francesa Simone de Beauvoir, cujos estudos tomaram força na década de 70, como forma de buscar soluções para a problemática da desigualdade de gênero. Referidos estudos culminaram com a Teoria *Queer* desenvolvida no final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos, estabelecida para a compreensão da forma como a sexualidade é estruturada a ordem social contemporânea, ganhando notoriedade como contraponto crítico aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais.

Sobre a Teoria *Queer*, destaca-se o protagonismo da pesquisadora estadunidense Judith Butler por suas discussões a favor da despatologização das minorias sexuais. Para Salih, Butler promove

[...] a desvinculação/dissociação entre “Gênero”, referente a construção das identidades masculina e feminina; “Sexo”, no aspecto biológico/genético; e “sexualidade”, como o modo como o indivíduo interage com o seu corpo para o seu uso contextualizado no prazer e/ou no afeto. “A obra de Butler tem se preocupado, com a análise e conseqüente desestabilização da categoria “o sujeito” (um processo que ela chama de “uma genealogia das ontologias de gênero”) o que faz com que ela seja vista por muitos como a teórica *queer* por excelência” (SALIH, 2015, p. 18).

No Brasil, estudos relativos à Teoria *Queer* tiveram como pioneira a pesquisadora Guacira Lopes Louro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que articulou a questão para o campo da educação, além de importantes autoras, como Larissa Pelúcio e Berenice

Bento. Essas teóricas vêm, desde a década de 1990, pesquisando a respeito das identidades que não se enquadram aos padrões sociais, a exemplo da homossexualidade, considerada destoante do padrão heteronormativo; e da transexualidade, que foge do binarismo de gênero (masculino e feminino) impositor de papéis, expressões e comportamentos atrelados ao sexo biológico do sujeito (OLIVEIRA, 2014).

Gênero e sexualidade são conceitos culturais repassados de geração para geração. Nesse processo de transmissão cultural, a família possui uma função fundamental na reprodução de conceitos. De acordo com Louro (2011, p.64)

Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a sermos heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina. Enfim, uma porção de espaços e instâncias exercitam pedagogias culturais ou, para o que nos interessa neste momento, exercitam pedagogias de gênero e sexualidade [...]

Entretanto, Louro (1997) esclarece que gênero “[...] não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito feminino ou masculino” (1997, p. 75). Desse modo, entende-se a

[...] a diferença não como um ‘dado’ que preexiste nos corpos dos sujeitos para ser, simplesmente, reconhecido; mas, em vez disso, assumimos que a diferença é sempre atribuída e nomeada no interior de uma determinada cultura. E, é claro, ela é atribuída a partir de uma posição que se toma como referência (LOURO, 2011, p. 65).

Judith Butler (1999), aborda que gênero se constitui a partir de uma “sequência de atos”, existindo, então, como um agente social no interior de determinada cultura. Ainda seguindo a autora o sujeito se constrói por meio de seus atos e está em contínua transformação. Em outras palavras, constrói-se e desconstrói o tempo todo. Assim,

O gênero deve ser considerado como performativo, por não ser uma afirmação ou negação, mas sim uma construção que ocorre através da repetição de atos correspondentes às normas sociais e culturais. Sendo assim, é um modo de subjetivação dos sujeitos, pois, “o eu” nem precede, nem se segue ao processo de atribuição de gênero, mas surge, apenas, no interior e como matriz das próprias relações de gênero. A partir de identidades construídas em contraposições entre elas, surge o favorecimento das desigualdades construídas socialmente, criando oposição ao do sexo que não é o seu (BUTLER, 1999, p. 153).

A compreensão do conceito de gênero possibilita identificar os valores atribuídos a homens e mulheres, bem como as regras de comportamento decorrentes desses valores. Com isso, fica mais evidente sua interferência no funcionamento das instituições sociais, como a escola, bem como transparece a influência de todas essas questões na vida cotidiana das pessoas.

Graupe (2009, p.7) ao definir gênero, considera-o como “[...] um conjunto de expressões sobre aquilo que se pensa do masculino e do feminino”. Desse modo, por meio de símbolos e características reforçadas pela sociedade, são elaboradas as definições para cada sexo desde o nascimento até a morte dos sujeitos. De acordo com a autora, essa iminência entre sexo e gênero torna-se útil no panorâmico das lutas contra a lógica biológica, que reforça as desigualdades entre os sexos e as distinções de cada um, e acaba por separar fazeres e saberes de homens e mulheres.

No contexto da sociedade heteronormativa atual estão as pessoas trans, que caracterizam uma das diferentes identidade de gênero, são também produto de uma cultura e de uma história.

[...] trata-se de uma minoria sexual. Além disso, a marginalidade enfrentada por essa minoria empurra seus integrantes para a invisibilidade, destinando a essas pessoas restritos espaços à margem da sociedade que, por consequência levam o senso comum a equivocadamente confirmar a hipótese da anormalidade/transtorno classificada pela medicina (OLIVEIRA, 2014, p. 5).

Entender as pessoas trans como minoria com anormalidade/transtorno é contribuir para a situação de marginalidade e dificuldades que já enfrentam no próprio processo transexualizador. É torná-las invisíveis e seus direitos humanos, inatingíveis. Trata-se do senso comum equivocado que vai sendo reproduzido e, conseqüentemente, gerando o preconceito.

2.2 IDENTIDADE DE GÊNERO

Pensar identidade de gênero a partir da pessoa trans significa afirmar que ela corresponde ao psicológico de cada um, ao modo como os sujeitos se identificam perante si, como se sentem, independente do sexo biológico. A identidade de gênero consiste, então, em uma construção psicológica da sua condição física. Partindo de tais considerações, a pessoa cisgênero¹ é o indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu gênero. Se sente

¹ Cisgênero é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/cisgenero>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

confortável no corpo que está. Por outro lado, as pessoas transgênero têm sua identidade de gênero diferente do seu corpo e precisam adequá-lo ao que sentem. Existem também as pessoas não binárias (andrógenas), que não se encaixam em um determinado gênero.

De acordo com Jesus (2012, p. 8): “Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico [...]”. Podemos dizer, então, que o gênero está em constante transformação e existem inúmeras maneiras de vivenciá-lo, no entanto, a pessoa trans representa ameaça para as normas de gênero, considerando que transgride os papéis definidos para cada indivíduo.

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E como práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade. A transexualidade representa perigo para as normas de gênero, à medida que reivindica o gênero em discordância com o corpo sexuado (BENTO, 2008, p. 41).

Segundo Butler (2010), as mesmas normas heteronormativas que regulam o gênero também são reguladoras das noções culturalmente inteligíveis de identidade.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de pessoa se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres, cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2016, p. 43).

A pessoa trans vive uma experiência de identidade na medida em que entra em conflito com as normas de gênero. “Alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora dos seus limites” (LOURO, 2001, p. 30). Entretanto, esse arriscar-se tem seu preço, considerando que a falta de conhecimento promove a depreciação das identidades, que ficam vulneráveis à manipulação das opiniões públicas, portanto, vítimas da maioria que compõe o padrão socialmente aceito.

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, coisas esquisitas. A repetição, permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas também são repetições deslocadas do contexto natural do

sexo, a exemplo da transexualidade, que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas [...] (BENTO, 2008, p. 45).

A construção da identidade da pessoa trans se caracteriza por um verdadeiro desafio e exige ousadia desta parcela da sociedade. Em geral, as pessoas trans “[...] ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência” (BENTO, 2008, p. 21).

A compreensão sobre a temática da identidade faz-se necessária, bem como é importante entender que a categoria gênero é constituinte das identidades dos sujeitos, sendo elas “[...] plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 1997, p. 24).

Relevante, portanto, é a compreensão da questão identidade e, dentro desta, a categoria gênero. As identidades são plurais e múltiplas, considerando que os indivíduos podem se transformar e se transformam continuamente.

Graupe situa que “[...] o sujeito da sociedade moderna tinha uma identidade (de classe, raça, sexualidade, nacionalidade, gênero) bem definida e localizada no mundo social” (2009, p. 64), contudo, a identidade de gênero pode ser mudada em qualquer período da vida, porque os sujeitos são passíveis de transformações. Trata-se, segundo a mesma autora, de um processo contínuo e que pode mudar a categoria gênero se os indivíduos assim o desejarem. Isso significa dizer que os sujeitos não são estáticos, portanto, suas identidades não são fixas.

De acordo com Jesus (2012, p. 7):

As pessoas transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam. Uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde pequenas, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão.

Cada indivíduo é único, o que é válido igualmente para pessoas trans. Alguns se sentem desconfortáveis no corpo em que estão, ou seja, não se identificam com seu gênero desde cedo, enquanto outros percebem o desconforto mais tarde. Tal realidade pode ser compreendida se forem consideradas as condições sociais vividas pelo sujeito. A repressão, por exemplo, faz com que as pessoas se retraiam e não expressem seu desconforto com o corpo em que estão. Nesse contexto, alguns casos de suicídio envolvendo pessoas trans podem ser explicados a partir da repressão a que são submetidas as pessoas que têm identidade de gênero diferente do padrão.

Considerando as reflexões sobre gênero e identidade de gênero, portanto aspectos da sexualidade humana e da diversidade que compõe a sociedade atual, entendemos que, se vivemos em uma sociedade plural, o reconhecimento e o respeito à singularidade são fundamentais para a garantia da diversidade sexual, incluindo também o interesse da minoria trans.

2.3 ORIENTAÇÃO SEXUAL/IDENTIDADE SEXUAL

Para compreender os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual é relevante entender que gênero é a construção social do sexo, definido como uma caracterização anatômica e fisiológica dos seres humanos.

Isso significa dizer que “há machos e fêmeas na espécie humana “mas a condição de ser homem ou ser mulher só é realizada pela cultura”, por isso afirmar-se que “as categorias de gênero são hierarquizadas, binárias e relacionais”. Desse modo, quando relacionamos a identidade de gênero com a orientação sexual, estamos incorrendo em erro, porque pessoas transexuais, por exemplo, podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, do mesmo modo como acontece com as pessoas cisgênero (SILVA, 2015, 19).

No entanto, todas as diferenças estão sujeitas à violência, à homo-lesbo-transfobia, ou seja, qualquer atração sexual que não seja heterossexual é alvo de preconceito, mesmo que todas sejam igualmente válidas e reais.

Compreende-se orientação sexual como a atração ou a ligação afetiva que uma pessoa sente pela outra. Pessoas que gostam de pessoas do sexo oposto (homem que se interessa por mulher ou mulher que se interessa por homem) são heterossexuais (ou heteroafetivos). Quando o interesse acontece por alguém do mesmo sexo, a pessoa é denominada homossexual (ou homoafetiva). No caso dos homens, são popularmente chamados de gays, enquanto as mulheres são conhecidas como lésbicas. Existem as pessoas que sentem atração por homens e mulheres, denominadas bissexuais (ou biafetivos). Há também os assexuais, indivíduos que não se interessam sexualmente ou de forma afetiva por nenhum gênero.

A noção de orientação sexual, de modo genérico, refere-se ao sexo ou ao gênero que constitui o objeto de desejo de uma pessoa no qual não está implicado consciência nem intenção, assim como também não necessariamente descreve uma condição da pessoa. Trata-se de algo que apresenta uma grande abertura, portanto, flexibilidade. Esta condição permite diversas interpretações e usos que, por vezes, acabam agregando significados que cristalizam e essencializam a orientação sexual nos sujeitos (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 67).

A orientação sexual não resulta de escolhas racionais dos sujeitos, pela condição do caráter do desejo e o fato de que a experiência social envolve uma grande complexidade. Desta forma, não se fala de opção sexual, já que a dimensão do desejo não cabe numa escolha racional.

De acordo com Heilborn (2004, p. 45), a identidade sexual ganha sentido num contexto histórico-cultural delimitado, ao se ancorar e se impregnar do lugar que a sexualidade ocupa nas sociedades ocidentais, e adquire relevância na composição da identidade do sujeito. Desta forma, a partir da invenção da expressão homossexualidade, na metade do século XIX, se constituem as identidades sexuais na esteira dos discursos médicos e na apropriação política realizada pelos movimentos sociais. “A transexualidade é discursivamente produzida e se transforma em uma questão social relevante que ao ser apropriada politicamente dando visibilidade às identidades sexuais que se contrapunham à heterossexualidade” (LOURO, 2013, p. 25).

[...] ao longo do tempo, a ideia de identidade sexual vai sendo acompanhada por ideias que questionam a fixidez das categorias organizadas tradicionalmente de forma dicotômica (homem/mulher; homossexual/heterossexual) e expõem a crise de uma política que se constrói a partir da identidade homossexual dando espaço para ideias que emergem a partir da teoria *queer* (LOURO, 2013, p. 28).

Neste campo teórico Judith Butler é reconhecida como a disparadora das reflexões *queer*. Como descreve Louro (2013), Butler reafirma o caráter discursivo da sexualidade e, ao mesmo tempo, produz novas concepções sobre sexo, sexualidade e gênero, argumentando que as normas que regulam o sexo dos sujeitos precisam de repetição e reiteração para que se materializem nos corpos. Com isso, a teórica aponta para o caráter performativo implicado no gênero e a importância da linguagem, que não apenas nomeia corpos e sexos, mas constrói, produz, faz corpos e sujeitos.

2.4 A ESCOLA E A SEXUALIDADE

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) - diretrizes elaboradas para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina - que as discussões sobre inserção ou exclusão da temática sexualidade vêm, ao mesmo tempo, quebrando tabus e oportunizando reflexões variadas em diferentes meios. Aliadas a essa temática, entram as questões de gênero que, no decorrer dos últimos anos, constituíram-se tema de debates entre educadores, políticos e sociedade.

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família. Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem (BRASIL, 1997, p. 291).

Quando se nega o direito à discussão sobre gênero, como vem ocorrendo nas altas instâncias governamentais, quando as escolas se recusam a adotar as questões de gênero como conteúdo ou temática cotidiana, quando o Estado evita por todos os meios possíveis registrar a palavra gênero nos documentos oficiais da educação nacional e quando professores se omitem ou recusam a estabelecer discussões sobre gênero nas suas salas de aula, isso significa que ainda há muito o que aprender e aceitar no que diz respeito às questões de gênero.

Instituições escolares são espaços educacionais e de socialização e, neles, diferentes sujeitos convivem diariamente, por isso se configura como um espaço no qual as questões de gênero e sexualidade precisam ser discutidas na perspectiva do combate às violências de gênero, como homofobia, lesbofobia e transfobia. Ao omitir as temáticas de gênero e sexualidade, a escola reproduz o preconceito, a homofobia, a transfobia. Incluir temáticas de gênero significa conhecer como nossos corpos e nossa sexualidade são elaborados pela cultura, prevenir a gravidez precoce, combater a desigualdade de gênero.

Muitos são os entraves para a inserção de discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero. Um desses entraves mais recentes é o projeto do Escola Sem Partido. A respeito da forma de expressão, o movimento se utiliza de:

[...] linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas”, e expande-se por meio de memes, “imagens acompanhadas de breves dizeres”, por “quatro elementos principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos”. Contém estratégias discursivas fascistas que se propagam por meio de “analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor”, tratando-o como “um monstro, um parasita, um vampiro” na forma de memes ofensivos, incluindo Gramsci e Paulo Freire. Instalam um “clima de denunciamento” e “um discurso de ódio” (FRIGOTTO, 2017, p. 9).

Em razão dessas características, e do avanço dessa ideologia conservadora e de ataque a direitos conquistados constitucionalmente, dentre outros a Parada LGBT, fundamentados nos Direitos Humanos, faz-se urgente superar a visão teórica e prática sexista na escola,

permeada pelo preconceito e exclusão. Entretanto, desenvolver essa proposta na escola requer planejamento e, principalmente, reflexões.

A consequência dessa prática tende a se ampliar para a sociedade, considerando que o/a aluno/a utiliza e vivencia fora da escola os conhecimentos que adquire dentro dela. Por certo, a longo prazo, as mudanças na sociedade podem acontecer, mas trata-se de árduo caminho, pois a visão patriarcal, sexista e performativa tem raízes fortes, difíceis de serem arrancadas. A escola, instituição social responsável pela formação integral de alunos e alunas, não pode se eximir da discussão sobre sexualidade e questões de gênero. Falar sobre gênero e sexualidade nesse espaço é uma forma de torná-lo mais inclusivo, sem anular as diferenças entre os indivíduos.

Entretanto, há desafios a serem superados, dentre eles a forte influência religiosa nas casas legislativas que atuam como grupos de pressão contra legislações favoráveis aos direitos da diversidade. No mesmo sentido, o Escola Sem Partido tenta inviabilizar e mesmo criminaliza as iniciativas educacionais “[...] que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual (na escola e na sociedade), o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia”. Também há uma ofensiva destrutiva em relação aos livros didáticos, em tons de “denúncia e alarmismo”. No entanto, ressalta Frigotto, existe todo um campo de estudo de apoio aos docentes e que pode propiciar instrumentos aos/às alunos/as para conhecer e discutir “o ensino de questões sensíveis” (FRIGOTTO, 2017, p. 13).

O enfrentamento de situações de opressão exige luta, foco e união na busca da superação de temas sensíveis. Trabalhar a questão de gênero na escola requer o engajamento de todo o corpo docente com a causa, atuando de forma compromissada com essa questão social, que necessita ser desnudada, discutida, compreendida e respeitada.

2.4 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Conceituar violência de gênero implica compreender que ela “[...] é produzida e reproduzida nas relações de poder de uma sociedade heteronormativa, e, quando a ordem masculina se sente ameaçada, a violência aparece como um mecanismo que tem o poder de manter a ordem estabelecida” (LISBOA, 2005, p. 3). Falar de violências de gênero requer que se considere, portanto, a questão da heteronormatividade. Nas palavras de Louro (2011, p.67).

[...] em relação à heteronormatividade, ou seja, a reiteração da heterossexualidade obrigatória, talvez se possa dizer que esse processo, em nossa cultura, é exercido de modo mais intenso ou mais visível em relação ao gênero masculino. Desde os primeiros anos de infância, os meninos são alvo de uma especialíssima atenção na construção de uma sexualidade

heterossexual. As práticas afetivas entre meninas e mulheres parecem ter, entre nós, um leque de expressões mais amplo do que aquele admitido para garotos e homens. A intimidade cultivada nas relações de amizade entre mulheres e a expressão da afetividade por proximidade e toque físico podem borrar possíveis divisórias entre essas relações de amizade e relações amorosas e sexuais. Daí que a homossexualidade feminina pode se constituir de forma mais invisível. Não que ela seja fácil ou que não experimente discriminações. [...]

Para Louro (2011), o processo heteronormativo é mais visível em sua ação sobre os sujeitos masculinos e se evidencia, frequentemente, associado à homofobia. O discurso e as práticas heteronormativas que constituem o processo de masculinização implicam na negação de práticas ou características referidas ao gênero feminino, e essa negação se expressa, muitas vezes, por uma intensa rejeição ou repulsa das práticas e marcas femininas. Na representação da masculinização, a vida sexual ativa heterossexual parece ser um elemento recorrente, não acontecendo o mesmo em relação à feminilidade. Um exemplo disso é o quanto a impotência sexual se constitui ameaça grave à identidade masculina.

Podemos dizer que os discursos e as práticas envolvidas no processo de masculinização são permeados pela preocupação em afastar ou negar qualquer vestígio de desejo que não corresponda à norma sancionada. “O medo e a aversão pela homossexualidade são cultivados em associação à heterossexualidade” (LOURO, 2011, p. 67).

Considerando o exposto, dificuldades com relação à homossexualidade aparecem com frequência e situações se complicam ainda mais quando se tornam visíveis outras formas de viver a sexualidade e os gêneros, além da performatividade.

A homossexualidade não é aceita ou entendida na sociedade porque destoa do que prega o discurso heteronormativo. Também não são aceitas outras formas de viver a sexualidade e gêneros, porque, aos olhos da sociedade, são diferentes os/as que não seguem ou se adéquam à regra estabelecida e, por isso, precisam ser combatidos/as.

Resulta desse cenário a relevância da discussão sobre as diferentes formas de viver o masculino e o feminino como propõe Louro (2011). É da reflexão que se formam a compreensão, a conscientização e a mudança necessárias para o respeito e a aceitação das diferentes formas de ser e estar no mundo.

O mundo do privado e do doméstico; as muitas formas de viver o feminino e o masculino, a família, as relações amorosas, a maternidade e a paternidade; o erotismo e o prazer fazem-se teses, escrevem-se livros, realizam-se seminários e cursos. No campo da Educação, por exemplo, passamos a analisar as pedagogias da sexualidade exercidas pelo cinema e pelas revistas masculinas ou as revistas de boa forma, pelos quadrinhos e desenhos animados, pelos blogs e pelos livros de autoajuda, pela publicidade ou pelos

bailes da terceira idade. Examinamos currículos e programas escolares, brinquedos, jogos, salas de bate-papo virtuais como espaços onde se constroem identidades de gênero e sexuais. Ampliou-se e complexificou-se, profundamente, o âmbito da pesquisa educacional. Os campos teóricos que se constituíram a partir de ou em conjunto com os movimentos sociais tiveram e continuando tendo efeitos imensos. Minha aposta é que as transformações trazidas por esses campos ultrapassam o terreno dos gêneros e da sexualidade e podem nos levar a pensar, de um modo renovado, não só a educação, mas a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo (LOURO, 2011, p. 69).

A discussão de teorias resultantes de movimentos sociais consiste em alimentar a esperança de construção de um mundo no qual todos possam ser o que desejarem. Entende-se que todas as pessoas são diferentes, no entanto, na vivência em sociedade, nem sempre isso é considerado. As pessoas que não se enquadram nas perspectivas do imaginário social em relação às normas de gênero e às representações sociais do masculino e do feminino são discriminadas.

Pessoas transgênero/as são sujeitos sociais, compõem a sociedade e revelam a diversidade que a mesma comporta. Contudo, o modelo de sociedade dominante tende a negar e excluir as diversidades humanas e a valorizar a homogeneização do ser, assim, os processos sociais de normatização desqualificam e até mesmo excluem essa diversidade do convívio social, taxando de inferior tudo o que fugir ao padrão, à heteronorma.

Dados estatísticos preocupam por caracterizarem a realidade de uma sociedade heteronormativa e, por isso mesmo, preconceituosa, que necessita ser superada, tendo claro a necessidade de se promover a cultura da boa convivência com a diversidade. Nesse contexto, a escola constitui-se como importante veículo desta cultura.

Para entendermos a proporção das dificuldades enfrentadas por pessoas trans, cabe observar preocupantes estatísticas. Essa realidade reflete a concretização do discurso heteronormativo, portanto, o ódio e a repulsa por tudo o que não obedeça à linearidade.

Estatísticas dos últimos seis anos, evidenciam o Brasil como um dos países que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero. [...]. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado, em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos (na gestão da Dilma era Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e atualmente foi extinto) apontou o recebimento, pelo Disque 100, de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), envolvendo 4.851 vítimas. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 166% no número de denúncias – em 2011, foram contabilizadas 1.159 denúncias envolvendo 1.713 vítimas. Segundo o relatório, esses números apontam para um grave quadro de violência

homofóbica no Brasil. “Foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia e, durante o ano de 2012/13, 29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica”, diz o documento (CAZARRÉ, 2015, p. 1).

Reduzir as estatísticas que refletem uma cultura de intolerância ao diferente do estabelecido na sociedade brasileira, ou seja, daquilo “próprio” do masculino e o que seja “apropriado” para o feminino é uma necessidade. Sabemos, entretanto, que não acontecerá de um dia para o outro, pois, o discurso heteronormativo está enraizado e continua sendo reproduzido principalmente pela família. Somente com muitas discussões que promovam a compreensão do tema homofobia como uma postura negativa haverá possibilidade da mudança necessária, isto é, da tolerância que gera a harmonia, a boa convivência e, com isso, a diminuição das estatísticas sobre violência homofóbica.

Muito ainda precisa ser enfrentado para se chegar a um mínimo de dignidade e respeito às diferentes identidades de gênero, cujos indivíduos são igualmente integrantes da sociedade. A homo-lesbo-fobia evidencia que as pessoas, ao exercerem o preconceito, esquecem, por exemplo, que a pessoa transgênero vivencia outros aspectos de sua humanidade, além dos relacionados à sua identidade de gênero: não se trata só e unicamente de uma pessoa transexual. Vai além disso, como o é para todos os indivíduos, ou seja, a pessoa trans tem raça, classe, origem geográfica, religião, idade, uma história de vida com muitas experiências, portanto, para além da transexualidade (JESUS, 2012).

A homo-lesbo-transfobia é entendida como uma realidade que limita os direitos e a liberdade, viola a dignidade, ataca a integridade física e provoca mortes em todo o mundo. Enfim, fere brutalmente a garantia dos direitos humanos das diferentes identidades de gênero. Sobre a questão de garantia de direitos, Junqueira (2009, p. 172) contribui neste estudo com sua reflexão:

[...] analiso estratégias discursivas adotadas por agentes públicos colocados diante de propostas voltadas a promover o reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Ao problematizar argumentos e perquirir modos de interpelação de matrizes de enunciações, observo que tais estratégias, nos contextos aqui analisados, não apenas reverberam ditames da heteronormatividade, mas também revelam um “estado de negação” em relação às iniquidades geradas pela homofobia e pelo heterossexismo. Inicialmente, vale lembrar que, em cenários caracterizados por fortes embates em torno dos direitos humanos, não surpreende que aqueles que aderem à “cultura dos direitos” nem sempre se mostram dispostos a fazer um diálogo mais aprofundado ou a adotar medidas que favoreçam o avanço dos direitos sexuais. Tais atores revelam uma indisposição que parece ser mais alta quanto mais os direitos sexuais são pensados a partir de pressupostos plurais, ou seja, ensejando a construção e a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento de preconceitos e

de discriminações por orientação sexual e identidade de gênero, bem como a desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam e estigmatizam identidades e práticas sexuais.

Tais atitudes apontadas pelo autor tendem a gerar consequências desastrosas. Uma percepção desconexa em relação às homossexualidades, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTTI), pode se transformar em convicções permeadas pelo discurso heteronormativo e desencadear ações de preconceito contra esses sujeitos, tal como se tem presenciado na mídia com frequência.

[...] em relação à heteronormatividade, ou seja, a reiteração da heterossexualidade obrigatória, talvez se possa dizer que esse processo, em nossa cultura, é exercido de modo mais intenso ou mais visível em relação ao gênero masculino. Desde os primeiros anos de infância, os meninos são alvo de uma especialíssima atenção na construção de uma sexualidade heterossexual. As práticas afetivas entre meninas e mulheres parecem ter, entre nós, um leque de expressões mais amplo do que aquele admitido para garotos e homens. A intimidade cultivada nas relações de amizade entre mulheres e a expressão da afetividade por proximidade e toque físico podem borrar possíveis divisórias entre essas relações de amizade e relações amorosas e sexuais. Daí que a homossexualidade feminina pode se constituir de forma mais invisível. Não que ela seja fácil ou que não experimente discriminações. [...] (LOURO, 2011, p. 67).

Podemos dizer que os discursos e as práticas envolvidas no processo de masculinização são permeadas pela preocupação em afastar ou negar qualquer vestígio de desejo que não corresponda à norma sancionada. “O medo e a aversão pela homossexualidade são cultivados em associação à heterossexualidade” (LOURO, 2011, p. 67).

Diante dessas reflexões, identificamos que a sociedade brasileira é constituída pela diversidade sexual e de gênero/identidade de gênero, portanto, carece de reconhecimento para que a cultura do preconceito seja desestabilizada.

2.4.1 Homofobia

A homofobia, que se concretiza na violência, reflete a força do discurso heteronormativo frente às minorias com identidades de gênero em desacordo com o estabelecido. A violência reflete que o/a autor/a da atitude é fruto de um discurso heteronormativo e, por isso, percebe as diferentes identidades de gênero como anomalias da sociedade.

Faz-se relevante, neste momento histórico de negação de direitos e conquistas, discutir sobre homofobia e reconhecê-la como um problema real na sociedade atual. Isso significa considerá-la como algo que vai além da hostilidade, porque decorrente de um discurso sexista

e heteronormativo reproduzido constantemente há longo tempo nesta sociedade. Frequentemente, são veiculadas notícias de casos de homofobia. Esta realidade consiste em grande preocupação, considerando que ela se propaga na sociedade e tende, se não combatida, a se tornar algo ‘natural’, o que não o é, de forma alguma. A identidade de gênero não torna um indivíduo inferior, por isso, atitudes homofóbicas precisam ser banidas da sociedade.

O termo “homofobia” é comumente usado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (JUNQUEIRA, 2009, p. 2).

A homofobia caracteriza-se como problema que afeta a todos/as, heterossexuais ou não. É, portanto, uma questão a ser discutida amplamente e de forma urgente, com destaque para a importância da escola nesta discussão em todos os níveis e modalidades educacionais.

Cabe à escola trabalhar a questão de gênero, condição fundamental para que ela “[...] não reproduza ou amplie as situações de desamparo e hostilidade a que muitos/as jovens homossexuais, bissexuais e transgêneros estão submetidos/as em seus ambientes familiares” (JUNQUEIRA, 2009, p. 7).

Não somente a escola precisa trabalhar a homofobia, toda a sociedade precisa estar envolvida na causa que diz respeito a todos os indivíduos, sem exceção. Um aspecto relevante que tenderia a auxiliar nessa discussão é a criação de políticas públicas que discutam o problema. Também se considera fundamental a elaboração e a prática de uma legislação mais rígida, visando coibir atitudes homofóbicas.

2.4.2 Lesbofobia

É a aversão à mulher que possui orientação sexual. Essa aversão caracteriza uma reprodução do discurso heteronormativo, pois, foge à coerência na ótica deste discurso.

As manifestações e atos de violência contra lésbicas se baseiam na ideia de controle e dominação sobre os corpos das mulheres, atitude que tem sua raiz no discurso heteronormativo que confere ao homem esse poder. Partindo desse ponto de vista, aqueles/as que agredem mulheres lésbicas refletem um comportamento performativo, repetindo na ação o que aprenderam no meio social e cultural de onde vêm. Na visão do/a agressor, a mulher só

pode se relacionar com heterossexuais, assim, a violência, seja ela física ou verbal, evidencia a repulsa da prática que não é coerente em sua totalidade entre sexo e gênero.

A lesbofobia, além da violência e da hostilidade, inclui outras formas de negatividade, como negar o desejo da mulher, a formação de um casal, tirando-lhe qualquer direito. Nesse discurso e práticas, o que deve prevalecer são as normas pré-estabelecidas pela sociedade heteronormativa, machista e sexista.

As mulheres lésbicas são invisíveis na sociedade. Sua luta, embora tenha semelhanças com a dos homens gays, tem questões tão particulares que formariam uma enorme lista, caso fossem enumeradas. A lesbofobia caracteriza uma tragédia diária na vida de várias meninas e mulheres lésbicas e, além da violência e hostilidade, essa prática provoca medo constante nas mulheres de amarem outras mulheres. Trata-se de uma violência que nega o próprio desejo da mulher, machuca, julga para agradar a uma sociedade heteronormativa, que castiga aquelas que não seguem o padrão preestabelecido.

É fato que não há políticas públicas para mulheres lésbicas e, que não existem dados para fazer levantamentos necessários para que se possa criar qualquer política pública. Não se sabe as formas mais frequentes de violência que as mulheres lésbicas sofrem, nem por onde andam e como estão se relacionando com sistemas de saúde e educação, por exemplo. Em síntese, as mulheres lésbicas são ignoradas pelo Estado.

Homofobia e lesbofobia são palavras distintas que atingem sujeitos distintos. Não é possível simplesmente colocarmos todos no mesmo cadinho e acreditarmos que está tudo bem, porque não está. Mulheres são estupradas, estranguladas, rechaçadas porque amam outras mulheres e isso é proibido aos olhos heteronormativos. “Homem pode, mas não pode ser ‘afeminado’ ou afetado. Bem como a fobia que homens e mulheres transexuais sofrem, também são distintas de homofobia e lesbofobia. Esse não é mais um termo inventado só para aumentar a lista de palavras no dicionário” (HIPÓLITO, 2017, p. 1). A invisibilidade da lésbica na sociedade é fruto do pensamento sexista e heteronormativo que ressalta o poder masculino, e assim deve permanecer.

2.4.3 Transfobia

Refere-se à aversão ou discriminação contra pessoas trans (transexuais, transgênero ou travestis) baseada na expressão de sua identidade de gênero. Além de estarem no topo dos *ranking* LBGT de agressões físicas e homicídios, elas/es enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, no acesso a serviços públicos (por não reconhecerem por sua identidade) ou

mesmo quando tentam mudar documentos de identificação para a forma como querem ser reconhecida/o (LOHANNE, 2014).

Dados estatísticos preocupam, por caracterizarem a realidade de uma sociedade heteronormativa e, por isso mesmo, preconceituosa, que necessita ser superada na ideia de que o sexo, o gênero e o desejo ou prática devem ser coerentes na heteronormatividade (BUTLER, 2010). Cabe também a promoção da cultura da boa convivência com a diversidade e isso está nas mãos de toda a sociedade. Conforme entende Jesus (2012, p. 9), “[...] é imprescindível” à pessoa transexual “[...] viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos”.

Em relação à violência contra pessoas transexuais, trata-se de situação muito preocupante, que reflete a concretização do discurso heteronormativo de ódio e repulsa a tudo o que não obedeça ao padrão e à linearidade corretos, de acordo com esse preceito, do qual decorre a homofobia ou transfobia, termo que designa a violência de gênero vivida por pessoas trans.

Os/as transexuais, vítimas de violência de gênero na família, se deparam com o seu engessamento, uma vez que a sua condição social é diversa de sua identidade sexual, inibindo o seu maior direito, que é a condição de realizar-se e de ser feliz. É imperativa a discussão sobre a violência de gênero que se dá no seio familiar, assim como em outras instâncias da sociedade. Os danos dessa violência para a pessoa trans podem ser extremamente dolorosos, com consequências para a vida dos indivíduos. A violência de gênero praticada no ambiente familiar da pessoa trans faz com que se sinta desprotegida, desamparada, o que agrava a situação de conflito que vive, decorrente da necessidade de assumir sua identidade de gênero e dos desafios encontrados na sociedade heteronormativa. Desse modo, a pessoa trans sofre na família e na sociedade a exclusão, a segregação e a violação de sua integridade.

Dentre as consequências da violência de gênero exercida pela família e a sociedade estão a estigmatização e a inferiorização que invisibilizam a pessoa trans, negando-lhe direitos fundamentais. Entendemos, portanto, a necessidade de campanhas e de políticas públicas governamentais que promovam a conscientização sobre os direitos das pessoas trans, que incidam, principalmente, sobre as famílias e a importância de sua ação formadora sobre o transexual. A família necessita compreender sua função de apoio, respeito, solidariedade e amor nessa transição, para que não ocorra, já na família, sua inferiorização. Importante lembrar que o *bullying* intrafamiliar contra o transexual fere seus direitos da personalidade e

os direitos fundamentais de integridade psicofísica, bem como, o direito à dignidade inerente a todos os seres humanos (CARDIN, BENVENUTO, 2012).

A violência de gênero praticada contra o transexual, seja no ambiente familiar ou em outras instâncias da sociedade, marca negativamente a autoestima, muitas vezes já baixa em função do conflito vivido num contexto heteronormativo. Assim, minimizar o preconceito contra gêneros consiste em trilhar um longo caminho, porque, apesar dos avanços - como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso do nome social para transgêneros, permitido hoje por todos os cartórios do país e o reconhecimento dos parceiros para fins de previdência social, e da criminalização da “Homo-lesbo-transfobia” -, há muito o que construir, considerando a resistência dos fortes valores do discurso heteronormativo arraigados na atual sociedade. “Transmulheres adotam nome, aparência e comportamentos femininos e desejam ser tratadas como qualquer mulher. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos e desejam ser tratado como qualquer homem” (JESUS, 2012, p. 8). Todos os indivíduos são sujeitos de direitos, incluindo as pessoas trans. Desse modo, numa sociedade preconceituosa tal como a brasileira, urge a construção cotidiana da cultura do respeito à diversidade.

Necessário ainda se faz conhecer as especificidades da pessoa trans, conforme explica Jesus (2012, p. 9):

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente, portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice-versa. Ou seja, nem toda pessoa transexual é gay ou lésbica, a maioria não é, apesar de geralmente serem identificados como membros do mesmo grupo político, o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo, o que não se relaciona com sua identidade de gênero. Não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais.

Entender a pessoa trans significa vê-la não a partir de seu sexo biológico, mas da sua identidade de gênero, o que resulta em subverter a ordem compulsória reproduzida pela sociedade heteronormativa. Compreender os conceitos de gênero, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, homofobia, lesbofobia, transfobia e toda a implicação prática torna-se um imperativo formativo-educacional, tendo em vista as mudanças necessárias no contexto de uma sociedade a caminho da democracia e da garantia dos direitos humanos para todos.

Transexualidade e a posição da família diante do processo transexualizador é o foco da abordagem do capítulo seguinte, tendo por foco a família como instituição à qual compete preparar o indivíduo para a vida em sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de sua personalidade.

3 TRANSEXUALIDADE E FAMÍLIAS

Neste capítulo, abordamos a transexualidade e a posição da família diante do processo transexualizador. A instituição social família, em qualquer de suas configurações, tem como função desenvolver a personalidade dos seus membros, pois, se constitui no primeiro grupo social do qual a pessoa participa. Na medida de seu desenvolvimento, o sujeito irá ampliar seu círculo social, integrando-se gradativamente à sociedade mais ampla. Desse modo, a família se caracteriza como a instituição que prepara os indivíduos para a convivência em sociedade.

No contexto da sociedade estão as pessoas trans, dentre outras identidades de gênero. O modo como esses sujeitos serão percebidos e tratados depende muito das concepções que a família possui acerca das identidades de gênero. Se nela são cultivados valores do discurso heteronormativo, esses valores são internalizados pelos membros dessa família, ou seja, todo comportamento que foge ao definido como “normal” para o gênero feminino e o masculino é classificado como “anormal”, portanto, objeto de preconceito. Dito de outro modo, exige-se um comportamento performativo. Contudo, a transexualidade é uma questão de identidade. A pessoa trans possui o sexo biológico masculino ou feminino, entretanto, seu gênero, isto é, sua construção social, não está em acordo com seu sexo.

3.1 TRANSEXUALIDADE NO BRASIL

Conforme destacado por Segatto (2002), no Brasil, a questão da transexualidade virou notícia na comunidade médica em virtude da primeira cirurgia de transgenitalização realizada em solo brasileiro, efetuada pelo médico Roberto Farina, em 1971, em São Paulo. O destaque ao caso é explicado pela natureza da cirurgia, mas também por suas consequências judiciais. O referido médico chegou a ser condenado por lesões corporais. Esse fato leva à reflexão sobre o poder do discurso heteronormativo na sociedade brasileira, discurso que desconsidera o sofrimento vivido pelo sujeito que não se sente confortável no corpo em que nasceu e, por isso, necessita de ajuda médica. Muitas vezes, há necessidade da cirurgia, do tratamento hormonal. A troca de nome configura o aspecto legal da transexualização.

De acordo com Leite Júnior (2008), tanto o fato de ser um caso recente e inédito no Brasil quanto a relação que se fazia entre transexualidade e homossexualidade, abominada pela sociedade e suas instituições, foram fatores determinantes para a repercussão do caso e, também, para que setores da sociedade começassem a pensar nessa questão para além do preconceito e do padrão heteronormativo.

Na década de 80, diferentes mídias, principalmente a televisiva, tiveram papel importante na divulgação da transexualidade no Brasil, quando Roberta Close, transmulher, teve sua imagem amplamente explorada em programas de auditório e capas de revistas. A história vivida por Roberta Close, modelo, constitui exemplo recente do quanto o que foge à regra estabelecida, ou seja, é “anormal”, causa especulação e impacto (CFM, 1997).

Passado o impacto dos primeiros casos de transexualidade, no ano de 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu a Resolução 1.482/97, que aprovava e regulamentava a realização das chamadas “cirurgias de transgenitalização”.

Essa Resolução vigorou até 2002 quando foi revogada pela Resolução 1.652/2002, que trouxe algumas alterações. Por sua vez, em 2010 a Resolução 1.652/2002 também foi revogada, passando a vigorar a partir de então a Resolução 1955/2010. Em 2008, por meio da Portaria 1.707/2008, o Ministério da Saúde instituiu que as cirurgias de transgenitalização fossem custeadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Na mesma ocasião, a Secretaria de Atenção à Saúde emitiu a Portaria 457/2008 que traz as regulamentações de tratamento da transexualidade pelo SUS. [...]. Atualmente as práticas de atenção à saúde de pessoas transexuais no Brasil são realizadas por diversos serviços assistenciais vinculados às universidades públicas (BENTO, 2008, p. 16).

De acordo com a Portaria 457/2008, no Brasil, quatro unidades foram habilitadas para realizar esse tipo de cirurgia pelo SUS, sendo definidas como Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. Essas unidades são: o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); o Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e o Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás (UFG), (BENTO, PELÚCIO, 2012).

A questão da transexualidade no Brasil avança ao considerarmos as resoluções e portarias que regulamentam a cirurgia de transgenitalização pelo SUS. Atualmente, também há campanhas visando a retirada da transexualidade do DSM e CID.

[...] são mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul que estão engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID. As mobilizações se organizam em torno de cinco pontos: 1) retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID-11; 2) retirada da menção de sexo dos documentos oficiais; 3) abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas *intersexo*; 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e 5) luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 4).

A socióloga Berenice Bento, principal referência de estudos sobre a transexualidade apresenta em seu estudo “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, a experiência transexual fora dos marcos e perspectivas teóricas patologizantes. No pensamento da autora, transexualidade é uma questão de identidade de gênero, entretanto, essa identidade não é definitiva. Assim, “[...] não há uma identidade transexual, mas posições de identidade, pontos de apego temporários que, simultaneamente, fixam e deslocam os sujeitos que vivem a experiência transexual” (BENTO, 2006, p. 25).

3.2 TRANSEXUALIDADE: COMPREENDENDO O CONCEITO

Transexualidade se refere ao sentimento de desacordo entre o sexo biológico e identidades de gênero, ou seja, as pessoas transexuais querem viver como uma pessoa do sexo oposto ao do seu nascimento. Se for homem, deseja viver como mulher e vice-versa e, nesse caso, a transexualidade constitui-se em mais uma identidade de gênero. Nesse sentido, para explicitar a concepção desse termo, podemos indicar que a mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher, enquanto o homem transexual condiz à pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem.

Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens. Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos (BENTO, 2006, p. 156).

Podemos afirmar que a contribuição do trabalho de Berenice Bento (2006) é incontestável na compreensão do processo de transexualidade como experiência localizada no gênero. As cirurgias de transgenitalização e as outras mudanças que acompanham o processo transexualizador nada revelam sobre a orientação sexual do sujeito. A reivindicação dos/as transexuais é, sobretudo, o reconhecimento como membro do gênero com o qual se identificam, o qual estaria em discordância com suas genitálias.

A transexualidade vem ganhando projeção na medida em que vem sendo discutido nos meios acadêmicos e outras instâncias da sociedade, conseqüentemente, alargando as fronteiras do gênero. A discussão do tema é fundamental para o avanço da garantia dos direitos da pessoa trans, assim como a superação do preconceito, velado ou não, instalado na sociedade

brasileira. “Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado, em vez de questionado, é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando a margem do Estado” (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 577).

Os discursos médicos sobre transexualidade têm o poder de fazer com que as pessoas trans assumam o modelo biomédico que as patologiza, tanto no plano físico, no caso de indivíduos que desejam se submeter à cirurgia de redesignação sexual, como no plano mental, que as diagnostica como pessoas afetadas por um transtorno de identidade de gênero, e as faz se submeterem ao aparato médico regulador, uma vez que, atualmente, na maioria dos países, continua sendo necessário passar pela cirurgia de redesignação sexual para a obtenção do reconhecimento legal e social de sua identidade de gênero (ÁVILA, GROSSI, 2010). Em outras palavras, isto significa que os/as transexuais se pensam a partir de saberes científicos que extraem a explicação de si mesmo/a e a legitimação de seus atos individuais e coletivos na área social e na área política.

A patologização e a medicalização da transexualidade tornam esses sujeitos “doentes”, sendo que não existe nenhuma espécie de controle por parte dos mesmos, pois que são submetidos a decisões dos profissionais de saúde, nem lhes é permitido viver sua identidade de gênero como desejam, uma vez que não possuem reconhecimento social. Se não possuem o reconhecimento legal da sua condição, não podem adotar o nome oficial condizente com sua identidade de gênero. Tais condições tornam esses sujeitos vulneráveis a preconceitos e estigmas (ÁVILA, GROSSI, 2010).

Vários autores contemporâneos criticam e problematizam a definição da experiência ou condição transexual como ‘anormal’, apontando para novas classificações sociais da experiência trans, marcadas pela emergência das teorias *queer*.

De acordo Leite Júnior (2008, p. 25), “[...] definições únicas e definitivas sobre corpos e identidade sexuais e seus limites entre masculinidades e feminilidades nunca existiram, variando conforme os grupos e os discursos (médicos, religiosos, políticos) mesmo em uma época específica”.

O nascimento da “transexualidade” se dá na lógica da sociedade de controle, conforme pensada pelo filósofo Gilles Deleuze. Diferente da “sociedade disciplinar” (final do século XVIII e início do XX) pensada por Foucault, a sociedade de controle não mais busca a compartimentação das sexualidades e isolamento dos desviantes, mas promove a compulsória participação e “inclusão” social, mais próxima da organização do conceito de transexualismo (para a medicina) e transexualidade para a militância política (LEITE JUNIOR, 2008, p. 119, grifos do autor).

A questão da transexualidade, de acordo com Bento (2006), possui um percurso histórico. Destacamos neste estudo aspectos dessa trajetória a partir da década de 1940, quando, segundo consta na literatura médica, Harry Benjamin tornou-se o primeiro médico a estudar pessoas transexuais, embora, na época, não houvesse terminologia específica para esta condição. Em 1953, Benjamin, em uma perspectiva biológica, partiu da ideia de que o “sexo” é composto de vários sexos: o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, entendendo que o sexo cromossomático (genético) seria o responsável pela determinação do sexo e do gênero:

O transexual se sente uma mulher [...] e se sente atraído por outros homens. Isso faz dele um homossexual se seu sexo for diagnosticado de acordo com seu corpo. No entanto, ele se autodiagnostica segundo seu sexo psicológico feminino. Ele sente atração por um homem como heterossexual, ou seja, normal (BENJAMIN, 2001 citado por BENTO, 2006, p. 151).

Em 1975, o psicanalista Robert Stoller, fundamentado na teoria psicanalítica, afirmou que uma criança gostar de brincadeiras ou de se vestir com roupas de outro gênero seria indicativo de uma sexualidade ‘anormal’, sendo que a explicação para a transexualidade estaria “[...] na relação da criança com sua mãe, que, ao invejar os homens e ter um desejo inconsciente de ser como eles, ficaria tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele” (STOLLER, 1975 *apud* BENTO, 2006, p. 137). Stoller chegou a duvidar de um diagnóstico de transexualidade se o indivíduo não tivesse uma mãe como ele a caracterizou (BENTO, 2006).

Em 1973, John Money, Norman Fisk e Donal Laub criaram o conceito de “Disforia de Gênero”, adotado para designar a transexualidade como um distúrbio de gênero (BENTO, 2006). Em 1987, a transexualidade, chamada de transexualismo, foi incluída no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III* (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais) para os indivíduos com “disforia de gênero” que demonstrassem durante, pelo menos, dois anos um interesse contínuo em transformar o sexo do seu corpo e o status do seu gênero social (ÁVILA, GROSSI, 2010).

Em 1994, o DSM-IV trocou o termo Transexualismo por Desordem da Identidade de Gênero, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) e, na sua última versão, em 2001, o DSM trocou “Desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero” (ÁVILA, GROSSI, 2010).

Para a medicina, o sexo biológico é a referência para a determinação da identidade sexual dos sujeitos. Qualquer desvio em relação a essa norma médica é compreendido como um transtorno, que pode ser tratado cirurgicamente, adaptando o corpo ao que o sujeito sente.

No âmbito das ciências sociais, a transexualidade vem sendo discutida a partir de suas relações com as normas e os valores do universo sociocultural, numa perspectiva crítica em relação à biomedicina. É este aspecto que nos interessa neste estudo, ou seja, a pessoa trans inserida numa sociedade heteronormativa que concebe os sujeitos como indivíduos performativos, exigindo “coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática, que são obrigatoriamente heterossexuais” (BUTLER, 2010, p. 25).

O movimento pela despatologização abrange amplas reivindicações, organizadas em torno de cinco pontos:

[...] 1) retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID- 11; 2) retirada da menção de sexo dos documentos oficiais; 3) abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersexo; 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e 5) luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 537).

É relevante destacar que a patologização como transtorno acaba por reforçar os conflitos inerentes à pessoa que busca viver sua identidade de gênero. E mais, trata-se de um instrumento do discurso heteronormativo que naturalizou as concepções de sexo-gênero, portanto, que tira dos indivíduos o direito de exercerem a liberdade do próprio corpo.

Pensar a transexualização como transtorno, significa perceber que a patologização aprisiona o indivíduo em seu próprio corpo, impedindo-o de se libertar dos seus conflitos ligados a busca do exercício de sua identidade de gênero. A transexualidade como patologia atende aos preceitos do modelo heteronormativo de sociedade. Significa tratar as experiências trans a partir das concepções naturalizadas do sistema sexo-gênero, que servem de sustentação para o modelo heteronormativo. Assim, qualquer corpo que fuja da linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo será patologizado. A patologização é um dos mecanismos utilizados para manter as práticas que divergem do modelo hegemônico dos gêneros às margens do considerado humanamente normal (BUTLER, 2003, p. 5).

Cabe lembrar, no entanto, que a transexualidade como patologia ainda é uma forma de garantir o acesso às políticas de saúde do SUS. “[...]. E nós utilizamos o diagnóstico apenas para isso. Mas, na relação institucional isso não deve ter menor importância. Mas, infelizmente, ainda precisamos desse carimbo para atender as pessoas trans” (BARACHO, 2015, p. 3). Diante do exposto, as pessoas trans se veem obrigadas a assimilar o discurso

médico patologizante como forma de acessarem políticas públicas de saúde, porque estão inseridas em uma sociedade com normas de gênero socialmente produzidas ao longo de anos sob influência da dominação masculina.

A perspectiva patológica reduz a diferença trans a partir do seu próprio marco interpretativo, que funciona através divisões tais como corpo e alma, legítimo e ilegítimo, verdadeiro e falso, útil e inútil, coerente e incoerente. A discursivização das identidades trans nos laudos é efeito desse funcionamento. É nessa disjunção fantasmática entre corpo e alma que a incongruência da transgeneridade é cooptada pela patologização do gênero. Na disjunção corpo e mente, afirma Grossi (2015), a mente tende a ser sobrevalorizada em detrimento do corpo. O corpo aparece tão somente como elemento de negação em relação à mente, enquanto uma “contrapartida subordinada da mente, um dado bruto que requer superação, uma conexão com a animalidade e a natureza que requer transcendência [...] [o corpo é] codificado em termos que são eles mesmos tradicionalmente desvalorizados” (ÁVILA, GROSSI, 2010, p. 49).

Bento e Pelúcio (2012) defendem a necessidade de se construir um espaço habitável para as vivências e narrativas trans para além dos modelos de suposta coerência entre sexo biológico e gênero cultural como marco de normalidade e saúde. As autoras defendem o movimento internacional pela despatologização, ou seja:

[...] a perspectiva que patologiza as inconformidades de gênero se sustenta a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais e faz da experiência transgênera passível de ser catalogável, curável e passível de normalização e autoriza o tutelamento dos corpos e das subjetividades (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 7).

Considerando essa perspectiva, lutar pela despatologização significa defender a autonomia das pessoas trans acerca de suas próprias narrativas identitárias e de suas possibilidades de gestão dos próprios corpos, podendo incluir modificações corporais como uso de reposição hormonal e cirurgias.

É importante destacar que as pessoas transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero em que se identificam. Uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde a infância, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão. A construção da identidade de gênero da pessoa trans é um processo contínuo de construção e desconstrução, o contrário, portanto, de algo estático, definitivo.

Utilizando-se das concepções de Butler (2016, p. 87), “os corpos nunca se moldam inteiramente às normas pelas quais sua materialização é obrigada; não alcançam o ideal que lhes é imposto. Por isso, tais normas são constantemente reiteradas e reconhecidas na tentativa

de que a materialização desejada se efetive”. Essas normas “são performativas”, ou seja, “possuem um poder contínuo e renovado de produzir exatamente o que se nomeia”.

A cirurgia de transgenitalização, aspecto importante para algumas pessoas trans, mas não para outras, determina uma mudança radical que, não sendo adequada, poderá trazer riscos comprometedores à saúde psicológica a quem passa por esse procedimento cirúrgico. No entanto, isso também acontece com outras cirurgias, a exemplo das plásticas e bariátrica que, em alguns casos, podem demandar acompanhamento psicológico, não para autorizar, mas como suporte necessário para que o indivíduo faça sua escolha em um nível seguro de autoconhecimento. A necessidade de adequações anatômicas do órgão sexual é muitas vezes provocada pelo ambiente social transfóbico, que empurra muitas transexuais a se adequarem aos rígidos padrões de gênero estabelecidos socialmente numa relação de poder, fruto da histórica tradição que delegou ao universo feminino papéis restritos ao mundo privado. Esse é, pois, o ambiente no qual a medicina está inserida. Ao tentar o enquadramento da composição biológica à identidade de gênero, insiste em dizer que aquele que não se conforma com o seu corpo padece de uma anomalia que precisa ser corrigida por um processo cirúrgico. Esse discurso é questionável, pois, na realidade, essa necessidade deveria ser proveniente de uma manifestação de vontade liberta da imposição social altamente violenta e opressora (BENTO, 2008).

A experiência transexual revela a possibilidade de ressignificar o masculino/feminino, mostrando seu caráter performático. As/os mulheres/homens biológicas/os também, em suas ações cotidianas, interpretam o que é mulher/homem “de verdade”. Isto porque, a verdade dos gêneros não está no corpo, já nos diz a experiência transexual, mas nas possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros.

Entender a questão de gênero como alguém doente, com transtorno de conduta, é pensar a partir da lógica da psiquiatria. Esse campo de saber patologiza as experiências trans, pois toma como ponto de partida as concepções naturalizadas do sistema sexo-gênero, que servem de sustentação para o modelo heteronormativo. Nesse sentido, qualquer corpo que fuja da linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo será patologizado (BARACHO, 2015).

3.3 CONCEITUANDO FAMÍLIA

Na contemporaneidade, definir família é algo complexo, se considerada a diversidade de arranjos familiares existentes. Existem diferentes conceitos que evidenciam as mudanças que se processaram nesta instituição social que, apesar das transformações sofridas, continua

a ter papel relevante na vida das pessoas. No caso abordado, ela deve servir de “porto seguro” na construção da identidade de gênero dos sujeitos.

A reflexão sobre o conceito de família pode ser iniciada a partir do Estatuto da Família, Projeto de Lei 6583/2013. Esse documento se caracteriza como iniciativa consonante às diretrizes da ONU. Aprovado em 24 de setembro de 2015, em Comissão Especial, aguarda votação no plenário. O Projeto de Lei reforça políticas públicas em favor da entidade familiar, respeitando o que está previsto em relação à família no Art. 226² da Constituição Federal. O Art. 2º gerou polêmica, pois, para fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. A polêmica reside na expressão do pensamento “núcleo social formado por um homem e uma mulher”, portanto, imposição do discurso heteronormativo, sexista e preconceituoso que retira direitos de uma grande parcela da população que não se enquadra no conceito de família aprovado.

A proposta é do cumprimento do que está previsto na Constituição Federal em seu Art. 226, entretanto, considerando o que a referida Lei entende por família, os filhos adotivos de casais homoafetivos serão prejudicados pelo Estatuto da Família (HAJE, 2015). Desse modo, a inclusão no Projeto de Lei 6583/2013 de um conceito de família que envolva casais com diferentes arranjos familiares significaria vitória para a população LGBTTI e a equidade social.

É possível encontrar na literatura várias definições de família, dentre elas os apresentados na sequência, iniciando pelo conceito da cultura ocidental.

A família como instituição socializadora de seus membros é o espaço de proteção e cuidado onde as pessoas se unem pelo afeto ou por laços de parentesco, independente do arranjo familiar em que se organize. [...] entende-se família enquanto um processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, que possuem um caminhar conjunto e a vivência de relações íntimas, um processo que se constrói a partir de várias relações, como classe, gênero, etnia e idade (SANTANA, 2013, p. 3).

Percebemos, nesse conceito, que o estilo generalizado é fruto daquele idealizado pela sociedade ocidental, baseado em cultura inferior e superior. Nesse contexto, se exerce a superioridade masculina. Assim, caracteriza uma concepção de caráter heteronormativo que passou a ser questionado e revisto nas últimas décadas do século XX quanto aos papéis

² Art. 226 Constituição Federal de 1988 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226_.asp>.
Acesso em: 28 nov. 2017.

destinados a homens e mulheres, seja no âmbito familiar seja no meio social. São de diferentes áreas, não somente da Antropologia, e simbolizam avanço nas discussões sobre questões de gênero.

A família está sempre sujeita a mudanças, conseqüentemente a alterações e transformações nas relações estabelecidas entre os sujeitos, o que a torna uma instituição historicamente situada (FROST, HOEBEL, 2006 *apud* SANTIAGO, FEITOSA, 2011, p. 31-2). Existem cinco formações elementares de família. Os autores destacam nesses conceitos os papéis de gênero em cada um dos tipos:

[...] a natal-conjugal é a família elementar ou nuclear de Radcliffe-Brown e Malinowsky, constituída por pais e filhos. [...] representa o estereótipo da “verdadeira família”. Nesse modelo, todo indivíduo é membro de duas famílias, a primária ou natal, na qual ele é filho ou filha, e a secundária ou conjugal, em que ele é pai ou mãe. Este núcleo familiar é limitado, tanto no número de membros, como na sua duração [...] A família natal-conjugal complexa consiste em dois ou mais segmentos de famílias natais-conjugais. Isso ocorre quando no interior da família natal-conjugal é permitida a poligamia, seja poligínica ou poliândrica. [...] Entre todas é possível observar a ocorrência deste tipo de família. [...] A família unilinear complexa, também chamada de família conjunta, forma-se da junção de famílias natais-conjugais independentes em um mesmo espaço físico. [...]. Após a morte do fundador se inicia o processo de desintegração da família. Embora ela passe a ser comandada pelo filho mais velho do fundador, seus irmãos não são obrigados a colocar seus ganhos na propriedade. Quando esse líder morre, seu filho mais velho assume o comando da família, porém os irmãos de seu pai que se tornariam seus filhos são mais velhos que ele e não aceitam sua liderança. Desse modo, eles se separam para fundar, em outra parte, outra residência de família conjunta. A família tanala constitui a versão menor da família unilinear complexa. Também denominada família consanguínea, o grupo matrilateral consiste de uma mulher, seu irmão e seus filhos ou de uma combinação conjunta de descendentes lineares de uma mulher. Os maridos que passam a integrar esse sistema são considerados como estranhos, como é o caso dos nativos *dobus* da Melanésia e dos *zuñis* do Novo México. O grupo matrilateral possui base econômica, visto que todas as propriedades pertencem às mulheres da casa ou do grupo.

Quanto ao conceito de família no Brasil, a Constituição de 1988, em seu artigo 226, demonstra a multiplicidade familiar brasileira, tornando visível essa variedade, uma vez que não determinou o tipo específico de família, o que enseja diversas formas conceituais, reconhecendo a união estável e ampliando direitos já reconhecidos na justiça à época. Esse novo ordenamento permitiu o surgimento do que se denomina de nova família ou família moderna, evolução marcada no Direito de Família. Ressalta-se que foi a partir da Constituição de 1988 que se introduziu e vem se aperfeiçoando o Direito de Família, na busca por diminuir os desiguais, nivelando direitos e deveres. Assim, não há como negar a importância da função familiar para o desenvolvimento dos seus membros, bem como, seu papel ao Estado,

tornando-a imprescindível, permitindo denominá-la de fundamental na sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

A família institui as primeiras formas de interação e de socialização, e transmite de geração para geração os valores, crenças, regras e padrões de relacionamento que servirão de base para a futura vida em sociedade. Desse modo, a família foi transformada em representante e reprodutora dos valores heteronormativos.

A sexualidade acompanhou a trajetória histórica das relações de gênero, pois o poder masculino também tratou de expurgá-la do seio “moral” da família, preocupando-se em priorizar a legitimação da relação sexual como, antes de tudo, uma via de reprodução (e, ocasionalmente, como um meio de obtenção de prazer - mesmo que unilateral). O modelo patriarcal³, assim, passou a sustentar-se em uma relação conjugal fundamentada em rígidos pressupostos de “moralidade”. Temas como virgindade, heterossexualidade e resignação feminina passaram a constituir o modelo institucionalizado para a família “normal” - o que transformou em tabu o diálogo sobre sexualidade(s). Desta forma, ainda marginalizou todas as demais configurações de orientação sexual diferente do padrão social vigente, justamente por procurar emparelhar sexualidade com moralidade. Os valores patriarcais, por conseguinte, naturalizaram-se através da família e, geração a geração, perseveraram-se ainda como padrões à estrutura familiar (PETERSEN, 1999, p. 127).

Neste contexto, a vivência de uma situação como a transexualidade no ambiente familiar pode se mostrar um imprevisto capaz de gerar ansiedade. Para um sistema tão arraigado a questões seculares, lidar com um assunto como este pode representar a necessidade de mudanças normativas nem sempre bem-vindas em uma estrutura já naturalizada.

Pensando sobre o sujeito inserido na família e na sociedade heteronormativa, podemos dizer que este sujeito está submetido a normas de conformidade sexual. Assumir a identidade de gênero transexual consiste em grandes desafios, sendo o primeiro deles enfrentado na própria família, isso porque, há no contexto familiar grande resistência, fruto da cultura heteronormativa.

A pessoa trans, em muitos casos, enfrenta a violência e a resistência contra sua escolha dentro da própria família, que tem como princípio a função de apoiar, auxiliar e orientar. Por isso, discutir sobre família, violência e resistência neste estudo é relevante, na medida em que

³ Modelo Patriarcal é um sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/artigos/1160338>. Acesso em: 20 abr. 2016.

são conceitos primordiais na compreensão do tema transexualidade. Isso porque, não são raros os casos de violência contra a pessoa trans, sejam eles tornados públicos ou não.

Marlene Wayar (2007 *apud* DIAS, 2010, p. 45), ativista trans e teórica argentina, relata – no artigo *La familia, lo trans, sus atravesamientos* – o caso de uma menina trans que morreu, segundo o pai, vítima de uma queda brusca da escada. Os vizinhos, no entanto, dizem que ela foi morta a golpes desferidos pelo próprio pai, que não suportou a obstinação do filho em vestir-se como menina.

A preservação da honra da família estaria, portanto, na eliminação de um de seus membros. No filme *Os Sapatos de Aristeu* (2008), o corpo de uma travesti morta é preparado por outras travestis para o velório. A família, após receber o corpo, decide enterrá-la como homem. Seu cabelo é cortado, o esmalte das unhas desaparece, assim como todos os outros signos que conferiam feminilidade ao corpo morto. A mãe e a irmã cometem um assassinato simbólico, matam o Aristeu mulher. A irmã, olhando com desprezo o corpo do/a irmão/irmã afirma: “Ele envergonhou nossa família e, além de tudo, foi embora e nunca mais deu notícia.” A mãe retruca: “Eu pedi para ele sair de casa e não dar mais notícias.” Nesse momento, a mãe atualizou a cena da expulsão do paraíso (WAYAR, 2007 *apud* DIAS, 2010, p. 45).

Teoricamente, a família tem como função proporcionar o bem-estar e felicidade de seus membros, transmitindo a cultura da diversidade e do respeito ao que é diferente do padrão heteronormativo, entretanto, pode provocar angústias, frustrações, traumas e medos quando seu discurso é contrário à cultura do respeito. Em outras palavras, a família reproduz a cultura ditada pelo discurso heteronormativo, o que explica, mas não justifica, atitudes de preconceito por aquele/as que, deveriam apoiar a pessoa trans em suas escolhas nem sempre fáceis.

3.3.1 Parentesco e arranjos familiares

Para abordarmos as questões de parentesco, inicialmente é importante salientar seu conceito presente em estudos antropológicos, bastante avançado em relação à sua versão clássica.

Para afastar a discussão da oposição entre o biológico e o social, na qual boa parte dos estudos antropológicos [...] a autora sugere uma mudança de vocabulário: propõe empregar o termo "conectividade" (*relatedness*) "em oposição ou ao lado de 'parentesco' para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão". O material por ela organizado traz exemplos etnográficos de situações contemporâneas na China, no Alasca, em Madagascar e na Inglaterra (entre outros) para entender quais símbolos – além do sangue, do sêmen e do leite materno – remetem à "substância compartilhada" [...] e que criam o tipo de relação profunda e duradoura,

normalmente associada à esfera de parentes. A proposta da autora é, [...] afastar a discussão da oposição entre o biológico e o social [...] a autora sugere uma mudança de vocabulário: propõe empregar o termo "conectividade"[...] em oposição ou ao lado de 'parentesco' para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão (FONSECA, 2007, p. 11).

Parentesco, na ótica da autora citada, relaciona-se à conectividade com outro ou outras pessoas, o que não exige necessariamente consanguinidade. Um olhar sobre o círculo de convivência permite observar que há pessoas com as quais não existem laços de sangue, no entanto, há grande sintonia entre elas. Fonseca (2007) exemplifica a noção 'natural' de família a partir da questão da adoção.

Na década de 80 se iniciou uma onda de "adoções transnacionais", ou seja, famílias da América do Norte e Europa passaram a adotar crianças de alémmar. Isso significou a noção natural de família, ocorre também um "rompimento entre sexo, conjugalidade e família, não seria uma inovação teórica que vem ao encontro das sensibilidades de um "imaginário" que investe grande valor afetivo no laço adotivo (FONSECA, 2007, p. 13).

A partir dessas reflexões, a compreensão do que se entende por parentesco vai além de consanguinidade, podendo ser construído por meio do laço afetivo da adoção e da conectividade que se estabelece com outros sujeitos de outras culturas. A conectividade com um indivíduo de outra cultura, por exemplo um/a índio/a, pode "[...] estabelecer uma relação profunda e duradoura, normalmente associada à esfera de parentes" (FONSECA, 2007, p. 13).

Uma análise de como a família se organizou através dos tempos nos permite observar que muitas foram as mudanças sofridas por esta instituição social. Percebe-se, ainda, que a forma de organização familiar acompanha as mudanças na sociedade e estas dão origem a novos tipos de família. Para Zamberlam (2001 *apud* SANTANA, 2013, p. 101), "[...] tais modificações não representam um enfraquecimento da instituição familiar, mas sim o surgimento de novos arranjos familiares". Dentre os diferentes tipos de arranjos familiares presentes na sociedade atual destacam-se: família nuclear, família ampliada, a recomposta, as ditas produções independentes ou as famílias monoparentais.

Os novos arranjos familiares são decorrentes de fatores sociais, dentre eles os divórcios, a entrada da mulher no mercado de trabalho e as novas identidades de gênero. Considerando essas mudanças ou arranjos familiares, tornou-se difícil conceituar família, assim como seus papéis.

Diante desta realidade, "surgem" e ganham visibilidade diferentes formas de família e distintas maneiras de se relacionar dentro dela, o que acarretou uma redefinição de papéis e redistribuição de responsabilidades para os componentes familiares. Ganham visibilidade a família ampliada, a

recomposta, as ditas produções independentes ou as famílias monoparentais (SANTANA, 2013, p. 1).

Apesar das mudanças e do surgimento de novos arranjos, a família denominada nuclear ainda é o tipo mais almejado. As famílias que fogem às características da família nuclear são concebidas pela sociedade como desestruturadas e são responsabilizadas pelos problemas comportamentais que seus membros possam apresentar.

Historicamente, no mundo ocidental, a mãe tem o papel de cuidadora dos/as filhos/as entretanto, nos novos arranjos, cada vez mais se percebe o homem - pai - assumindo novas funções na família, indo além da reprodução, tornando-se aquele que cuida e dá afeto aos/as filhos/os.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que nos arranjos familiares não são os laços de sangue que garantem o afeto entre os membros da família. Por exemplo, no caso de separação, alguns pais/mães querem e continuam tendo uma boa relação com os/as filhos/as, entretanto, há aqueles que nunca participaram da criação dos/as mesmos/as.

Essa nova dimensão na qual o homem deve assumir tarefas domésticas cria em muitos deles uma situação de revisionismo de todas as ideologias que dizem respeito ao machismo. É óbvio que muitos ainda não estão entendendo essa nova situação, vivem como se a mulher ainda devesse prestar-lhe todos os serviços e ainda lhe ajudasse na manutenção das despesas familiares. Carregam ainda em consciência as visões burguesas de família, cujo modelo o homem tem direitos, por manter a família. Diante dessa realidade, ressaltamos também o papel da mulher e suas conquistas, apesar de que ela ainda tenda a carregar a ideologia machista no que diz respeito aos afazeres domésticos (OLIVEIRA, 2009, p. 74).

Ao discutir e conceituar família nos dias atuais, há que se considerar vários tipos de arranjos, dentre os quais destacamos os formados por diferentes identidades de gênero, como, por exemplo, as pessoas trans. Resulta desse reordenamento a necessidade de se ter um novo olhar para essa realidade cada vez mais presente na sociedade brasileira, indo além do discurso heteronormativo que se manifesta, muitas vezes, no comportamento homofóbico. Os desafios enfrentados pela pessoa trans são variados e estão, a maioria deles, condicionados à concepção que a família dessa pessoa tem sobre identidade de gênero.

As tendências de configurações futuras de arranjos familiares ou afetivos poderão contribuir para o desmonte do patriarcado, de visões de gênero e da própria heteronormatividade.

A abordagem do capítulo seguinte é sobre políticas públicas voltadas para a pessoa trans, sendo, em um primeiro momento, direcionada para o normativo do SUS. Aborda-se também o Plano Nacional LGBT (2009) e o Decreto nº 2.727, de 28 de abril de 2016, que

dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTTI

Políticas públicas são ações criadas pelos governos, em diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, dentre outras, cujo objetivo é o de promover o bem-estar de toda a sociedade, independente de sexo, gênero, etnia ou classe social.

Neste capítulo, a abordagem é sobre políticas públicas voltadas para a pessoa trans, sendo, em um primeiro momento, direcionada para o normativo do SUS. Em seguida, o foco será o Plano Nacional LGBT (2009) e o Nome social 2015 e 2016 - âmbito nacional, através do Decreto nº 2.727, de 28 de abril de 2016.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOAS TRANS

A elaboração de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real, possuindo impactos no curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo. De acordo com Silva (2015, p. 14),

[...] a sociedade vive um momento em que as temáticas das desigualdades têm sido problematizadas e publicizadas de modo frequente, fazendo com que emergam políticas públicas a favor de grupos minoritários, que se apresentam distintos uns dos outros, com as suas singularidades e particularidades, sobretudo em relação ao gênero e a sexualidade.

Cabe lembrar que o campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país.

No que se refere a políticas públicas no Brasil voltadas para a garantia dos direitos da população LGBTTI, podemos elencar alguns marcos a partir da Constituição em vigor desde 1988. Nela se identifica, em seus Artigos 3º e 5º, a preocupação em garantir igualdade a todos/as. No Art. 5º, reza o texto constitucional que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (caput), e que veda, em seu Art. 3º, qualquer preconceito, na promoção do bem de todos, em virtude de “origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Inciso IV) (BRASIL, 1988, p. 1).

Outro marco importante em termos de políticas públicas foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD-LGBT -, em 2001. A referência para sua atuação é o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 e coordenado pela SDH/PR, cujos objetivos são, entre outros: apoiar projetos de governos estaduais, municipais e de instituições não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e no combate à homofobia; disseminar informações sobre direitos e promoção da

autoestima LGBT; e incentivar a denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT. Uma das ações do programa refere-se à implantação de centros de referência para o combate à homofobia em todo o País (SOUZA, 2003, p. 7).

Em 2008, novo marco em defesa da população LGBTTI, a “1ª Conferência Nacional LGBT”, foi evento referencial na luta pelos direitos humanos do segmento. Seu tema, “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania LGBT”, propiciou espaço para a discussão dos rumos das políticas públicas voltadas para essa população e subsidiou a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A “2ª Conferência” foi realizada em dezembro de 2011 (SOUZA 2003). Em seguida, houve o reconhecimento da união estável para pessoas do mesmo sexo por parte do Supremo Tribunal Federal (SOUZA, 2003).

4.2 NORMATIVAS DO SUS

Antes de abordar a Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que regulamenta o atendimento à pessoa trans no SUS, seja na modalidade ambulatorial ou hospitalar, apresentamos um breve histórico desse processo.

As cirurgias e os procedimentos transgenitalizadores foram autorizados no Brasil em 1997 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), através da Resolução nº 1.482/97. Ao longo de mais de uma década da legalização no país, o CFM atualizou essa Resolução duas vezes.

No Brasil, a instituição do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) se deu em 2008 através da Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde. Nesta portaria, foram incluídos os procedimentos de readequação de gênero para mulheres trans, isto é, de homem para mulher, centrando a atenção à saúde no âmbito hospitalar. Os transhomens ficaram de fora (ÁVILA, 2014, p. 123).

A inclusão das demandas das pessoas trans para o Processo Transexualizador pelo SUS é vitória resultante de negociações entre poder público e sociedade civil. Em 13 de agosto de 2009, o Ministério da Saúde lançou a Portaria nº 1.820, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. A referida Carta determina que todo documento de identificação dos usuários deve ser preenchido com o nome pelo qual o/a usuário deseja ser chamado/a, objetivando tornar o atendimento mais humanizado e, por isso mesmo, livre de qualquer tipo de discriminação.

Outro avanço nessa questão deu-se também na forma de Resolução do CFM, nº 1.955/2010, que traz em seu conteúdo mais direitos às pessoas trans. Assim:

Em setembro de 2010, o CFM publicou a Resolução CFM nº 1.955/2010 que considera que os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero no caso de transhomens deixam de ser experimentais e podem ser feitas em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do Conselho. No entanto, a neofaloplastia (construção do pênis) ainda não foi liberada e permanece em caráter experimental, tendo em vista as limitações funcionais do órgão construído cirurgicamente (ÁVILA, 2014, p. 123).

A Resolução CFM nº 1.955/2010⁴ define critérios para acesso aos procedimentos transgenitalizadores: o diagnóstico médico da transexualidade, idade acima de 21 anos e ausência de características físicas inapropriadas à cirurgia. Esses critérios têm por finalidade orientar a equipe multiprofissional envolvida tanto na seleção quanto no acompanhamento das pessoas trans.

O Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, através da Portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao “[...] uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS” (BRASIL, 2013, p. 2). Dois anos depois:

[...] o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.803, que redefine e amplia o Processo Transexualizador. Nesta portaria foram incluídos/as travestis e transhomens e para garantir o cuidado aos/às usuários/as com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada foram definidas as modalidades de atendimento ambulatorial e hospitalar (ÁVILA, 2014, p. 123).

A partir da Portaria 2.803, de 2013, o Processo Transexualizador foi reformulado e passou a contemplar transhomens e travestis com suas demandas por cirurgias de histerectomia (remoção de parte ou da totalidade do útero, por via abdominal ou vaginal), mastectomia (excisão ou remoção total da mama) e outras. A referida Portaria condicionou o acesso aos procedimentos por meio de um diagnóstico nosológico⁵, reiterando os critérios definidos na Resolução nº 1.955/2010 (BRASIL, 2010).

De acordo com a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, considerando a necessidade de apoiar as/os gestoras/es do SUS na regulação, avaliação e controle da atenção especializada e na formação de profissionais de saúde no que concerne ao Processo Transexualizador, resolve:

Art. 1º Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). O processo transexualizador é a possibilidade para

⁴ Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

⁵ Relativo a área da medicina que se dedica ao estudo, descrição e classificação das diferentes doenças. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/nosologia>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

promoção da saúde trans. Muitas pessoas trans investem na modelagem de seus corpos, entretanto, variando os procedimentos da transformação corporal: hormonioterapia, aplicações de silicone industrial, mastectomia, cirurgias plásticas ou de transgenitalização, etc. Todo esse processo se caracteriza na busca da identidade de gênero (BRASIL, 2013, p. 1).

Importante destacar que, apesar dos avanços, os direitos são garantidos a partir de um diagnóstico patologizante, ou seja, a pessoa trans é considerada “doente”. Sobre este aspecto, destaca-se o ponto de vista de Ávila (2014), para quem

[...] a instituição do processo transexualizador foi considerada uma vitória pelo movimento LGBT e pode ser considerado um avanço nos direitos dos transexuais. Percebe-se aqui uma dinâmica na qual parece haver opções de “escolha”, como se o indivíduo tivesse autonomia, algo do tipo: “Você pode fazer a sua mudança de gênero... Desde que aceite ser tratado como doente”. O processo transexualizador ainda está fortemente atrelado a um diagnóstico patologizante e não condizente com a autonomia dos sujeitos em relação aos desejos modificações corporais (ÁVILA, 2014, p. 124).

As condições impostas para o processo transexualizador caracterizam a força do discurso heteronormativo, ou seja, para autorizar a cirurgia, impõe-se um diagnóstico patológico.

O Art. 2º, da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, informa sobre as diretrizes de assistência ao/à usuário/a com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas; II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção. Parágrafo único. Compreende-se como usuário (a) com demanda para o Processo Transexualizador os transexuais e travestis (BRASIL, 2013, p. 1).

Este artigo não apresenta fato extraordinário em relação aos/às transexuais, considerando que todo indivíduo tem direito à atenção básica na saúde. Pessoas em processo de transgenitalização possuem igualmente o direito à dignidade.

O Art. 3º, da Portaria nº 2.803, destaca os componentes das ações do Processo Transexualizador.

I - Atenção Básica: é o componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS) responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade, adstrita, além de ser a porta de entrada prioritária do usuário na rede; e

II - Atenção Especializada: é um conjunto de diversos pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno (BRASIL, 2013, p. 1).

É básico que o processo de mudanças possua etapas preestabelecidas, visando orientar a pessoa trans na busca desse tipo de atendimento. No Artigo 4º, da Portaria nº 2803, está definido o processo transexualizador com vistas à integralidade, dividido em modalidades, a saber:

Art. 5º Para garantir a integralidade do cuidado aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada, serão definidas as seguintes modalidades: I - Modalidade Ambulatorial: consiste nas ações de âmbito ambulatorial, quais sejam acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria; e II - Modalidade Hospitalar: consiste nas ações de âmbito hospitalar, quais sejam realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados (BRASIL, 2013, p. 1).

Sobre a responsabilidade do cuidado ao/transsexual e travesti no SUS, a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, define em seu Art. 6º que a Rede de Atenção à Saúde (RAS) é responsável pela integralidade do cuidado ao transsexual e travesti no âmbito do SUS. No processo transexualizador, exige-se dos envolvidos habilitação relacionada ao Componente Atenção Especializada, assim, no Art. 7º:

Art.7º - Fica definido que, para fins de habilitação no Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, os gestores de saúde interessados deverão cumprir as Normas de Habilitação previstas no anexo I, conforme modalidade assistencial ambulatorial e/ou hospitalar do estabelecimento de saúde a ser habilitado, e encaminhar à Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade (CGMAC/DAET/SAS/MS): I - documento que comprove aprovação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou, quando for o caso, no Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) sobre o Processo Transexualizador,

conforme definidos nesta Portaria; e II - formulário de vistoria, devidamente assinado pelo gestor de saúde, para habilitação do estabelecimento de saúde no Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, conforme anexo II a esta Portaria, seja para modalidade ambulatorial e/ou hospitalar (BRASIL, 2013, p. 2).

Os Artigos 10 e 11, da Portaria nº 2.803, definem que tanto os procedimentos da modalidade ambulatorial quanto da hospitalar serão realizados nos estabelecimentos de saúde habilitados para esta prática.

Art. 10. Os procedimentos da modalidade ambulatorial e hospitalar serão realizados exclusivamente nos estabelecimentos de saúde habilitados nos Códigos 30.01, 30.02, 30.03 respectivamente. Parágrafo único. Os estabelecimentos de saúde serão habilitados considerando os arts. 3º a 8º para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, seja na modalidade ambulatorial e/ou hospitalar, desde que cumpridas as exigências estabelecidas por esta Portaria e: I - para habilitação no Código 30.02, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos da modalidade ambulatorial; II - para habilitação no Código 30.03, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos da modalidade hospitalar; III - para habilitação nos Códigos 30.02 e 30.03, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos das modalidades ambulatorial e hospitalar. Art. 11. Os estabelecimentos de saúde autorizados a prestarem assistência a transexuais e travestis no âmbito do SUS submeter-se-ão à regulação, controle e avaliação dos seus respectivos gestores de saúde (BRASIL, 2013, p. 2).

É importante salientar a relevância desta Portaria no sentido de normatizar todo o processo transexualizador, para que não haja prejuízo ao SUS e à pessoa trans que busca os procedimentos, sejam eles ambulatoriais ou hospitalares, por isso, o Artigo 12 da citada Portaria evidencia essa importância.

A informação é fundamental à pessoa que passará por transformações que envolvem seu corpo. Diz respeito a sua saúde, a sua vida. Por isso a necessidade de ter informações relativas ao procedimento cirúrgico e suas implicações, além dos requisitos básicos para que possa realizá-la.

O acesso aos procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria será regulado por meio da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), quando houver ausência ou insuficiência do recurso assistencial no Estado de origem, cabendo ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS/MS) adotar as providências cabíveis para sua operacionalização. § 1º Os procedimentos de Código 03.01.13.004-3 - Acompanhamento do usuário (a) no processo Transexualizador exclusivo nas etapas do pré e pós-operatório e Código 03.01.13.003-5 - Acompanhamento de usuário (a) no Processo Transexualizador exclusivamente para atendimento clínico de que trata este artigo são excludentes entre si. § 2º Em relação ao cuidado dos usuários e usuárias no

Processo Transexualizador: I - a hormonioterapia que trata esta Portaria será iniciada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade do paciente no processo transexualizador; e II - os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador (BRASIL, 2013, p. 2).

A referida Portaria (nº 2.803) define, ainda, a realização de alguns procedimentos experimentais à pessoa trans, conforme expressos no Art. 15. Cabe lembrar que esse artigo representa uma evolução no processo transexualizador em termos de cirurgias que ajudam a adequar o corpo à identidade de gênero.

O SUS realizará, em caráter experimental, os procedimentos de vaginectomia e neofaloplastia com implante de próteses penianas e testiculares, clitoroplastia e cirurgia de cordas vocais em pacientes em readequação para o fenótipo masculino, nos termos da Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652 de 2002. Parágrafo único. Os procedimentos descritos no "caput" somente poderão ser realizados em estabelecimentos definidos como hospitais de ensino, habilitados para realização da Atenção Especializada no Processo Transexualizador, bem como a partir da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo paciente (BRASIL, 2013, p. 2).

Conforme se observa, a Portaria em questão (nº 2.803/2013) assegura o direito que as pessoas trans têm de usar seu nome social e pelo qual devem ser chamadas. Ao estabelecer isso por meios legais, o governo também aprimora a conduta do atendimento oferecido pelo SUS a esse público específico, porque a saúde trans requer um SUS universal, integral e equânime. Apesar do embasamento e as determinações legais, o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia nos serviços de saúde e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador ainda estão entre os principais impedimentos à universalidade, integralidade e equanimidade do atendimento a essa população pelo Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013).

A Portaria nº 2.803, de 2013, caracteriza-se como mais um instrumento para a garantia dos direitos das pessoas trans, entretanto, a efetividade dessa Portaria depende muito da capacitação dos/as profissionais de saúde para que compreendam o processo transexualizador e realizem o atendimento ao qual essa população tem direito.

Diante dessas constatações, entendemos que o SUS poderá se tornar importante instrumento de promoção da cidadania das pessoas trans, na medida em que efetivar a universalidade do acesso, buscando superar limitações e impedimentos, bem como, a

integralidade da atenção, ofertando de forma articulada e contínua os serviços que permitam às pessoas trans enfrentarem os determinantes e os condicionantes da saúde e do adoecimento, juntamente com a equidade, considerando as questões próprias à saúde das pessoas trans.

4.3 NOME SOCIAL

O nome pelo qual atendemos não é apenas nosso, antes de nos pertencer traz uma história que faz referência à outra pessoa que atende ou atendia pelo mesmo nome, sendo na maioria das vezes escolhido pelos familiares como uma forma de induzir o receptor a trilhar o percurso de vida que consideram adequados. É assim que as pessoas são induzidas a seguir um caminho pré-determinado e trilhado, é assim que damos significado aos nomes que as crianças recebem. Portanto, o nome expressa um desejo em potencial de familiares em relação aos seus receptores na tentativa de estes assumirem o papel previamente determinado a ser desempenhado na sociedade (ANDRADE, 2012, p. 193).

O nome identifica todos os sujeitos. Ele reflete a história do indivíduo e sua família, a sua identificação no meio social e sua identidade de gênero. “O nome é a identificação da pessoa natural. É o principal elemento de individualização de homens e mulheres. Tem importância não apenas jurídica, mas principalmente psicológica: é a base para a construção da personalidade” (COELHO, 2014, p. 171). O nome, portanto, é uma necessidade, um direito estabelecido pela vida em sociedade, sendo garantido pelo ordenamento jurídico como direito da personalidade, de acordo com o atual Código Civil. Mas:

Nem sempre os nomeados seguem o que se tentou induzir por meio do nome e, conseqüentemente, da história. Assim, temos vários Darwin, Einstein, Galileu que de cientistas estão distantes, assim como Maria que deseja sexualmente Madalena em vez de José, ou José que deseja João em vez de Maria, ou João representando em seu corpo Maria, ou ainda o inverso (ANDRADE, 2012, p. 194).

O nome define uma personalidade, representa uma pessoa. Assim, para a pessoa trans, ser chamada pelo nome é condição essencial na garantia dos seus direitos, em outras palavras, que sejam os mesmos garantidos a todos os sujeitos.

O nome representa, sem dúvida, um direito inerente à pessoa humana e constitui, portanto, um direito da personalidade. Desse modo é tratado no Código de 2002, que inovou dedicando um capítulo próprio aos direitos da personalidade, nele disciplinando o direito e a proteção ao nome e ao pseudônimo, assegurados nos arts. 16 a 19 do referido diploma (GONÇALVES, LENZA, 2014, p. 138).

Vale destacar que o nome, em algumas situações, pode caracterizar uma informação negativa, considerando que ele possa não estar adequado à identidade de gênero do sujeito. Pode, inclusive, fazer a pessoa passar por situações constrangedoras. Para evitar que isso

ocorra, a garantia do direito de uso do nome social é um aspecto de suma importância às pessoas trans.

Segundo a Cartilha⁶ promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBTTI no mundo do Trabalho (OIT, 2014), formulada pela Organização Internacional do Trabalho, “Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados/as por sua comunidade e em seu meio social”. De acordo com essa publicação, “O nome social é o nome pelo qual preferem ser chamados/as cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero” (OIT, 2014, p. 6).

Nome social é, pois, a designação que o sujeito, de acordo com suas experiências, suas preferências e suas orientações, escolheu para representá-lo diante dos demais, por entender que o nome assentado em seus registros oficiais não condiz com sua personalidade, com sua identidade de gênero. Busca-se, portanto, evitar situações de humilhação e de discriminação, numa tentativa tanto de confortar sua própria aceitação como de se integrar à sociedade.

Campanhas publicitárias, políticas públicas desestimulando atos homofóbicos e violentos e demais atos do poder público ou da iniciativa privada em favor de travestis e transexuais são insuficientes se não forem acompanhadas do reconhecimento e do respeito do nome social. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em 2009, proferindo o Informativo nº 415, se manifestou do seguinte modo:

Registro civil. Retificação. Mudança. Sexo. A questão posta cinge-se à discussão sobre a possibilidade de retificar registro civil no que concerne a prenome e a sexo, tendo em vista a realização de cirurgia de transgenitalização. A Turma entendeu que, no caso, o transexual operado, conforme laudo médico anexado aos autos, convicto de pertencer ao sexo feminino, portando-se e vestindo-se como tal, fica exposto a situações vexatórias ao ser chamado em público pelo nome masculino, visto que a intervenção cirúrgica, por si só, não é capaz de evitar constrangimentos. Assim, acentuou que a interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei de Registros Públicos confere amparo legal para que o recorrente obtenha autorização judicial a fim de alterar seu prenome, substituindo-o pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive, ou seja, o pretendido nome feminino. Nesse contexto, tendo em vista os direitos e garantias fundamentais expressos da Constituição de 1988, especialmente os princípios da personalidade e da dignidade da pessoa humana, e levando-se em consideração o disposto nos arts. 4.º e 5.º da Lei de Introdução, decidiu-se autorizar a mudança de sexo de masculino para feminino, que consta do registro de nascimento, adequando-se documentos, logo facilitando a inserção social e profissional. Destacou-se que os documentos públicos devem ser fiéis aos fatos da vida, além do que deve haver segurança

⁶ Disponível em: <http://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/01/2015ManualPromocaoDireitos_LGBTTrabalhoPTV2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

nos registros públicos. Dessa forma, no livro cartorário, à margem do registro das retificações de prenome e de sexo do requerente, deve ficar averbado que as modificações feitas decorreram de sentença judicial em ação de retificação de registro civil. Todavia, tal averbação deve constar apenas do livro de registros, não devendo constar, nas certidões do registro público competente, nenhuma referência de que a aludida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco de que ocorreu por motivo de cirurgia de mudança de sexo, evitando, assim, a exposição do recorrente a situações constrangedoras e discriminatórias (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

Ainda que trate especificamente da situação da pessoa transexual submetida à cirurgia de transgenitalização, e de abordar os casos de retificação do registro de civil, o referido Informativo aponta os elementos e características fundamentais do nome social, juntamente com os contornos constitucionais de sua natureza. São estes os elementos: a proteção da dignidade humana, dos direitos da personalidade, da honra, da integridade moral, a vedação de práticas lesivas degradantes e de discriminação odiosa, da igualdade, da liberdade e da privacidade, todos com amparo no texto constitucional (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

O nome de registro pode até induzir seus nomeados a viver uma história definida e previsível, porém estes são singulares, não uma réplica de outro, podem ter outros sonhos, outros desejos, trilhar um novo caminho, uma nova história. A pessoa trans é uma vítima desta normatização, pois o nome pelo qual foi nomeada (na certidão de nascimento) a apresenta de uma forma falsa quando comparada com o gênero (feminino ao invés de masculino). Isso promove uma autonegação e conseqüentemente constrangimentos por se apresentar socialmente como mulher, mas ser nomeada como homem em seus documentos oficiais (ANDRADE, 2012, p. 47).

Sobre o uso do nome social no Brasil, o que se tem de mais atual é a Resolução nº 108, de 5 de maio de 2015, que assim define, em seu Art. 1º: “Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços, aos Defensores Públicos, estagiários, servidores e terceirizados da Defensoria Pública da União, em seus registros, sistemas e documentos [...]” (BRASIL, 2015, p. 1).

O Decreto 2.727, de 28 de abril de 2016, em seu Art. 1º, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública e federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016).

Parágrafo único: Para fins deste decreto considera-se:

I – Nome Social: designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida e,

II – Identificação de gênero: dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito a forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e com isso se traduz em sua prática social sem guardar

relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (BRASIL, 2016, p.1).

Diante do exposto, o uso do nome social para a pessoa trans significa que ela pode de forma mais livre conviver em diferentes ambientes sociais, tendo respeitados os direitos humanos, representando um grande passo na redução da discriminação.

4.4 PLANO NACIONAL LGBT (2009)

Em maio de 2009, foi lançado o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNPCDH-LGBT), elaborado por Comissão Técnica Interministerial da Secretaria Geral da Presidência da República (BRASIL/SGPR, 2009), a partir da avaliação qualitativa e quantitativa das propostas aprovadas na Conferência Nacional LGBT, realizada quase um ano antes. Nos termos de sua apresentação e introdução, o Plano expressa o “[...] compromisso político do governo brasileiro em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado” (MELLO et al., 2012, p. 7).

O referido documento tem como objetivo geral a definição de diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas de inclusão social, garantidos os “[...] recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, entre outros [...]” (MELLO et al., 2012, p. 9).

Os princípios que orientaram a elaboração do Plano foram: igualdade e respeito à diversidade, equidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos e controle social (BRASIL, 2009).

O “Plano Nacional LGBT” foi aguardado como o principal resultado da Conferência Nacional LGBT, documento de referência em que estariam definidas as ações e diretrizes para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Estado direcionadas a combater a homofobia e garantir direitos para pessoas discriminadas em função de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Todavia, após sua apresentação em solenidade realizada em Brasília, o documento praticamente saiu de circulação, não sendo disponibilizado na página web da SDH ou impresso em número significativo para divulgação entre ativistas, gestoras/es e demais interessadas/os. O “Plano Nacional LGBT” sequer chegou a ser instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, reproduzindo a inexistência formal que também caracteriza o “Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2009, p. 8).

Apesar de ressalvas e da demora na implementação da maior parte de suas ações, é incontestável a relevância do lançamento do “Plano Nacional LGBT”, o qual amplia e

complementa propostas já contempladas no “Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2009). Desse modo, há uma ampliação de ações, dentre elas:

O “Plano Nacional LGBT” apresenta um total de ações que corresponde ao triplo das previstas no “Brasil sem Homofobia” (60) - e a pouco menos de 1/3 das propostas aprovadas na Conferência Nacional LGBT (559), além de envolver número expressivamente maior de ministérios e secretarias do Governo Federal (oito, no âmbito do BSH, e 18, na esfera do “Plano Nacional LGBT”). Além disso, uma diferença importante consiste no fato de que o Plano especifica os órgãos responsáveis pela implementação de cada ação, bem como estabelece prazos para sua execução. Essa definição de prazos, porém, não deve ser vista como rígida, dada a ausência de qualquer mecanismo coercitivo no caso de descumprimento (MELLO et al., 2012, p. 7).

A execução das ações que integram o Plano Nacional LGBTTI é atribuída a ministérios setoriais responsáveis por demandas prioritárias do movimento LGBTTI - Educação, Saúde e Justiça e Segurança, ao mesmo tempo em que várias ações são definidas como de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, que possui um caráter claramente híbrido (setorial e sistêmico), confirmando sua centralidade na formulação e implementação de ações transversais e intersetoriais voltadas para a população LGBTTI (BRASIL, 2009).

Como outra inovação em relação ao BSH (Brasil sem Homofobia), está previsto no “Plano Nacional LGBT” que seu monitoramento e avaliação

[...] será feito por meio da articulação entre os diversos setores do governo”, devendo ser constituído Grupo de Trabalho Interministerial, de caráter permanente, composto por órgãos federais do Poder Executivo e pela Frente Parlamentar pela Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sob a coordenação da SDH, com a responsabilidade de elaborar relatório semestral de gestão. Representantes dos grupos LGBT poderão participar, quando convidadas/os, das reuniões do referido Grupo Interministerial. A viabilização e o cumprimento das ações desse grupo são realizados por um Comitê Técnico, com a atribuição de “colaborar no que couber para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão (BRASIL, 2009, p. 41).

Compete a esse comitê, também, a elaboração de relatório anual a ser encaminhado aos órgãos responsáveis pela execução das ações, “[...] para análise das recomendações, deliberações e tomada das providências cabíveis” (BRASIL, 2009, p. 42).

Saliente-se que, apesar de o “Plano Nacional LGBT” e suas políticas de execução, monitoramento e avaliação terem pouca visibilidade social, inclusive entre ativistas do

movimento LGBTTI, representantes do Governo Federal afirmam que sua implementação se encontra em pleno andamento (MELLO et al., 2012).

Em julho de 2010, a Coordenação Nacional LGBTTT divulgou o “Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNPCDH-LGBTTT), (BRASIL, 2010).

Nesse documento, encontra-se uma síntese das informações relativas às ações previstas no Plano Nacional LGBT, atribuídas a ministérios, como indicador de avaliação de sua implementação e monitoramento. Nos termos do documento, o trabalho foi realizado com apoio e auxílio dos diversos ministérios, ainda que não se tenha constituído o Comitê Interministerial de Monitoramento e Avaliação, previsto no próprio “Plano Nacional LGBT”. É necessário dizer, porém, que o documento padece de uma série de fragilidades, a começar por sua heterogeneidade, já que alguns ministérios apresentam informações relativas à execução de suas ações com um nível de detalhamento e inteligibilidade expressivo, enquanto outros o fazem de maneira pouco consistente, a partir supostas evidências que parecem insuficientes para caracterizar uma ação como realizada ou para fazer uma conexão clara entre as ações planejadas e as executadas (MELLO et al., 2012, p. 2).

O ponto de partida do “Programa Nacional de Direitos Humanos” (PNDH-3) são as Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH), realizada em dezembro de 2008, em Brasília, e as propostas aprovadas nas diversas conferências temáticas nacionais que ocorreram desde 2003, inclusive a LGBTTI.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) é composto por seis eixos orientadores, assim nomeados: 1) Interação democrática entre Estado e sociedade civil; 2) Desenvolvimento e direitos humanos; 3). Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; 4) Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; 5) Educação e cultura em direitos humanos; 6) Direito à memória e à verdade (MELLO et al., 2012). Os autores chamam a atenção para a importância de se ter claro que o PNDH-3 não prevê ações capazes de solucionar definitivamente a questão do abandono legal em que se encontram as pessoas travestis e transexuais no Brasil. O reconhecimento da sua cidadania em termos integrais só se dará quando a legislação garantir todos os seus direitos, independente da vontade de uma junta médica, da realização de uma cirurgia de transgenitalização ou de um diagnóstico de transexualidade ou disforia de gênero (MELLO et al., 2012).

A partir dessas reflexões, não parece haver dúvida de que o Brasil Sem Homofobia, a Conferência Nacional LGBT, o Plano Nacional LGBT e o PNDH-3 são manifestações do compromisso do Governo Federal com demandas históricas do movimento LGBTTI, ainda

que seja muito restrita a possibilidade de assegurar direitos para essa população apenas por meio de iniciativas promovidas pelo Poder Executivo (MELLO et al., 2012).

Políticas públicas visam definir ações e programas capazes de gerar maior efetividade de direitos previstos em normas legais, o que ainda não acontece no caso da maior parte dos direitos sexuais no Brasil, especialmente no tocante à igualdade na esfera pública entre todas as pessoas, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero.

Numa perspectiva otimista, pode-se pensar que as ações e programas voltados ao combate à homofobia e à promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT, implementados pelo Governo Federal e também pelos governos estaduais e municipais, encontram sua legitimidade no PNDH-3, que é o instrumento legal máximo a orientar a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas, brasileiras ou não, que se encontram no Brasil (BRASIL, PNDH-3, 2010, p. 16).

Como em toda política voltada para a população LGBTTI, o conhecimento sobre limites que podem interferir na concretização da proposta é fundamental, considerando que se existe conhecimento também há a possibilidade de luta e de superação de tais limites. Nas palavras de Melo et al. (2012, p. 4),

[...] é preciso ter clareza dos limites da efetividade das ações nele propostas, incluindo as relativas à população LGBT, dado seu caráter meramente programático. A fim de que planos e programas se tornem instrumentos efetivos de promoção de cidadania e direitos humanos, é fundamental que se viabilize maior interlocução entre formuladoras/es e executoras/es de ações. Sem isso, corre-se o risco de uma enorme distância entre o que se propõe executar e o que de fato é executado. O diálogo entre gestoras/es dos níveis federal, estaduais e municipais talvez seja o principal desafio a ser alcançado, já que, muitas vezes, disputas partidárias, ideológicas ou simplesmente de prestígio dificultam a execução de um trabalho coordenado, envolvendo distintas/os atrizes/atores sociais. Como pudemos observar a partir das dezenas de entrevistas realizadas no contexto da pesquisa, para as/os gestoras/es estaduais e municipais, que estão na esfera da implementação, e para as/os ativistas do movimento organizado, muito ainda precisa ser feito para que a vida real das pessoas LGBT seja tão digna e plena em direitos e em obrigações quanto às da maioria que vive - ou diz viver-nos parâmetros da norma heterossexual (MELLO et al., 2012, p. 4).

Ainda sobre a implementação das ações relativas à população LGBTTI que integram planos e programas governamentais, a tendência é a de que, a médio e longo prazos, se consiga superar as resistências homofóbicas institucionais presentes na sociedade heteronormativa e, neste contexto, as pessoas trans. Para que as lutas da população LGBTTI se tornem mais reais, é fundamental que se reconheçam os direitos civis desta população e, ao mesmo tempo, que realmente seja punida toda conduta preconceituosa, tal como vem sendo punido o racismo.

A minimização de condutas homofóbicas, aliás, um processo longo, se dá via conscientização, entretanto, carece em muito do respaldo jurídico. O suporte jurídico se caracteriza como instrumento para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas, visando garantir a concretização do que está definido, seja em decreto ou lei.

Atualmente, algumas políticas públicas criadas para “proteger” e “garantir” os direitos da população LGBTTI não estão em vigor, deixando estes indivíduos à mercê da sorte. Desse modo, quando mais se necessita de uma evolução no que tange à garantia de direitos a essa população, retrocessos têm sido constantes. Isso se explica em função das instabilidades governamentais no âmbito federal, o que contribui para a descontinuidade das políticas públicas. Podemos afirmar que isso não ocorre somente no Brasil, se observarmos o que a mídia tem veiculado de decisões incompatíveis com os direitos das pessoas trans. Citamos como exemplo os Estados Unidos, que pretendem não mais aceitar pessoas trans para servirem nas forças armadas⁷. Assim, a instabilidade das políticas públicas acaba somando-se a outros desafios vividos pela pessoa trans em seu cotidiano e no processo transexualizador.

A seguir, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com transmulheres e seus familiares na cidade de Lages-SC.

⁷ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-07/trump-proibe-que-transsexuais-sirvam-nas-forcas-armadas-dos-eua>>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

5 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

Efetuamos um estudo de cunho qualitativo, tendo como base a pesquisa de campo, com realização de entrevistas com transmulheres e seus familiares na cidade de Lages-SC. Para Minayo (2003), pesquisa qualitativa condiz à coleta de dados sem considerar quantidade, porque centrada nas contribuições desse material para as discussões a serem desenvolvidas. Neste caso, a discussão pretendida a partir das entrevistas com transmulheres e seus familiares tem por base conceitual as relações de poder que se manifestam e se reproduzem na sociedade através do discurso heteronormativo.

A discussão implicou na construção de um referencial teórico que permitisse estabelecer diálogos entre teoria e discursos proferidos pelos sujeitos. Para Gil (1991), o levantamento de um referencial bibliográfico constitui o ponto de partida para se poder discutir e analisar um determinado objeto de pesquisa.

5.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, mediante realização de entrevistas semiestruturadas, iniciando com a delimitação e formulação do problema. Este, decorrente de um processo indutivo definido e delimitado na exploração dos contextos onde se desenvolveu a pesquisa e, nos contatos com informantes que conhecem esse foco e emitem juízos sobre ele.

As características da pesquisa qualitativa conforme Flick, Von Kardorff e Steinke (2000) são: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa. Subsequentemente, estes autores “traduzem” estas bases teóricas em 12 características da pesquisa qualitativa.

5.1.1 Entrevista Focalizada

A partir dos objetivos propostos nesta pesquisa, este estudo fundamenta-se no método entrevista focalizada por apresentar a possibilidade de um diálogo que facilita a interação entre duas ou mais pessoas, permite uma troca de informações e dá sentido à realidade que abrange os sujeitos (FLICK, 2009).

Sobre a entrevista focalizada, Flick relaciona que “[...] um dos mais influentes no desenvolvimento deste método foi Robert Merton e Patricia Kendall em 1946 e em 1984, em campos da pesquisa de comunicação” (2009, p. 143).

Quatro critérios devem ser utilizados ao longo do planejamento do guia de entrevista propriamente dita: “o não direcionamento, a especificidade, o espectro e, ainda, a profundidade e o contexto pessoal revelados pelo entrevistado. Os diferentes elementos do método servirão para satisfazer a esses critérios” (FLICK, 2009, p. 145).

5.1.2 Análise de Dados

Nesta etapa da pesquisa, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo qualitativo proposta por Mayring (2007), que objetiva a redução do material em categorias. Flick, ao citar Mayring (2007), define análise de conteúdo qualitativa como um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos para analisar materiais comunicativos, cujo principal objetivo consiste em definir categorias que auxiliam na interpretação dos conteúdos.

Para Mayring (2007), a análise de conteúdo qualitativa compõe-se de um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos que visam a descrição do conteúdo das mensagens, cuja intenção é a produção de conhecimentos sobre essas mensagens. Também é considerada como método de tratamento de dados que tem por finalidade identificar o que está sendo pensado sobre um determinado assunto.

Conforme Mayring (2007), para uma análise de conteúdo qualitativo, torna-se necessário realizar procedimentos que favorecem a identificação das unidades de análise ou as categorias que emergem das entrevistas realizadas com transmulheres e seus familiares.

Nesse caso, acolhemos a técnica de análise explicativa para descrever e interpretar conteúdos provenientes das entrevistas com transmulheres e seus familiares. Flick (2009) descreve os procedimentos desenvolvidos por Mayring (2007) para a realização de análise de conteúdo explicativo como:

A análise de conteúdo qualitativo esclarece trechos difusos, ambíguos ou contraditórios por envolver o material de contexto e análise. Utilizando-se conceitos de dicionários, ou então, aplicam-se ou formulam-se definições baseadas na gramática. “A análise de contexto restrito” assimila outros enunciados do texto a fim de explicar os trechos a serem analisados, enquanto que a “análise de contexto amplo” busca informações fora do texto (sobre o autor, as situações gerativas, provenientes de teorias). Com base nisso, formula-se e testa uma “paráfrase explicativa” (FLICK, 2009, p. 293).

Nesta pesquisa, optamos pela construção indutiva de categorias derivadas do material empírico, as quais foram fundamentadas no referencial teórico. Apresentamos a seguir as

categorias encontradas no processo de tratamento de dados por meio do método de análise de conteúdo qualitativo, com a técnica explicativa.

Nesta etapa da pesquisa utilizamos a metodologia de análise de conteúdo qualitativo proposta por Mayring (2007), que objetiva a redução do material em categorias, configurando-a, portanto, como qualitativa, conforme situa Mayring (2007). Trata-se de um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos adotados com a finalidade de analisar materiais comunicativos a partir de categorias que auxiliam na interpretação dos conteúdos. As categorias resultantes da análise qualitativa são: transexualidade - identificação da pessoa trans, conceito de transexualidade, dificuldades encontradas no processo de transexualização e a troca de nome; relação com a família - percepção da família, dificuldades, desafios encontrados no processo de transexualização; preconceito - vivenciou/presenciou algum tipo de discriminação, preconceito ou tratamento diferenciado, em razão da condição de pessoa trans; trabalho - relação à pessoa trans e o mercado de trabalho, realidade, oportunidades e situações vividas.

Entendemos que a técnica de codificação e categorização se apresenta como um importante instrumento de organização e análise do conteúdo, facilitando a interpretação dos sentidos e significados que emergiram a partir das perspectivas das/os participantes nas entrevistas.

5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

O presente estudo desenvolveu-se na região serrana, no município de Lages-SC. Para a realização da pesquisa, primeiramente foram enviados documentos relativos à pesquisa empírica para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e o Projeto foi aprovado sob o Registro nº 1.719.212/2016. A Pesquisadora e a Orientadora elaboraram as questões para as entrevistas com quatro transmulheres e dois membros da família de cada transmulher entrevistada, totalizando 12 sujeitos.

As entrevistas foram pré-agendadas por telefone e/ou pessoalmente, conforme o tempo e a disponibilidade de cada pessoa. Assim, teve-se o cuidado de coletar os dados nos dias e horários adequados para os/as entrevistados/as, visando não interferir em sua rotina.

A primeira entrevista foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2017, na sala do GECAL (Gênero, Educação e Cidadania na América Latina), na UNIPLAC. As demais entrevistas aconteceram nas residências das famílias das transmulheres.

A escolha das entrevistadas se deu por intermédio de amizades, redes sociais e de outras transmulheres que simpatizaram com o tema e demonstraram interesse na divulgação para amigas igualmente trans.

A entrevista foi gravada e teve como instrumento um roteiro de perguntas norteadoras pré-estabelecido pela pesquisadora e a orientadora (Apêndice A). As entrevistadas também preencheram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE – Apêndice B) e, após a autorização, foi dado início à coleta de dados, utilizando-se da entrevista focalizada, conforme Flick (2009).

5.2.1 Participantes da pesquisa

Quadro 1 – Transmulheres

| CODINOMES | RELIGIÃO | IDADE | PROFISSÃO | ESCOLARIDADE |
|------------------|-----------------|--------------|--------------------|----------------------------------|
| Paula | Católica | 23 | Biomédica | Ensino Superior |
| Vanessa | Católica | 26 | Do lar | Ensino Fundamental |
| Rafaela | Evangélica | 24 | Garota de Programa | Técnico de Enfermagem - cursando |
| Izadora | Evangélica | 27 | Cabelereira | Serviço Social - cursando |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As quatro transmulheres entrevistadas residem na área urbana de Lages-SC, nos bairros Santa Helena, Popular, Coral e Centro. Sobre a opção religiosa, duas são evangélicas e duas, católicas. A faixa etária oscila entre 20 a 27 anos de idade. Sobre o trabalho e escolaridade, uma delas é garota de programa e estudante do Curso Técnico em Enfermagem; uma é cabelereira, cursando o ensino superior em Serviço Social; uma é cozinheira e encontrava-se desempregada no momento da pesquisa, e uma é formada em Biomedicina e está cursando medicina numa Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quadro 2 - Familiares

| CODINOMES | RELIGIÃO | IDADE | PROFISSÃO | ESCOLARIDADE |
|------------------|-----------------|--------------|--------------------|-------------------------------|
| Viviane | Católica | 43 | Psicóloga | Ensino Superior |
| Maria | Católica | 59 | Do lar | Ensino Fundamental incompleto |
| Miguel | Católica | 68 | Cirurgião plástico | Ensino Superior |
| Bruno | Católica | 33 | Padre | Ensino Superior |
| Geovana | Evangélica | 18 | Do lar | Ensino Médio incompleto |
| Fernanda | Evangélica | 66 | Aposentada | Ensino Fundamental incompleto |
| Claudia | Evangélica | 39 | Cozinheira | Ensino Fundamental incompleto |
| Amanda | Evangélica | 54 | Aposentada | Ensino Fundamental incompleto |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As pessoas, integrantes das famílias das entrevistadas, residem na cidade de Lages-SC, exceto uma, de São Paulo, que se encontrava em visita à família e participou da pesquisa. Sobre a opção religiosa, quatro pessoas são católicas e quatro são evangélicas. A faixa etária

dos familiares está entre 18 e 68 anos de idade. No que se refere à escolaridade, quatro possuem o ensino fundamental incompleto, uma possui o ensino médio incompleto três cursaram ensino superior, sendo uma em Psicologia, uma em Teologia e Filosofia e outra em Medicina.

Os nomes dos/as entrevistados/as foram objeto de preservação através do anonimato. Os codinomes das transmulheres foram escolhidos por elas e dos familiares pela pesquisadora.

5.3 COMPREENDENDO AS CATEGORIAS DA PESQUISA DE CAMPO

A primeira categoria é a transexualidade: nesta categoria abordamos a identificação da pessoa trans, conceito de transexualidade, dificuldades encontradas no processo de transexualização e a troca de nome. Na segunda categoria, foi estabelecida a relação com a família: percepção da família, dificuldades, desafios encontrados no processo de transexualização. Na terceira categoria, refletimos sobre preconceito: vivenciou/presenciou algum tipo de discriminação, preconceito ou tratamento diferenciado, em razão da condição de pessoa trans. Na quarta categoria, analisamos o trabalho: com relação a pessoa trans e o mercado de trabalho, qual a realidade e quais as oportunidades e as situações vivenciadas.

Entendemos que a técnica de codificação e categorização se constitui como importante instrumento de organização e análise do conteúdo, facilitando a interpretação dos sentidos e significados que emergiram a partir das perspectivas das/os participantes nas entrevistas.

5.3.1 Transexualidade

Transexualidade se refere ao sentimento de desacordo entre o sexo biológico e o sexo psicológico. Se fisiologicamente for homem, quer viver como mulher. O mesmo é válido para pessoas fisiologicamente nascidas mulheres. Sujeitos que se encaixam nessas características reivindicam direitos legais inerentes ao processo transexualizador, dentre eles a cirurgia e a troca de nome. O conceito de pessoas transexuais é o de que mulher transexual é pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. A pessoa trans pode encontrar dificuldades que envolvem o processo transexualizador, incluindo a troca de nome, aspecto determinante na construção de sua identidade sexual.

A transexualidade e a homossexualidade são percebidas pela sociedade como comportamentos anormais, pois pessoas nessas identidades agem de modo diferente dos papéis sociais determinados arbitrariamente para seu sexo biológico. “Transexuais sentem que

seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico [...]” (JESUS, 2012, p. 8). Desde muito cedo somos ensinados/as a agir, a sentir e a pensar conforme os papéis sociais determinados para o gênero masculino e o gênero feminino. O aprendizado dos papéis envolve a compreensão do que seja adequado e do que não se adéqua a cada gênero. Desse modo, fugir à regra do estabelecido como “normal” significa transgredir e, com isso, assumir as consequências.

Faz-se necessário, então, “[...] subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo” (BUTLER, 2010). O que a autora propõe é a problematização da ‘natureza biológica’ de homens e mulheres no contexto social que seja contrária à obrigatoriedade heteronormativa.

Para entendermos como isso se dá, buscamos a compreensão da Vanessa (2017) sobre transexualidade, conceito e as dificuldades do processo transexualizador. A transcrição da resposta será feita conforme os entrevistados falaram (*sic – segundo informações coletadas*), mesmo procedimento adotado nas demais citações diretas dos depoimentos dos sujeitos desta pesquisa.

Virei gay com 18 anos, com 22 anos eu me assumi transexual, eu estava em Florianópolis aí eu comecei me maquiar, e me vestir como mulher, mas desde pequena eu já sabia que eu era mulher, comigo mesma eu já sabia que eu me identificava como mulher, com 12 anos eu me vestia com as roupas das minhas primas nas brincadeiras.... Para mim automaticamente foi tranquilo, eu me senti muito feliz, pois toda trans quer fazer isso, eu sonho em fazer isso (cirurgias). Sim concordo, e deve ter cirurgias de graça e-mais rápido, pois já faz 6 anos que estou na fila de cirurgias, é uma cirurgia por mês, e é um direito nosso e não acontece frequentemente. Uma maravilha imagina estar em um lugar sem ninguém estar me olhando, o mundo ia mudar completamente, com as pessoas olhando é gay, beleza, é trans, beleza, sem dar importância. Tinha que ser rápido, e sem nenhuma burocracia se não tivesse burocracia você poderia mudar o nome rápido e fazer a cirurgia mais rápido, pois eu sei o que eu sou e o que eu sinto, então eu tenho o direito de poder querer. Pretendo realizar daqui uns 2 anos... (Vanessa, 2017, p. 1).

Vanessa se define como gay inicialmente para, em seguida, se assumir pessoa trans, mas sabia desde cedo de sua condição e sentimentos como mulher. Vanessa pretende fazer cirurgia em breve (*daqui uns dois anos...*) e pensa que a cirurgia e a mudança de nome deveriam consistir em um processo mais rápido.

O gênero está em constante transformação e há inúmeras maneiras de vivenciá-lo. Conforme entende Bento,

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle

minucioso na produção da heterossexualidade. E como práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade. A transexualidade representa perigo para as normas de gênero, à medida que reivindica o gênero em discordância com o corpo sexuado (BENTO, 2008, p. 41).

A pessoa trans vive uma experiência de identidade, na medida em que entra em conflito com as normas de gênero. “Alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora dos seus limites” (LOURO, 2011, p. 30).

Para Vanessa (2017), seu processo transexualizador foi tranquilo, referindo-se ao sentimento de felicidade. Destaca a importância de fazer a cirurgia e a necessidade desta ser menos demorada. Para ela, a cirurgia representa um direito, juntamente com a necessidade da troca de nome. A entrevistada afirma ter certeza do que é e do que sente, portanto, assim como a cirurgia, a troca de nome é um direito seu e de outras pessoas que se encontram na mesma condição.

Vanessa aponta como dificuldade a espera pela cirurgia, o que nos leva a retomar as considerações sobre o que significa esse procedimento para a pessoa trans. Visando refletir sobre este aspecto, nos situamos com o pensamento de Bento (2008), de que o processo transexualizador, por se tratar de uma intervenção no corpo, inclui riscos que podem refletir na segurança e na saúde física e psíquica da pessoa trans. Por isso, segundo os protocolos da área da saúde, a importância do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar por um período mínimo de dois anos.

Contudo, Bento (2008) ressalta que a decisão de fazer a cirurgia e todos os procedimentos que envolvem a transexualização deveria partir da pessoa trans, porque decorrentes de sua vontade de sair de uma realidade opressora e violenta em que vive.

Para Ávila e Grossi (2012, p. 17):

A patologização e a medicalização da transexualidade torna esses sujeitos “doentes” e por isso precisam de um tratamento onde não existe nenhuma espécie de controle por parte destes sujeitos, já que são submetidos a decisões dos profissionais de saúde e por não ser permitido viverem sua identidade de gênero como desejam, uma vez que não possuem reconhecimento social. Não possuem o reconhecimento legal da sua condição, e por isso, não podem adotar o nome oficial condizente com sua identidade de gênero. Tais condições tornam esses sujeitos vulneráveis a preconceitos e estigmas.

Butler (2003) também faz uma análise do que significa para as pessoas trans a patologização de sua condição. Para essa autora, ao pensar a transexualização como transtorno, como patologia, está se aprisionando o indivíduo em seu próprio corpo,

impedindo-o de se libertar dos seus conflitos relacionados à busca do exercício de sua identidade de gênero.

A transexualidade como patologia atende aos preceitos do modelo heteronormativo de sociedade, o que significa tratar as experiências trans a partir das concepções naturalizadas do sistema sexo-gênero que servem de sustentação para o modelo heteronormativo. Assim, “[...] qualquer corpo que fuja da linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo será patologizado”. O que leva a autora a pensar que a “[...] patologização constitui-se um dos mecanismos utilizados para manter as práticas que divergem do modelo hegemônico dos gêneros às margens do considerado humanamente normal” (BUTLER, 2003, p. 5).

A despatologização da transexualidade vem sendo discutida por autoras brasileiras, dentre as quais se destacam Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012). Seus estudos têm contribuindo para a discussão sobre transexualidade em diferentes momentos e lugares no Brasil. Para elas, deixar de tratar a transexualidade como doença e não a abordar como identidade de gênero constitui objetivo não só dos sujeitos que compõem este grupo de pessoas na sociedade, mas, também, de outros segmentos que se interessam pela causa.

Dentre as ações que vêm sendo empreendidas para que a transexualidade deixe de listar o DSM e a CID destacam-se campanhas organizadas por pessoas de diferentes lugares do planeta:

[...] são mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul que estão engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID. As mobilizações se organizam em torno de cinco pontos: 1) retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID-11; 2) retirada da menção de sexo dos documentos oficiais; 3) abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas *intersexo*; 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e 5) luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 4).

Rafaela (2017) se refere ao seu processo de transexualização e nele a questão do uso de hormônios e suas implicações.

Eu era bem novinha né? Eu tinha uns 18 pra 19, eu tomava muito hormônio, daí eu tinha o instinto, minha mentalidade na minha mente... De mãe e isso, o meu leite era bastante, daí eu dava escondido na verdade da minha Vó pra ela não ver (Rafaela, 2017, p. 2).

Escondido, amamentava minha filha adotiva, que é a Eloisa, e o Felipe, que é o segundo. Depois que amamentei o Felipe secou meu leite, daí não veio mais (Rafaela, 2017, p. 2).

Mamava, era bastante, era o instinto... Eu pegava assim no colo e vinha, vinha igualzinho, eu tirava também, às vezes doía demais, empedrava, eu tive que tirar o leite também. Daí depois que eu pus silicone, também veio só uns 3 meses, depois secou. Até o meu cirurgião ficou bravo comigo que eu não avisei pra ele, né? Daí podia dar uma infecção, né? Que tava vazando demais e ele mexia em mim, fazia um corte e jorrava leite. Jorrava, doía se eu não tirasse, doía demais, que tinha que tirar com a esgotadeira. Foi, daí ele falou que é por causa do hormônio e daí cresce a célula da, que agora esqueci o nome. Lembrei da glândula mamária, que manda, né? Ele falou que era para parar, porque acontece, daí e é prejudicial, né? Pode ficar cego, dependendo de muito tempo de uso do hormônio.... Dá tumor na cabeça, daí eu parei (Rafaela, 2017, p. 3-5).

Segundo Rafaela, aos 14 anos ela já sentia atração por meninos. Até tentou inicialmente se relacionar com meninas, mas não deu certo. Relata que com 18 para 19 anos começou a tomar hormônios e, como tem uma filha e um filho adotivos, instintivamente os amamentava, escondida de sua avó. Ela afirma que o implante de silicone diminuiu a produção de leite até secar a glândula mamária, cerca de três meses depois do procedimento.

Mas isso não se explica cientificamente, pois o silicone é colocado atrás da glândula mamária e fica isolado dentro de uma cápsula sólida. O sistema imunológico ainda reforça essa proteção e produz outra cápsula, como se fosse uma bexiga que reveste a prótese. Isso faz com que o material não entre em contato direto com o organismo. O que pode ocorrer é uma perda provisória da sensibilidade em alguma região do mamilo, caso a cirurgia corte algum nervo do local (TENENTE, 2016, p. 1).

Rafaela não avisou o médico que a acompanhava sobre o funcionamento da glândula mamária, situação que gerou descontentamento por parte do cirurgião, porque atrapalhou nos procedimentos cirúrgicos.

A dificuldade encontrada no processo de troca de nome, um dos aspectos fundamentais para a pessoa trans, está presente no relato de Rafaela. Quando ocorre a troca de nome, significa que a pessoa foi aceita socialmente em sua nova identidade.

Sobre a alteração do nome deu um errinho, tipo mudei meu nome e daí colocaram Augusto Oliveira. Daí eu disse: “Eu não quero Augusto”, daí voltou de novo, eu quero “Rafaela Oliveira”, e daí agora foi mandado pra São Paulo e agora tem que voltar pra Lages pro Juiz autorizar. O processo foi muito demorado, muito enrolado, deu quase dois anos. Isso que eu não peguei ainda, né? Fiz o processo aqui na UNIPLAC [“aqui”, porque a entrevista foi feita na sala do GECAL]. Peguei uma advogada aqui na UNIPLAC. Agora esqueci o nome dela. Então, vai dar dois anos já. Coisa que eu não peguei ainda. Só que era pra ter pegado ano passado, ela fez errado, né? Ela deu o nome errado, eu não queria Augusto. Senão já era pra tá pronto ano passado, daí que disse eu não quero assim. Quero tirar esse Augusto, não dá, não tem condições. Foi um erro dela. Daí ela queria jogar pra estagiária, mas tem que passar por ela primeiro. Eu ouvi na TV, né?

Quando a Dilma liberou eu vi e eu fui atrás. Que antes não tinha (Rafaela, 2017, p. 7).

Conforme observado, Rafaela aguardou quase dois anos para que fosse oficializada a troca de nome. Fez seu processo em 2003, no Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ - da UNIPLAC, porém houve erro e o processo precisou ser refeito.

Izadora também destaca as dificuldades enfrentadas no processo de troca de nome.

Foi em 2005 que eu consegui a mudança do meu nome. Só que assim, na verdade, que eu consegui entre aspas, que eu dei entrada, né? Porque foi dois anos que ficou na mão de dois juízes e nada acontecia, depois que eu fui conversar com o Juiz Sílvio Orsatto que eu consegui a liberação mesmo da documentação. Então sempre me tratavam como Jorge. Só que assim, eu dependendo do local. Até eu me sentia um pouco constrangida, mas dependendo do local eu não dava muita importância assim, sabe? Se era um local que eu não ia mais voltar, digamos assim, eu não ligava. Até porque na verdade essa opção de ser chamada pelo nome social, de ser tratada digamos assim, é agora que tá implantado, né? Mas os órgãos até então não tinham informação de como chamar a pessoa trans. Tudo muito bem resolvido e já tinha essa identidade desde pequena, não tive problemas de aceitação, o problema é mesmo a sociedade (Izadora, 2017, p. 1-7).

A entrevistada destaca o uso de hormônios, a necessidade de acompanhamento médico e relata o uso de silicone.

Na verdade, assim na saúde, o médico não pode te prescrever um medicamento. O que que eu faço agora, digamos assim, antes eu simplesmente só comprava o hormônio e não fazia acompanhamento nenhum. Uma vez no ano eu vou no endocrinologista pra ver como que tá os meus hormônios. Mas ele não pode fazer assim um acompanhamento, de eu tomar hormônio, sabe? Até porque não tem no SUS um CID pra esse público, que é os transgêneros. Aqui em Lages, no caso. Então eu faço acompanhamento só dos meus hormônios, no caso eu faço todos aqueles exames e já peço encaminhamento pro endocrinologista o encaminhamento pra mim ver como que tá os meus hormônios. Até hoje na verdade eu tomo por conta, né? Eu não tenho acompanhamento de médico nas questões dos hormônios, eu faço uma consulta anual pra ver como que tá os meus hormônios, que pode te dar várias complicações. E então eu faço mesmo só pra ver como que está, mas não que ele, o médico dê a medicação (hormônios). É sempre por conta. Eu tenho silicone. Ah! Assim, eu quando eu operei pra por silicone eu disse que nunca mais eu queria fazer, porque eu sou muito hiperativa. E você depender dos outros é muito complicado pra tudo, né? E a minha insegurança maior era de levantar da cama, até uma pessoa me ajudando, dava a impressão que ia cair os pontos, então a recuperação pra mim foi bem complicadinha (Izadora, 2017, p. 1-7).

Izadora relata ter comprado hormônio sem prescrição médica, não fazendo nenhum acompanhamento com profissional da área da medicina, assumindo os riscos. Consulta uma vez ao ano com endocrinologista para saber como estão seus hormônios. Afirma que em

Lages não há hormônio pelo SUS, e que tem consciência das complicações trazidas pelo uso sem acompanhamento médico.

No Art. 4º da Portaria n. 2.803 está definido o processo transexualizador com vistas à integralidade e que se divide em modalidades, a saber:

Art. 5º Para garantir a integralidade do cuidado aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada, serão definidas as seguintes modalidades: I- Modalidade Ambulatorial: consiste nas ações de âmbito ambulatorial, quais sejam acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria; e II - Modalidade Hospitalar: consiste nas ações de âmbito hospitalar, quais sejam realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados (BRASIL, 2013, p.1).

Izadora descreveu como aconteceu seu processo transexualizador e destaca aspectos importantes sobre o atendimento médico.

Na verdade, até pra mim foi uma transição assim que foi indo aos poucos, sabe? Eu comecei a trocar a forma de me vestir, porque eu nunca me senti, digamos, menino. Eu sempre brincava com as meninas desde criança, eu sempre fazia as coisas de menina, eu tinha um bonecão, que eu tinha ganhado, até eu fiquei muito brava porque quando nasceu a minha sobrinha, eu tive que dar a minha boneca pra ela. Mas foi uma transição assim normal, sabe? Não foi que eu me descobri, digamos que foi indo, e eu fui deixando. E daí, na verdade com 15 anos que realmente eu tava transformada mesmo como mulher, daí a partir dali não teve volta, digamos assim, daí a partir dos 15 anos eu... É e eu nunca, assim, achei bonito, digamos, a forma que eles são, sabe? Aquele escândalo pra mostrar o que são, isso eu não acho legal, nunca achei. Então eu achava que eu era gay. E daí quando eu fui crescendo, que eu fui amadurecendo, tendo conhecimento, que eu fui descobrir que eu era uma trans. Eu tive a oportunidade de encontrar um médico endocrinologista que já havia tratado outras pessoas na minha situação, o qual me ajudou nesse processo, no entanto é uma situação difícil, a maioria dos médicos não está preparado para atender, não tem habilidade suficiente para lidar com essas questões (Izadora, 2017).

A entrevistada fala da sua condição de transmulher que, segundo ela, foi acontecendo aos poucos. Em sua trajetória, encontrou um médico, em Lages, que já havia tratado outras pessoas na sua situação. Izadora ressalta que a maioria dos médicos não possui preparo e não tem habilidades suficientes para lidar com a questão da transexualidade e seus desafios.

A colocação de silicone para a transmulher é fundamental, e Paula (2017, p. 2) traz informações importantes sobre esse aspecto, conforme podemos observar em seu depoimento:

Na questão do silicone foi tranquila tanto para colocar, quanto a recuperação por ter um membro da família como médico, todavia sei que existem médicos que se recusam a colocar implantes em “homens” (maneira como eles se dirigem a pessoas trans). Sou muito bem tratada, pois como já fiz todas as minhas mudanças, levo minha vida tranquila no anonimato. Já realizei, o mais difícil foi ter a cirurgia autorizada, tive autorização para mudança de registro assim que realizasse a cirurgia. Tenho dificuldades normais do dia-a-dia, como qualquer outra pessoa, têm dias que acordo mais disposta, outros dias menos disposta. O processo me possibilitou que eu pudesse viver a minha vida, a pessoa que eu realmente sou e sempre me senti ser, vivendo uma vida tranquila, normal, focada nas minhas obrigações e crescimento pessoal. Sim, ainda existe muito tabu e despreparo em relação a essa situação. Acho que deveria ter uma maior preparação dentro das escolas de medicina, ensinando os futuros médicos a lidar melhor com pacientes que se apresentam nessa situação, aprendendo a dar o devido apoio e encaminhamento correto para que a pessoa resolva sua situação (Paula, 2017).

Sobre a cirurgia para colocar silicone, Paula (2017) situa que a mesma foi tranquila, considerando que tinha um médico na família. Entretanto, denuncia a existência de alguns/mas médicos/as que se recusam a colocar silicone em “homens” – maneira pejorativa por meio da qual se dirigem à transmulher. Paula salienta que já fez sua cirurgia, obteve autorização para troca de nome em seguida e vive tranquila no anonimato. Como todas as pessoas, Paula relata ter dificuldades do dia a dia. Deixa evidente que o processo transexualizador lhe possibilitou ser quem realmente é, podendo, com isso, focar em suas obrigações e em seu crescimento pessoal. Finalmente, denuncia que “[...] deveria ter um maior preparo dentro das escolas de medicina, ensinando os futuros médicos a lidar melhor com pacientes que se apresentam nessa condição, aprendendo a dar o devido apoio e encaminhamento correto para que a pessoa resolva sua situação” (Paula, 2017, p. 2).

O depoimento de um familiar destaca a relevância do silicone para a transmulher em processo:

Possui implantes mamários. Foi tranquilo, beleza. Recuperação Normal, tudo normal. Conseguiu fazer, é um alento né? Faz a mama, a outra. E aí, faz a cirurgia, né? É o certo. É a auto realização, sim com certeza (Miguel, padrasto de Paula, 2017, p. 2).

De acordo com Ávila (2014, p. 12), “[...] a instituição do processo transexualizador foi considerada uma vitória pelo movimento LGBT e pode ser considerado um avanço nos direitos dos/as transexuais”.

No que se refere à cirurgia de redesignação de sexo, a forma como é realizada hoje, podemos afirmar que ela é fruto de uma caminhada histórica. Vejamos a seguir:

[...] Quando se fazia a amputação e o transplante de pele, fazia a cavidade e o transplante como modelo, como ficava sem a sensibilidade, que teria que ficar, existia um alto índice de suicídio, porque se imaginava de certo que era uma coisa, e as coisas eram diferentes, né? O pós bem diferente. Então se perdia, como se perde hoje. Lá na Tailândia eles operam ainda do mesmo jeito, e depois, eles amputam e tiram só a pele e fazem o implante inverso, dentro da cavidade abdominal, eles fazem a cavidade e fazem o inverso. Mas a sensibilidade, tem vários tipos e a principal é a próprio septiva consciente. A próprio septiva consciente você identifica as coisas de olho fechado, certo? Então pra te ensinar o que é uma próprio septiva consciente, a sensibilidade, eu tô de olho fechado, eu pego e faço isso aqui ó.. e digo: Ah! É uma caneta e um lápis. Se ele perde essa sensibilidade, ele jamais vai identificar a pele. Então... Não consegue: os outros tipos de sensibilidade, são sensibilidades mais primitivas, ela pode voltar com oito meses esse tipo de cirurgia que os caras fazem na Tailândia, mas é uma sensibilidade muito grosseira, dificilmente leva ao prazer. A nossa técnica é diferente, nós desesqueletizamos. Esqueletizamos, ou seja, quer dizer o seguinte, microcirúrgico. Você deixa a artéria, a veia e o nervo, inteiro como ela é, e inverte e fica igual e aí você expõe e deixa um clitóris um pouquinho além do normal, depois você modela no segundo tempo, que fica com a mesma sensibilidade, ou seja, esse tipo de sensibilidade é próprio séptica consciente. É o que leva ao orgasmo, entendeu? Com extrema facilidade, a outra já dificilmente vai levar, entendeu? Esse é um problema. Tanto é que quando nós fazíamos isso aqui há 40 anos, eles nos proibiram por causa do alto índice de suicídio. Depois que eu comecei, que fui até no México fazer a cirurgia, porque nunca tinha sido feita lá, era proibido, porque era uma amputação e aí com a esquilização e a microcirurgia foi a primeira feita no México, fui eu que fui lá fazer, isso há 3 anos atrás. Hoje, até era pra vir uma equipe de cirurgiões mexicanos aqui, mas daí os caras aqui também me sacanearam, tive que suspender, são uns ignorantes também, sabe o que é ignorantes? Infelizmente, não abrem portas... Foi no caso, que estava pra ser operada. Agora tá praticamente liberado, mas ainda é complicado... É que o Brasil ainda não avançou totalmente (Miguel, padrasto de Paula, 2017, p. 1-2).

Miguel descreve o processo das primeiras cirurgias de redesignação sexual. Segundo ele, o que se fazia era uma amputação e o transplante de pele. Como ficava sem a sensibilidade, que deveria ficar, registrava-se um alto índice de suicídio. Conforme o entrevistado, a cirurgia brasileira “esqueletiza”, ou seja, “*deixa a artéria, a veia e o nervo, inteiro como ela é, e inverte e fica igual e aí você expõe e deixa um clitóris um pouquinho além do normal, depois você modela no segundo tempo, que fica com a mesma sensibilidade, ou seja, esse tipo de sensibilidade é próprio séptica consciente. É o que leva ao orgasmo*” (Miguel, padrasto de Paula, 2017, p. 2).

Ainda de acordo com o depoimento de Miguel (2017, p. 2), a cirurgia de redesignação realizada no Brasil até a década de 70 foi a causa de muitos suicídios, porque o modo como

era feita deixava a pessoa sem sensibilidade, o que a impedia de sentir prazer. Outro fator relevante é o de que também o processo de liberação da cirurgia no Brasil é bastante demorado e complexo.

Na fala de Miguel ficam evidentes os desafios enfrentados pela pessoa trans na busca pela realização da cirurgia. Destaca a necessidade de passar pela equipe multidisciplinar durante dois anos, período mínimo para a liberação da cirurgia.

Porque a Paula sofreu o pão que o diabo amassou, que até dá aqui na primeira instância foi legal até porque os juízes me chamaram lá, fizeram uma coletiva e me chamaram lá e eu expliquei tudo pra eles. Entenderam eles. Aprovaram e mandaram pro Supremo em Florianópolis e aí o Supremo, claro com o aval de todos eles, mas demora, né? Então agora tá aberto o caminho, só que é o seguinte, ainda com uma certa dificuldade, que até eu acho que vale a pena, porque é diferente, sabe? De repente o homossexual é diferente do transexual, né? Homossexual jamais vai fazer essa cirurgia, de repente pode dar alguma coisa lá e ele querer fazer, aí não vai dar certo. Então por isso que precisa de um tempo, né? É só procurar o pessoal da equipe... Multidisciplinar. Que faz o pré, né? Tem o Endocrinologista, tem a Psiquiatra, procura o pessoal e faz, né? Aquele período de adaptação de dois anos, eles vão dar um certificado que aí me autoriza a fazer a cirurgia. Eu sem esse processo não posso fazer: Isso quem segura é o CRM não é eu, né? É o CRM que autoriza, que tem medo, porque também são uns ignorantes, sabe? Tem medo que vá... Falta de conhecimento, né? De informação... É bem complicado... (Miguel, padraço de Paula, 2017, p. 2-3).

Miguel explica que a pessoa homossexual tem relações afetivas com pessoas do mesmo gênero. Já a pessoa transexual não se identifica com seu corpo, que muitas vezes é diferente da sua identidade de gênero, por isso, pode ou não querer realizar a cirurgia de redesignação sexual ou fazer alterações na sua aparência. Identidade de gênero é como a pessoa se vê, como homem ou mulher, e orientação sexual é a atração física ou sentimental que a pessoa tem por outras.

O Conselho Regional de Medicina (CRM) deve autorizar a cirurgia de redesignação sexual. Antes da autorização, a pessoa necessita de acompanhamento de uma equipe multidisciplinar com psiquiatra, endocrinologista e psicólogo/a, durante o período de dois anos. Essa equipe auxilia na orientação e acompanhamento da pessoa trans em todo processo: atendimento psicológico, uso de hormônios, silicone e a cirurgia de redesignação.

5.3.2 Relação com a família

Este subcapítulo aborda a percepção da família, dificuldades e desafios encontrados no processo de transexualização. O objetivo é o de conhecer como se dá o processo na relação familiar tanto para a transmuler quanto para seus familiares.

Na contemporaneidade, definir família é algo complexo, conforme já mencionado, em razão da diversidade de arranjos familiares existentes. Família, teoricamente deve ser o porto seguro para as pessoas em seus momentos de dificuldades, entretanto, na prática, nem sempre esse porto seguro vai existir, gerando, com isso, a exclusão. No caso da pessoa trans, quando não existe apoio, o processo de transição torna-se mais difícil e muitos serão os problemas.

De acordo com Grossi (2003, p. 280): “a família tem hoje uma geometria variável, conjugal, ‘clássica’, monoparental, recomposta, homossexual. Seus contornos são múltiplos e eventualmente se movem por alianças eletivas. O que permanece é a força das relações de parentesco na sociedade moderna”.

Sobre relações familiares e o processo transexualizador, tem-se a fala de Miguel, padrasto de Paula, que assim se expressa:

Eu fiquei sabendo bem antes, porque começou a haver problema muito sério com o avô. Então eu: o que está havendo? Daí que eu fiquei sabendo que era trans, que eles não aceitavam. Não aceitavam, de maneira nenhuma (Miguel, padrasto de Paula, 2017, p. 3).

Miguel descreve as dificuldades de aceitação familiar vividas pela pessoa trans no seu processo de mudança. Deixa evidente que na família podem existir resistências, entendendo que a resistência de aceitação, na situação exposta, foi do avô materno de Paula, posição que pode ser explicada a partir da defesa por parte desse avô, de um pensamento heteronormativo.

A sexualidade acompanhou a trajetória histórica das relações de gênero, pois o poder masculino também tratou de expurgá-la do seio “moral” da família, preocupando-se em priorizar a legitimação da relação sexual como, antes de tudo, uma via de reprodução (e, ocasionalmente, como um meio de obtenção de prazer - mesmo que unilateral). O modelo patriarcal assim, passou a sustentar-se em uma relação conjugal fundamentada em rígidos pressupostos de “moralidade”. Temas como virgindade, heterossexualidade e resignação feminina passaram a constituir o modelo institucionalizado para a família “normal” - o que transformou em tabu o diálogo sobre sexualidade (s). Desta forma, ainda marginalizou todas as demais configurações de orientação sexual diferente do padrão social vigente, justamente por procurar emparelhar sexualidade com moralidade. Os valores patriarcais, por conseguinte, naturalizaram-se através da família e, geração a geração, perseveraram-se ainda como padrões à estrutura familiar (PETERSEN, 1999, p. 127).

Neste contexto, a vivência de uma situação como a transexualidade no ambiente familiar pode gerar extrema ansiedade, considerando que o discurso heteronormativo está presente na sociedade desde muitos séculos, é algo naturalizado. Entretanto, é relevante salientar que

Sobre a organização familiar e os modelos simbólicos de família, conjugalidade e filiação, pluriparentalidade. Fato importante, as famílias gays e lésbicas deixaram de ser invisíveis na bibliografia de referência sobre família e parentesco em sociedades contemporâneas como atestam várias publicações recentes (GROSSI, 2003, p. 280).

Vanessa reforça a realidade de rejeição enfrentada por muitas pessoas trans, chegando à expulsão do convívio familiar. Em sua fala, destaca também o machismo do pai:

No geral eu fui bem aceita, não teve nada de ser rejeitada ou expulsa de casa, no início teve as dificuldades que todas as famílias têm, mas depois foi tranquilo.... Não foi tão simples por causa do meu pai, pela família dele ser machista, eu fui me vestindo com o tempo, em questão do meu irmão e da minha mãe foi mais tranquilo (Vanessa, 2017, p. 1).

Em seu relato, o irmão da Vanessa conta que ela se apresentou como homossexual inicialmente e que somente depois de algum tempo como transmulher passou a agir normalmente. Após entender que a irmã era mesmo transexual, ajudou-a a contar aos pais.

Primeiro a Vanessa falou para mim que era homoafetiva, eu lembro na época, eu morava no Rio de Janeiro e vi uma foto dela no Orkut toda maquiada, e estava no meio de toda uma confusão, minha mãe estava em depressão, e no meio de tudo isso ela apareceu como mulher, e isso foi o complicado para nós, e eu disse, fale com o pai e a mãe primeiro, porque eu sabia que aquilo ia exigir demais do meus pais, até para mim, pois até um dia você tinha um filho hetero e depois homoafetivo, e depois disso já mudou para transexualidade, foi muito rápido, era muita informação para nós naquela época, e isso foi anos para a gente entender e tem o fato dos hormônios, e depois em 2008, quatro anos depois, que ela assumiu numa conversa pelo skype, ela disse sobre a transexualidade, e eu fiquei bem mais tranquilo, pois foi onde ela pediu a minha ajuda para eu falar para os pais, então quatro anos depois ela assumiu a transexualidade, eu agi normalmente e sabia que precisava dar esse “feedback” e esse reforço para ajudar ela, dizendo para o pai e a mãe, então foi quatro anos para ela voltar a falar sobre isso (Bruno, irmão de Vanessa, 2017, p. 2).

A pessoa em processo de transexualização passa por muitos desafios e conflitos, precisando, por isso, de muito apoio da família. Esta, por sua vez, precisa entender o que está acontecendo com seu familiar para poder auxiliá-lo/a no que for necessário. A compreensão passa pelo susto, pela negação e outras reações por parte dos familiares, conforme podemos observar no depoimento da mãe da Vanessa.

Fiquei sabendo na rua que chamavam ela de “veadinho” e chamava a atenção e brigava porque eu não gostava daquilo e eu não pensava nisso, e o dia que ela me disse eu estava em uma festa de igreja e era de noite e estava chovendo muito e pedi para ela me ajudar a trazer algumas coisas na minha vizinha e percebi que ela estava fazendo algumas coisas, e eu chamei ela para conversar e ela se trancou no quarto, depois ela desceu, ficou sentada na escada, aí eu chamei para conversar e ela sentou na mesa e

começou a chorar, e me disse que era trans. Eu disse: “você é meu filho e vai ser meu filho pelo resto da minha vida”. Daí eu saí para pensar um pouco sobre aquilo. Saí a pé e pedi para ninguém vir atrás de mim, não sabia mais aonde eu estava. Era noite, estava garoando, e eu chorando muito, pensando no que ia acontecer com ela. Não era comigo a preocupação, era com ela. O meu marido chegou do serviço e ela disse que eu tinha saído caminhar. Pegaram o carro e foram atrás de mim. Me encontraram na rua, com os olhos inchados de tanto chorar. Entrei no carro e meu marido perguntou se eu estava bem. Eu disse que estava. Ele me mostrou os braços, porque estava com curativo, tinha passado mal no trabalho. E eu não pude falar para ele sobre a minha filha. Quando chegamos em casa, eu não conseguia dormir, mas não consegui contar para ele. Em dezembro, três meses depois da minha filha ter me contado sobre sua orientação sexual é que contei para meu esposo o que estava acontecendo (Maria, mãe de Vanessa, 2017, p. 2).

O relato da mãe de Vanessa evidencia a dimensão dos conflitos vividos pela pessoa em processo de transexualização e, ao mesmo tempo, da própria família. Caso não haja entendimento de ambas as partes, as consequências serão de turbulência emocional e até de desatinos, como a tentativa de suicídio, muitas vezes resultando em morte, situação observada na continuidade do depoimento da mãe da Vanessa:

[...] meu filho chegou de viagem em dezembro e meu marido tinha um sofá na garagem. Ele ia deitar lá nesse sofá, aí a gente começou a conversar, e ficaram me perguntando sobre o que aconteceu comigo e eu disse para eles o que tinha acontecido, aí meu marido chegou do meu lado e me perguntou o que aconteceu, meu filho falou o que aconteceu para o meu marido, pois o meu medo era o meu marido não aceitar. Eu disse para ele antes de você mandar minha filha embora eu vou junto com ela. Ele chorou muito também, mas disse que não ia mandar embora. Eu disse para o meu filho não dizer nada para minha filha trans, para não piorar as coisas por enquanto. Em maio ela ficou em casa, eu havia ido à missa da igreja, e a minha filha Vanessa acabou tentando se enforcar, e eu fui para missa e era o último domingo da Quaresma. Quando a gente chegou na igreja eu me ajoelhei e olhava para Nossa Senhora e começava chorar como se eu estivesse com uma angústia e pensei que estava acontecendo alguma coisa. Meu filho estava no Rio de Janeiro e eu estava com medo de ter acontecido algo com ele. E eu me preocupei menos com a minha filha Vanessa, pois ela estava em casa escutando som, e pensei que não teria acontecido nada com ela, aí uma amiga veio para mim, aí ela veio do meu lado e que queria falar com meu marido, eu pensei que estava brava comigo, aí meu marido disse vamos embora Maria. Aí meu marido disse vamos embora novamente, aí eu disse não vou, pois fazia tempo que não vinha para a missa. Aí novamente meu marido disse vamos embora, a Vanessa tentou se suicidar, e nos saímos rápido. Quando chegamos em casa ela já estava na ambulância, pois um senhor conseguiu cortar a corda que minha filha usou para tentar se enforcar, minha filha só não morreu porque a corda pegou errado no pescoço o médico disse, aí o médico disse que se ela viesse para casa minha filha ia tentar novamente o suicídio. Aí nos internamos ela depois voltou para casa e ficou tudo calmo. É tudo normal, é questão de aceitação da família (Maria, mãe de Vanessa, 2017, p. 1).

O depoimento da mãe da Vanessa contém os seguintes aspectos: ficou sabendo da realidade sobre a filha na rua. Depois ouviu do próprio filho e então disse-lhe que continuaria sendo seu filho sempre. A aceitação foi bastante complexa para a família, iniciando com a mãe de Vanessa. Diante da condição de sofrimento a que se sentiu exposta e culpando-se por causar os mesmos sentimentos aos pais, Vanessa tenta o suicídio, mas foi salva por um vizinho. Por orientação médica, Vanessa foi internada. Quando a situação se acalmou, ela foi aceita pela família, o que reflete um pequeno sinal de compreensão do que é a pessoa trans, mas também revela o quanto o processo de mudanças é árduo, podendo os indivíduos nele envolvidos não sobreviverem.

Em seu depoimento, Rafaela conta como ocorreu a revelação de sua transexualidade para seus familiares:

A Vó foi tranquilo, bem tranquilo também. Não falou nada. A minha tia achou estranho no começo, mas ela aceitou, foi tudo legal. Só a única que ficou mais assim foi minha tia, que não gostava, no certo né? Não gostava. Daí... mas aceitou, de boa. Ela falou: “Nossa, você vai virar mesmo?” E daí eu disse: “Mas eu não me sinto bem homem”. Não me vejo homem... só mulher. Já estava na minha cabeça, desde pequena (Rafaela, 2017, p. 2).

A tia da Rafaela conta sobre o modo como a família recebeu a notícia e lidou com a transexualização. Conforme Geovana, houve estranheza no início, mas por conta de vínculos familiares mais firmes, a situação foi se encaminhando para a aceitação e a normalidade. Em nome dos laços afetivos as coisas se acomodam, ainda que sem muita compreensão do que está acontecendo:

No início eu achei meio estranho... até a gente se acostumar, né? Daí eu chamava ele de outro nome, né? Nome de Ivan, né? Só que agora eu chamo ela de Rafaela, que daí tem que se acostumar, né? E agora está com a gente aqui em casa. Tem que chamar do jeito que ela é, de mulher, né? Rafaela. Se chamar ela de “Giba” ela fica bem louca. Quer bater na gente, risos (Geovana, tia da Rafaela, 2017, p. 11).

Trazemos também o depoimento de Paula, sobre o modo como a família reagiu à notícia de que era uma pessoa trans.

Contar a minha mãe foi tranquilo, ela disse que me apoiava e me amava, e disse que já desconfiava, quando contei ao meu pai, ele não manifestou reação nenhuma, simplesmente calou-se, na época meus pais eram separados, então fui embora e não nos falamos por três dias, então ele me ligou dizendo que queria conversar, ele disse que falou com a irmã dele (minha tia) que foi super. compreensiva, ele disse que no fundo ele já sabia, pois quando eu era pequena eu brincava de uma forma mais delicada e com coisas de meninas, diferente dos meus primos, então disse que me apoiava.

A família reagiu bem, sempre disseram que queriam que eu fosse feliz (Paula, 2017, p. 2).

O depoimento da Paula reflete formas diferentes de compreender a questão da transexualidade. A mãe aceitou de imediato e relata que desconfiava da transexualidade da filha há muito tempo. O pai, por sua vez, se calou, mas, depois também reconheceu que já imaginava e relacionava o comportamento de Paula ao que se espera das meninas pela sociedade heteronormativa. Diz que “brincava de uma forma mais delicada”.

A mãe de Paula também conta sobre o modo como ficou sabendo da transexualidade da filha. Fala sobre a dificuldade inicial que teve para compreender o que estava acontecendo e que encontrou o que precisava nos estudos. Evidencia preocupação com o preconceito e exclusão que a filha sofreria na escola e mesmo na faculdade. Preocupava-se inclusive com o preconceito de professores/as, afirmando que esses/as profissionais possuem cultura diferente. Em sua fala, destaca-se o fato de vivermos numa sociedade que tem diferentes preconceitos.

Eu fiquei sabendo por ela mesmo, ela chegou e me falou, mas na época eu não tinha um conhecimento, então pra mim ficou uma coisa muito confusa. Na época falavam mais sobre homossexualidade, e existia uma diferença grande na época. Como mãe, via natural ela brincar com boneca. Eu não via com outros olhos, mas quando ela me falou, fiquei muito confusa, porque não tinha conhecimento. Então, depois que eu voltei a estudar, passei a ter uma compreensão maior. A gente vai buscando saber o que realmente é. Eu só achava estranho, porque filho nenhum chega para mãe ou para o pai e fala da intimidade, pode falar até para alguém da família, mas ela chegou para mim e disse o que sentia. Eu nem imaginava que isso ia mudar, porque na época ‘ele’ chegava da catequese e falava para mim: “beije uma menina”. Eles não são de falar a intimidade. Então foi um fato que me marcou, e talvez ela tinha medo de dizer. E o maior medo do ser humano é o de ser aceito como ser humano, com nossos defeitos, com nossas qualidades. Para mim, foi diferente. A gente, ao deixar de elaborar um luto, já deixa a expectativa. Então hoje até o nome a gente imagina o que colocar, porque a minha filha teve o problema para mudar o nome. Então, como eu já passei por isso, quero facilitar as coisas... (Viviane, mãe de Paula, 2017, p. 2).

A mãe soube pelo próprio filho sobre sua transexualidade, mas desconhecia o assunto, por isso, ficou confusa, embora considerasse ‘normal’ que, quando criança, brincasse com brinquedos definidos socialmente para meninas. Relata ter ficado surpresa por ter sido procurada como ouvinte para a confissão de algo tão íntimo. Não elaborou um luto pela transformação do filho e inclusive pensou até no nome para facilitar. Suas reflexões indicam a preocupação com preconceitos e ressalta que a escola precisa conhecer a realidade para que o preconceito, inclusive de professores, não se estenda até o ensino superior. Importante lembrar que o preconceito contra a pessoa trans é realidade na sociedade brasileira, podendo, inclusive, iniciar na família. Sobre isso, Schulman (2010, p. 68) afirma “[...] que a homofobia

familiar” consistia em fenômeno que até então havia sido “[...] nomeado, mas que é parte da vida da comunidade LGBT, é entendida não como um fenômeno pessoal, mas como uma crise cultural ampla”.

Ainda sobre a questão do preconceito contra a pessoa trans, podemos observar a partir dos relatos que muitas vezes ele é vivenciado na própria família.

Teve muita dificuldade de aceitação até pelos colegas. A própria família fica olhando e julgando, pois sempre ela quis deixar crescer o cabelo. E o pai dela dizia que menino tinha que ter cabelo curto. Eu lembro uma vez que o avô dela disse que tinha que cortar, e cortou o cabelo dela bem curtinho. Então, as pessoas têm que dizer que a pessoa tem que fazer assim. Ah, tem que ter filhos. Sempre ela sofre, eu até já falei, ela tem que estar bem resolvida com ela mesma, porque o povo julga demais, não só as transexuais, mas todos nós, sempre, em algum momento, em algum lugar, vai ter alguém para te excluir. Até quem tem uma deficiência física, excluem essa pessoa. Uma pessoa que tem dificuldade de se expressar ou de falar, na escola, um grupo já excluem a pessoa porque ela não se entrosa, têm muitos professores que não cortam isso, imagina na faculdade então, até o próprio professor tem preconceito, devido à cultura (Viviane, mãe de Paula, 2017, p. 2).

Nesse depoimento, fica evidente o preconceito vivenciado na família, deixando o discurso heteronormativo a reger as relações familiares. A mãe relata que Paula deixava seu cabelo bem curto, pois seu pai dizia que menino precisa ter cabelo curto, mentalidade também do avô. Essas situações causaram sofrimento para todos/as, principalmente à Paula. A mãe entende que a filha precisa estar bem resolvida, porque as pessoas julgam demais. Na sua compreensão de mundo, em algum momento, todas as pessoas podem vivenciar uma situação de preconceito, inclusive deficientes estão sujeitos a isso. Vai além, situando que o julgamento preconceituoso ocorre nas escolas, e que muitos/as professores/as não “cortam isso”. Finaliza com a preocupação do que pode acontecer nas instituições de ensino superior, pois até mesmo os/as professores/as têm preconceito em razão da cultura heteronormativa na qual foram educados.

Apresentamos na sequência o depoimento da Izadora, sobre a aceitação de sua condição pela família.

A nossa família é bem pequena na verdade. Porque o meu pai ele tem dois irmãos, só, né? A minha mãe, a família dela é de Joinville e a gente não tem aquele contato com o resto da família e os parentes do meu pai no caso é uma tia que a gente tem mais contato, e mora em Florianópolis... E meu tio, irmão do meu pai, mora na Bahia. Então a gente não tem aquele contato, mas ele sabe, tanto que ele tá me mandando cartão de visita e a aceitação é normal. Ah! Aqui na verdade, aqui na minha região, a aceitação foi bem normal, assim, sabe? Porque na verdade eu me criei aqui, então pra eles é mais é fora mesmo... Porque os que na verdade, assim, por alguma forma

acabam descobrindo porque como a minha documentação é feminina, às vezes passa batido e eles nem... É. Mas quando assim algum já sabe e começa a falar pro outro, você sente muitas, não é nem discriminação de palavras, né? No olhar você já sabe. Eu na verdade eu tinha medo do meu pai, da reação do meu pai. A da minha mãe, porque mãe sempre como diz o outro, a gente consegue. Mas eu tinha mais é insegurança do meu pai, tanto que quando eu comecei, eu comecei só digamos assim com as roupas mais apertadinhas, depois que eu fui mudar mesmo pra totalmente feminina a roupa, mas a minha insegurança é em relação ao meu pai. Passados essa insegurança que eu tinha com meu pai, foi tranquilo (Izadora, 2017, p. 1-5).

O relato da Izadora traz os seguintes aspectos: família pequena; pouco contato com parentes que moram em outras cidades; não deseja contato com a família, temendo o preconceito e a discriminação. Relata que tinha mais receio do pai sobre sua condição. Destaca as dúvidas que teve relacionadas à sua condição de trans e demorou a entender o que realmente é. Se diz impaciente em como se sente quanto às mudanças, mas, em tudo o que faz, pede o apoio da família.

Izadora mostra, em seu relato, aspectos do seu processo transexualizador conforme vivenciado na e pela família.

Na verdade [...] eu não cheguei pra minha família e disse assim "Ah! Eu sou gay" ou "eu sou uma trans", que até então eu não sabia bem na real o que eu era, eu simplesmente fui deixando aflorar, né? Tanto que com 15 anos daí que realmente, também não sabia do termo trans, eu pra mim eu achava que eu era gay, porque eu não conhecia, eu não tinha esse conhecimento, a gente via muito que era gays e lésbicas, então eu achava que eu era gay, simples, entende? E também não me achava assim, que eu era travesti que nem tem. Que a gente sabia que existia o termo travesti, os gays e as lésbicas. Eu achava que eu era gay e não um travesti, porque eu achava meio aquela louca assim, aquela coisa louca, aquela transformação de peruca, de coisa, então nunca usei peruca, tipo meu cabelo foi deixando normal e nunca quis ser digamos assim, uma travesti, que as travesti elas se montam pra hora, eu não. Em nenhum momento eu tive apoio, na verdade, e a minha família toda é evangélica, né? Sim, eu era evangélica também, até os 12 eu fui pra igreja e a partir dali, eu nunca me senti digamos assim à vontade, à vontade, mas eu também nunca me questionava o que tava acontecendo, eu fui deixando acontecer. Como tem a puberdade que se torna, vai se tornando menino, essa parte digamos assim eu ia assim me sentindo cada vez mais feminina, do que masculino digamos assim. E a família é verdade, é a base de tudo. E assim ó tudo que eu vou fazer eu sempre coloco pra mãe e pro pai, se eles me apoiam, tanto que a faculdade é meu pai que me ajuda. Quando eu fui colocar silicone, ele que me emprestou uma parte, porque eu fiz o orçamento e eu achei que ia ser aquilo, né? E quando você começa a pagar tudo, tinha faltado dinheiro e eu gritei: "Pai!" e ele me socorreu. Então assim, tudo o que eu faço sempre peço o apoio deles, tanto financeiro quando é o necessário e sempre assim falo das minhas ideias, o que que eu tô pretendendo fazer. Às vezes a mãe é mais que diz não, né? Não faça assim, vai devagar. E daí eu sou muito de querer fazer as coisas, eu sou muito hiperativa, se eu colocar na cabeça, enquanto eu não faço (Izadora, 2017, p. 11).

Conforme relata Izadora, ela não chegou para a família e disse “eu sou trans”, até porque não sabia exatamente se era gay, lésbica ou trans. Até os quinze anos não conhecia o termo trans, acreditando que a palavra gay representava o modo como ela se sentia. Conhecia o termo travesti, mas não se identificava com essa identidade. Izadora frequentou a igreja evangélica até os doze anos de idade, juntamente com a família, que ainda segue essa religião. Contudo, não questionou o que acontecia consigo, apenas deixou que a sua identidade se construísse. Para essa entrevistada, a família é a base de tudo, por isso conseguiram, juntos, estabelecer um bom relacionamento no processo transexualizador. Todas as decisões de Izadora são apoiadas pela família, inclusive quando se trata de questões financeiras. A mãe é a pessoa que orienta, haja vista a própria hiperatividade relatada por Izadora.

No relato a seguir, a descoberta da transexualidade pela família da Vanessa foi algo novo, que aconteceu por etapas.

É uma nova descoberta , ela começou a se identificar e começamos a se aprofundar com a relação, eu sou um padre e foi um baque maior, por tudo, graças a Deus nossa questão religiosa não tem problemas com relação a isso, sou de uma congregação chamada padres franciscanos, então ter alguém dessa maneira na família, mudou minha vida, fez eu começar a procurar sobre isso. Hoje eu digo isso depois de um longo tempo, eu tenho uma realidade mais tranquila, assumir publicamente isso, talvez pelo medo do preconceito com ela, então eu tento não expor isso demais, pois às vezes o ambiente religioso que não gosta disso, não são todos, mas têm aquelas pessoas com a cabeça aberta, mas hoje pra mim isso é uma realidade natural, tento muito me assimilar com isso tudo, fiz um curso agora em janeiro (2017) e tinha vários temas inclusive transexualidade, e escolhi esse tema, eu sempre tento ler e conhecer mais sobre isso, estou torcendo muito para que ela consiga fazer suas cirurgias, cada um é único né, tem uma história triste no passado, então eu torço para que ela consiga fazer suas cirurgias e trocar o nome (Bruno, irmão da Vanessa, 2017, p. 1).

Na visão de Bruno, saber que a irmã era transmulher representou uma situação que, de início, causou-lhe um “baque”. Bruno é padre da Ordem Franciscana e afirma que sua religião não tem problemas em relação à transexualidade, mas ele não conhecia nada sobre o assunto. Buscou informações, apoiou a irmã e deseja que Vanessa consiga a aprovação da cirurgia de transexualização e troca de nome, fatores que darão à irmã a possibilidade de uma vida normal.

Outro familiar que manifestou seu sentimento sobre a transexualidade foi a mãe de Vanessa. Ela refere que a princípio nada é fácil, evidenciando a necessidade de compreensão do que realmente acontecia e acontece. O entendimento foi acontecendo aos poucos na relação com a filha, o que permitiu, também, que o estranhamento fosse se acomodando.

O começo foi muito difícil para nós, a gente foi aprendendo a relação com ela, no início foi difícil entender mais tentamos aprender mais sobre ela com o passar do tempo (Maria, mãe de Vanessa, 2017, p. 1).

No depoimento da tia da Rafaela, destaca-se a necessidade de mais flexibilidade na troca de nome.

Poderia haver mais flexibilidade com relação à troca de nome e ao ser humano como um todo, buscando tratar iguais os diferentes. Eu sou a tia dela, nós sempre estamos de boa e nós somos altas parceira, aham. Ah! Eu acho de boa. Ela é de boa. Ela é uma guria que não pensa só nela, pensa na gente também, mas ela gosta mais dela. Porque dava pra ver o jeitinho dela quando era criança, gostava de brincar com as minhas bonequinhas, risos, ela tinha ciúme, mas dá pra ver agora como que ela tá, tá do mesmo jeito de mulher, né? (Geovana, tia de Rafaela, 2017, p. 10).

Geovana destaca as qualidades da sobrinha e diz que poderia haver mais rapidez na troca de nome para a pessoa trans. Rafaela é, segundo a tia, amorosa com a família, mas tem mais amor por si mesma, revelando que está feliz com sua vida e também possui autoestima alta, fator imprescindível para a pessoa trans. Conforme a tia, desde pequena Rafaela demonstrava que se sentia mulher.

Em seguida, destacamos um aspecto relevante e ao mesmo tempo preocupante do processo de transexualização, de acordo com a vivência de uma transmulher. Trata-se do uso de hormônios, que precisa de acompanhamento médico para evitar danos à saúde. Entretanto, pessoas trans vêm utilizando hormônios sem acompanhamento, comprados de forma clandestina, o que coloca suas vidas em risco.

A Rafaela já comprava hormônio. Quando tinha 14 anos ela já tomava hormônio. Comprava na farmácia por conta própria. E ela começou a mudar. Antes de colocar o peito, ela tava passando mal, o que é do hormônio, né? Com 18 anos que ela colocou peitos (Geovana, tia da Rafaela, 2017, p. 15).

Sobre a troca de nome já encaminhou, ela tá fazendo tudo já pra identidade pra ser Rafaela. Tá fazendo tudo já direitinho. Conseguiu um advogado na UNIPLAC. Demorou mais de 1 ano, mais ou menos (Geovana, tia da Rafaela, 2017, p. 15).

No depoimento de Geovana, destaca-se o uso de hormônio sem acompanhamento e indicação médica, portanto, comprado sem receituário. Também refere que a sobrinha já colocou silicone e encaminhou os documentos para a troca de nome.

A importância de enfrentar as barreiras do processo de transexualização juntas, a pessoa trans e a família, se destaca no depoimento a seguir. Nele também há realce de que o preconceito deve ficar fora do universo familiar. Para Claudia, irmã de Izadora, o Brasil

precisa evoluir muito nos encaminhamentos necessários à pessoa em processo de transexualização.

Então a nossa família, ... enfrenta as barreiras juntos eu percebo assim, né? Mas a gente enfrenta com muitos desafios que é um não, muitas vezes é não, você tem que buscar informações, aí você vai num não é, noutra órgão, né? Mas, assim uma caminhada, uma luta bem difícil, eu penso assim que poderia ser bem mais prático pra nós, né? Mas como o Brasil ainda não avançou nessa parte, nós estamos ainda sofrendo porque os direitos das pessoas transparecem não existir, tudo é bem difícil. Muitos não aceitam, né? Mas...cada um pensa de um jeito. Até hoje ainda não entendem, deve ser por falta de convivência, digo isso por parte de alguns primos da nossa família. A nossa família aceita...o meu pai, a minha mãe e os meus irmãos. A nossa família é bem pequena na verdade. Porque o meu pai ele tem 2 irmãos, só né. A minha mãe a família dela é de Joinville e a gente não tem aquele contato com o resto da família e os parentes do meu pai no caso é uma tia que a gente tem mais contato que mora em Floripa, e com um tio meu é que ele mora na Bahia, na divisa da Bahia. Então a gente não tem aquele contato, mas ele sabe, tanto que ele tá mandando para a Izadora uns cartão de visita e a aceitação é normal. Bem tranquilo, com os tios por parte do meu pai. Eles são bem legal. Assim o preconceito é lá fora aquele do olhar diferente sabe, aquele que as pessoas dizem preconceito velado (Claudia, irmã de Izadora, 2017, p. 18).

Nem todos os transexuais entrevistados por Berenice Bento (2006) em sua pesquisa consideraram a relação familiar satisfatória ou acolhedora. As reações familiares, na verdade, são imprevisíveis, porém, comumente, encontram-se polarizadas entre a total não aceitação da transexualidade (atribuindo-lhe, assim, o papel de doença) e uma intensa empatia em relação à situação.

Os desafios enfrentados pela pessoa trans são variáveis e estão condicionados à concepção que suas famílias têm sobre identidades de gênero. Apesar de todos os tipos de desafio, a transexualidade é uma questão de identidade e, como tal, precisa ser entendida e respeitada.

5.3.3 Preconceito

A população brasileira é constituída pela diversidade, mas, carece de uma construção cultural assentada na ética e no respeito a essa diversidade. Sobre o termo diversidade, nesta dissertação, cita-se Butler (2003, p. 2), ao referir que “[...] o termo pode representar [...] pessoas que qualquer que sejam suas identidades, não são as mesmas coisas que os atos que desempenham; pode significar que diferenças morfológicas nem sempre são binárias na forma, que desejos e prazeres não são para julgar normativamente [...]”. Nas palavras de Junqueira:

Em uma sociedade, como a brasileira, constituída e estruturada pela diversidade, e em que as diferenças são, com frequência, produzidas e percebidas no curso de relações assimétricas, a promoção da cultura do reconhecimento da diversidade pode representar mais do que um irrenunciável compromisso de ordem ética. Com efeito, ao nos conscientizarmos de que a diversidade nos caracteriza como sociedade e como indivíduos, somos impelidos a procurar formas de reconhecê-la de modo a fazer com que ela (e a pluralidade que a acompanha) possa configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização das relações de poder (JUNQUEIRA, 2009, p. 174).

Os desafios enfrentados pela pessoa trans são variáveis e estão condicionados à concepção da família e da sociedade na qual estão inseridas sobre identidades de gênero. Apesar da gama e variedade dos desafios, a transexualidade é uma questão de identidade e, como já afirmamos, deve ser entendida e respeitada como tal. Mas, como alerta Louro (2011, p. 68-9), se há dificuldades de viver a homossexualidade, considera-se que a vivência da transexualidade é ainda um desafio maior a ser enfrentado pelas transmulheres e pela sociedade em geral. Nas suas palavras:

Se dificuldades com relação à homossexualidade aparecem com frequência, as coisas parecem se complicar ainda mais quando lembramos que, contemporaneamente, se tornaram visíveis muitas outras formas de viver a sexualidade e os gêneros. O que fazer com quem quer viver como diferente? O grande desafio talvez seja admitir que todas as posições sociais são circunstanciais, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo. Essas meninas e rapazes que nos parecem tão “estranhos” talvez possam nos ajudar a pensar que as formas como apresentamos a nós próprios e aos outros são, sempre, formas inventadas e marcadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos. Todas as representações de gênero ou sexuais se fazem através de sinais e códigos culturais. Afinal nós – que usualmente nos consideramos tão “normais” – também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade em que vivemos (LOURO, 2011, p. 68-9).

É relevante a discussão sobre as diferentes formas de viver o masculino e o feminino, como propõe a autora. Reiterando nossas colocações, a partir da reflexão de Louro, podemos compreender a comunidade LGBTTI e, nela, o universo trans. Na medida em que compreendemos, também nos conscientizamos e mudamos atitudes. Se mudamos, nos livramos dos conceitos heteronormativos e aceitamos o modo como as pessoas estão no mundo. Um exemplo da necessidade de reflexão para que haja consciência sobre o assunto e, com isso, redução do preconceito, aparece no depoimento da Vanessa (2017, p. 2):

Uma vez apenas, aos 14 anos, eu estava com minha mãe e esse rapaz me disse “olha esse viadinho” e a minha mãe me disse olha a vergonha que você faz eu passar. Agora, com 26 anos, no trabalho eu estava na cozinha

preparando salada e eu lembro que disse para a Mariane, vou embora, e ela olhou para mim e disse o que é “IAGÃO”? ironicamente. Também na escola passei por preconceito do tipo piadinhas (Vanessa, 2017, p. 2).

Vanessa evidencia que a falta de conscientização da sociedade, e mesmo da família, coloca as pessoas em situações vexatórias e destaca o preconceito vivido na escola. Sobre isso, Ferrari (2011) salienta que muitas vezes os insultos e as zombarias são constantes no ambiente escolar, porém, o que causa estranheza é o fato de que essas brincadeiras são reconhecidas pelos/as agressores/as, pelas vítimas e por profissionais da educação como uma brincadeira e não como ofensa homofóbica disfarçada. Isso significa que a escola reproduz a homofobia através da consolidação da pedagogia do insulto⁸.

A pedagogia do insulto, para Butler (2010, p. 5), tem como finalidade vigiar as normas de Gênero “[...] por meio da nomeação das sexualidades desviantes como não humanas”.

O preconceito sofrido pela pessoa trans está expresso também nas palavras de Bruno, irmão da Vanessa:

Ela sofreu aqui dentro de casa mesmo, tinha preconceito no início, isso aconteceu muito na outra casa, a nossa mudança de casa e de bairro foi por essa realidade, quando ela assumiu a homossexualidade⁹, foi pelo preconceito dos vizinhos. Ela não conseguiu concluir o ensino médio por causa disso. Ela sempre foi alvo de chacotas e xingamentos, uma violência velada quando já sabiam que era homoafetiva, pois tinha as brincadeiras, ex: “cadê as namoradinhas? Eu sei que você tem várias namoradinhas”. E hoje percebo que era uma forma preconceituosa de se falar... (Bruno, irmão da Vanessa, 2017, p. 2).

Bruno destaca o preconceito explícito em diferentes espaços sociais: das pessoas do bairro onde Vanessa reside, dos colegas da escola, principalmente durante o Ensino Médio, o que resultou no abandono da escola por parte da irmã. O preconceito se manifestava verbalmente através de brincadeiras, piadas, apelidos e injúrias. Esse preconceito reflete a intolerância contra aquelas/es cujo gênero e sexualidade desafiam as normas das identidades consideradas referência para todas/os, centradas no padrão heteronormativo.

⁸ As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas constituem poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Essa pedagogia do insulto se faz seguir de tensões de invisibilização e revelação, próprias de experiências do “armário”. Uma pedagogia que se traduz em uma pedagogia do armário, que se estende e produz efeitos sobre todos(as). Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. p. 485.

⁹ Homossexualidade (grego homos = igual + latim sexus= sexo) refere-se ao atributo, característica ou qualidade de um ser humano que sente atração física, emocional e estética por outro ser do mesmo gênero. Como uma orientação sexual, a homossexualidade se refere a “um padrão duradouro de experiências sexuais, afetivas e românticas principalmente entre pessoas do mesmo gênero”. Homoafetividade por seu turno se refere pura e simplesmente à manifestação de afeto, ou seja, carinho e amor, por uma pessoa do mesmo sexo. Disponível em <http://conflitofinal.blogspot.com.br/2011/08/_homossexualidade-x-homoafetividade.html>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Sim, muitos preconceitos, até caminhando comigo chamavam ela de “bicha louca, vem cá”. Até hoje ainda tem muitos preconceitos. Já ouvimos muito e vimos muito. Nós tínhamos ido ao mercado e estávamos guardando as compras no carro, passaram vários homens em um carro, buzinando e falando “vem cá sua bicha loca, quero te pegá sua bicha loca”, e xingaram muito. Às vezes, passando na frente da loja, alguns meninos novos diziam: “isso aí tem que morrer...” (Bruno, irmão da Vanessa, 2017, p. 2).

O preconceito se manifesta na família e em diferentes instâncias da sociedade. Torna-se bastante complicado na escola, principalmente antes da troca de nome, tal como a situação evidenciada na fala do irmão da Vanessa, de que esta passou por muitos aborrecimentos.

No depoimento de Miguel, padrasto de Paula, identificam-se informações históricas sobre o preconceito decorrente da heteronormatividade. Segundo esse entrevistado, o preconceito começou cerca de 100 anos depois de Cristo, quando o cristianismo passou a considerar o padrão heteronormativo do bem e o que fosse diferente representaria o mal. E assim, como diz o familiar, “fez toda essa bagunça de hoje”. Antes disso, a diversidade era aceita.

Na sala de aula. Na hora da chamada, era um problema, então tinha que ir lá conversar com os professores, que ela usava cabelo grande, né? Tinha verdadeira ojeriza que chamasse de Paulo. Então a gente ia lá pra, né? Pra amenizar. Então por favor, tentava explicar da melhor maneira possível, né? Até trocar o nome. Ah! Deus nos livre! Nossa senhora! Esses aborrecimentos é que são, ela é que sabe como é que é. Onde ela tinha que ter o apoio, ela não tinha, entende? Nesse caso a família teria que ser a primeira a dar o apoio a ela. Por favor, né? Como fica ruim, né? E foi direto, uma coisa de louco. A madrinha era a única que aceitava. Mas era a única, o resto tudo era contra. Houve uma época que foi 100 anos depois de Cristo que deu o problema, antes disso não tinha problema nenhum, era tudo considerado normal, dentro do quadro. Naquela época não havia esse preconceito. Não, não havia nada, isso foi criado por essa gente louca lá, em Roma mesmo depois do Cristianismo. Foi na parte religiosa que entrou o Cristianismo, aí quando entrou o Cristianismo que fez toda essa bagunça até hoje. Antes disso não tinha nada. Pode ver, tem literatura de tudo quanto é jeito, quanto a isso. Depois lá no ano sete depois de Cristo entrou aquele tarado lá, do mulçumano como é que é o nome dele, o “Demeca” lá os mulçumanos, aí também, assim, aquele pior, aqueles são fundamentalistas, aqueles matam. Matam se for diferente. Eles me convidaram quando eu apresentei no México pra ir pra o Hospital ali em Londres só pra fazer essa cirurgia porque todo mulçumano, se descobrir, matam. Então vêm pra Londres pra fazer a cirurgia, né? Eles me convidaram pra ir, tá fazendo três anos, pra ir lá só fazer esse tipo de cirurgia. Os transexuais, se descobrirem, eles matam, eles não querem nem saber, eles matam mesmo, pra ver a que ponto chegou. Depois do ano 100 é que começou esse problema na parte desse “troço” que é a diversidade. Que é as trans, as transexuais, a comunidade LGBT, né? Agora veja bem, pelo menos pode até separar, mas mandar matar a mulher porque a mulher não é virgem quando casou, por favor, né? É falta de conhecimento, né? De humanidade. Mas o que é que é isso. Veja bem, os caras me convidaram pra ir pra lá é só isso aí. Porque

eles procuram muito né? Os hospitais, o hospital central de Londres (Miguel, padrasto de Paula, 2017, p. 3).

Miguel é médico cirurgião e um dos profissionais que faz a cirurgia de transexualização. Conforme seu relato, já esteve no México e também no Hospital de Londres, onde pessoas trans muçulmanas vão para fazer as cirurgias, porque se sua transexualidade for descoberta em seus países de origem, certamente serão mortas.

Rafaela relata que o fato de ser chamada de “menininha” quando acreditava que sua identidade de gênero era gay não a incomodava. Mas refere que não gostava de ser chamada assim quando estava em uma balada, por exemplo. Segundo ela, isso lhe causava estranhamento. Aos poucos, ela foi se transformando e, hoje, sente-se bem, realizada e gosta de ser chamada pelo nome social.

Quando era gay, só. Quando eu era gay eles falavam que eu era menininha, [risos]... só isso. Mas não assim uma coisa pesada. falavam: “Ah, você vai ser menina, você vai ser menina”. Hum... Tipo... gay, tudo tem o seu começo, né? Começa gay... depois vai se transformando. Começa gay, deixa crescer o cabelo, depois se transforma em mulher. Quando eu tava numa balada gay, eu não gostava. Não me sentia feliz, me sentia estranha. Agora eu tô bem, realizada, tô bem melhor (Rafaela, 2017, p. 6).

A importância de ser identificada pelo nome social também é ressaltada por Rafaela, que apresenta em seu relato algumas situações complexas pelas quais passam pessoas trans antes da troca de nome nos documentos de identificação:

O meu dentista, ele chamava pelo nome social, Rafaela Oliveira. Ele pegou e cadastrou, lá, no caso, o cadastro, e depois ele pergunta se você quer pelo nome social e já chama a gente pelo nome social. Na Unidade Básica que foi um pouquinho mais complicado, foi “um pau bravo”. Só depois de eu ter pegado no pé deles que me respeitaram um pouco. Agora tão chamando pelo nome social. Antes ficava aquele povão olhando a gente, quem que é a pessoa...? (Rafaela, 2017, p. 6).

O nome define uma personalidade, representa uma pessoa. Assim, para a pessoa trans, ser chamada pelo nome social é condição essencial na garantia dos seus direitos, que devem ser iguais ao de todos os demais sujeitos.

O nome representa, sem dúvida, um direito inerente à pessoa humana e constitui, portanto, um direito da personalidade. Desse modo é tratado no Código de 2002, que inovou dedicando um capítulo próprio aos direitos da personalidade, nele disciplinando o direito e a proteção ao nome e ao pseudônimo, assegurados nos arts. 16 a 19 do referido diploma (GONÇALVES, LENZA, 2014, p. 138).

O Estado de Santa Catarina possuía Resolução específica sobre o nome social (Resolução n. 135, de 2009, CEE/ SC), que foi revogada e ampliada pela Resolução CEE/SC nº 048, de 05 de julho de 2016. Esta última, dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos, juntamente com outras providências relativas ao nome referentes à identidade de gênero. No art. 1º:

Determina que, sempre que solicitado, escolas/instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo, à dignidade humana, além do nome civil, incluam o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos (SANTA CATARINA, CEE, 2016).

O Brasil tem legislação também no âmbito federal, como o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que trata sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Além das questões relacionadas ao preconceito, que aborda desde o modo como a pessoa trans se porta socialmente até o uso do nome social, determinados espaços também são, de certo modo, mais propícios a manifestações preconceituosas, como, por exemplo, as redes sociais. Situações assim aparecem no relato de Geovana, tia da Rafaela, expondo o preconceito na internet.

Só na internet, né? Aconteceu isso aí mesmo. Ela falou lá pra amiga dela, brigou com a guria, chamou ela de gorda e a guria chamou a Rafaela bem assim, de “veado”. Daí a Rafaela se sentiu humilhada, né? Colocou na lei, né? Foi pelo Face que ela xingou a Rafaela. Ela tava discutindo com essa mulher, não lembro o nome. Acho que estudava com ela. Teve preconceito sim, da parte das duas. Então agora eu não sei como tá o caso, porque ela não me falou mais nada. Eu pedi pra ela, né? “Se ela não continuar te ofendendo, você não precisa por pra frente, né?” Claro, ela tem que se defender, e a pessoa tem que respeitar (Geovana, tia da Rafaela, 2017, p. 11).

Geovana relata uma situação de preconceito ocorrida com a Rafaela por meio da internet que resultou em troca de insultos nesse amplo canal de comunicação. A sobrinha sentiu-se humilhada e a tia, em seu depoimento, atenta tanto para a necessidade de respeitar o próximo quanto de ser respeitado. Isso porque, na homo-lesbo-fobia, os sujeitos, ao exercerem o preconceito, esquecem, por exemplo, que a pessoa transgênero vivencia outros aspectos de sua humanidade, além dos relacionados a sua identidade de gênero, ou seja, conforme Jesus (2012) não é só a de ser uma pessoa transexual, ela tem raça, classe, origem

geográfica, religião, idade, uma história de vida com muitas experiências, para além da transexualidade.

De acordo com Paula, em algumas situações, o preconceito é entendido como apenas “gracinhas”, como na infância e no contexto escolar.

Mais no tempo de colégio, na infância pelos meninos que percebiam que eu era uma criança delicada, e na pré-adolescência quando apresentava uma aparência mais ambígua, porém esses colegas eram os “engraçadinhos” da turma e também incomodava outros alunos, então nunca sofri uma perseguição direta, nem agressão física. A minha visão de uma sociedade sem preconceitos é de pessoas que aprendem a respeitar o outro desde criança, que sabem que mesmo não concordando com o próximo, não se deve xingar, ameaçar, nem incitar ao ódio, afinal cada um sabe o que é melhor para si e tem o direito de exercer essa liberdade. O processo de mudança foi difícil e burocrático, tive que enfrentar preconceito de uma juíza que desprezou a minha situação e nem quis analisar meu caso, ao recorrer da sentença, um outro juiz deu atenção ao meu caso e autorizou. Me sinto realizada (Paula, 2017, p. 2).

Paula relata que em sua infância os meninos a percebiam como uma criança delicada. Na pré-adolescência, quando apresentava uma “aparência mais ambígua”, os colegas exerciam um preconceito mais velado, que afetava outras pessoas da turma e, por isso, Paula nunca entendeu que as ofensas fossem exclusivamente para ela, o que talvez tenha amenizado o problema. Até porque, os que praticavam as agressões eram os “engraçadinhos da turma”, situação que pode revelar aqueles contra quem não se pode fazer nada.

Conforme entende Paula, outros/as alunos/as também eram atingidos/as por essas “gracinhas”, razão pela qual não se sentia alvo direto das “brincadeiras”. Destaca que a busca por uma sociedade sem preconceitos deve começar desde cedo, ainda na infância. O preconceito também precisa ser combatido no meio jurídico, para evitar o que Paula e outras pessoas transgênero/a passaram e passam, a exemplo do preconceito de uma juíza, que desprezou sua situação e não analisou o caso. Ao recorrer da sentença, outro juiz deu-lhe atenção e autorizou a troca de nome. A mudança de nome contribuiu para que Paula se sinta realizada. Diante do exposto, entendemos que a escola tem papel fundamental na construção de uma sociedade sem preconceito.

O relato da mãe de Paula descreve o preconceito de pessoas do judiciário, conforme já assinalado. Segundo essa mãe, uma juíza ignorou sua filha, desconsiderando qualquer sentimento negativo que essa atitude poderia causar em Paula ou outra pessoa na mesma situação. A magistrada fundamentou sua atitude no desconhecimento da questão da transexualidade e suas implicações, o que ressalta a necessidade e relevância de conhecimento

por parte dos/as profissionais envolvidos/as no processo transexualizador, para que não acabem comprometendo a vida da pessoa trans.

Sim, ela fez a alteração do nome, foi bem difícil fazer, foi bem sofrido, bem burocrático. Ela foi a primeira em Santa Catarina. Ela entrou com um processo, primeira coisa que ela fez foi pegar um advogado e entrou com o processo de mudança, e teve um processo em Capinzal. Ela foi e a juíza ignorou ela, aí ela teve que conversar com outro juiz para falar com essa juíza. Ela não pensou nas consequências que isso pode trazer para a pessoa, como Juiz, para você ver, para qualquer categoria de emprego muitas pessoas não têm informação, não buscam conhecimento e informações, e uma atitude como essa pode comprometer a vida da pessoa (Viviane, mãe da Paula, 2017, p. 2).

Miguel, padrasto de Paula, destaca o preconceito frequente e comum nas escolas, e atribui parte dessa atitude à questão do nome, ou seja, a pessoa nasceu com nome relacionado ao sexo, ao biológico, masculino, mas sua identidade é feminina. No entanto, seus documentos de identificação, até que a justiça autorize a troca, se mantêm com o nome masculino, o que causa constrangimento e realça o preconceito presente na escola, que também reflete a sociedade na qual essa escola está inserida.

Sempre tem, na escola, no curso secundário, na faculdade tem. A lista de chamada é um problema terrível por causa do nome, tem que ir falar com o diretor, o cara é ignorante, até aceitar ela é uma coisa horrível. Depois que ela trocou o nome não foi mais um problema, mas antes de mudar o nome foi difícil (Miguel, padrasto da Paula, 2017, p. 2).

Segundo a cartilha “Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no mundo do Trabalho” (2014, p. 17), formulada pela Organização Internacional do Trabalho,

Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados/as por sua comunidade e em seu meio social. De acordo com essa publicação, O nome social é o nome pelo qual preferem ser chamados/as cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

Vanessa também vivenciou situações de preconceito durante a infância e depois na adolescência, em forma de agressões ou de brincadeiras verbais de mau gosto.

Atualmente não sofro, mas já sofri, principalmente durante a infância (até meus 11 anos) e depois na adolescência, com agressões ou brincadeiras verbais de mau gosto (Vanessa, 2017, p. 1).

Izadora, por sua vez, se refere ao preconceito velado presente na sociedade. Descreve-o como problema que se inicia na escola e passa pelos/as amigos/as e suas brincadeiras chatas. Salienta que no banheiro masculino não se sentia à vontade e, no recreio escolar,

sentia-se incomodada com as atitudes dos/as colegas. Relata que nunca teve problemas com professores/as, quando no Ensino Médio, mas anteriormente, no Ensino Fundamental, se sentia acuada, insegura, principalmente se os professores fossem homens. Izadora entende a necessidade de uma sociedade esclarecida, portanto, sem preconceito, o que permitiria a todos viverem melhor com a diversidade.

Você já sabe. É o preconceito velado que dizem, né? Risos. Ah, assim, problemas a gente tem vários, mas... Primeiro começa na escola, né? Nem tanto assim só pelos amigos, eu sofri muito com os amigos, porque eles vinham e passavam a mão, faziam brincadeiras assim bem chatas na verdade. Mais era no banheiro masculino. Eu não me sentia à vontade de ir no banheiro masculino, já por questão de sempre na hora do recreio os maiores sempre vinham querer passar a mão, ficar com umas brincadeiras bobas. Assim ó, com os meus professores, eu nunca tive problema nenhum, principalmente no ensino médio, sempre tive uma boa relação com os professores. Na transição, quando eu fui pro ensino fundamental, que daí tinha professores homens, eu me sentia acuada, não que eles me tratassem diferente, mas eu me sentia, digamos assim, se eu fosse fazer uma pergunta, dependendo da pergunta que eu fosse fazer, ah ele vai pensar que eu tô querendo dar em cima dele, uma coisa desse tipo, sabe? Mas por mim, não que eles viessem me tratar diferente, eu me sentia com eles, no caso que eram homens, uma certa insegurança. Uma sociedade sem preconceitos seria uma sociedade mais esclarecida, para que assim possamos viver melhor com a diversidade, mais humanizada (Izadora, 2017, p. 1-7).

Claudia, irmã da Izadora, destaca a questão do preconceito presente na sociedade, identificado por ela como piadinhas, cochichos. Entende isso como uma situação complicada e reconhece a existência daqueles/as que não gostam da pessoa trans, por isso, discriminam, olhando-a de um jeito diferente.

Eles ficam fazendo piadinhas sem graça. Algumas pessoas por aí. Ficam fazendo piadinhas, rindo, cochichando. Complicado. Tem gente que não gosta, né? É assim. Eles olham de um jeito diferente pra ela. As pessoas que não conhecem a Izadora (Claudia, Irmã da Izadora, 2017).

Essa fala retrata a sensação de desconforto vivida pela pessoa transgênera na sociedade brasileira atual. São as piadinhas, os olhares maliciosos por parte daqueles/as que não gostam do que veem. Desse modo, não há espaço na sociedade em que vivem para o/a diferente do estabelecido como ‘normal’.

Podemos afirmar que o preconceito está instalado na sociedade brasileira como fruto do discurso heteronormativo e, nesse contexto, as pessoas trans sofrem as consequências da transfobia. No cotidiano, grupos pertencentes à comunidade LGBTTI mostram ao mundo que transgrediram os papéis de gênero estabelecidos pelo conjunto de normas sociais reguladoras das expressões de gênero, visíveis ou não. Nesse contexto, “[...] o que efetivamente incomoda

é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais” (LOURO, 2000, p. 20).

Podemos pensar, então, que a visão homofóbica é compartilhada, e que grande parcela da sociedade considera sujeitos transgênero como desviantes do seu próprio gênero, porque assumem publicamente condutas diferenciadas ou opostas ao que lhes foi atribuído no nascimento. Também são alvos de discriminação sexual por se mostrarem destoante do modelo predominantemente heterossexista.

5.3.4 Trabalho

O trabalho é fundamental na vida das pessoas, seja como meio de subsistência própria e da família seja como forma de realização pessoal. Entretanto, as pessoas trans têm encontrado dificuldades para acessar o mercado de trabalho, situação que evidencia preconceito, seja ele velado ou não.

Nos empregos, acontece muito comigo, eu vou lá, gostam do meu currículo, aí eles olham meu nome, conversam comigo, passo na entrevista e eles não me chamam por eu ser transexual e por verem meu nome, que está diferente no currículo... Eu já tive empregos maravilhosos, eu ainda não era trans, era apenas homossexual, sempre em restaurantes. Em “Floripa”, um restaurante de alto nível, sempre fui tratada com respeito, nos demais que tive também... Apenas em um emprego depois da transição houve uma situação de preconceito, pois meus patrões eram muito nojentos, odiosos e sempre preconceituosos... (Vanessa, 2017, p. 2).

Vanessa evidencia uma realidade de preconceito no processo de seleção para trabalho. O que também afeta Rafaela:

Dificuldade de arrumar emprego, só, risos. Bem difícil. Muito difícil. Muito preconceito. Muito machismo, Ah!! Eles, aqui é muito machismo, e sem contar que à noite eles são outras coisas, né? Dificuldade de arrumar trabalho eu enfrento. À noite, sou garota de programa. Eu não trabalhei, por enquanto tô estudando enfermagem e só. E eu desisti, né? De correr atrás, porque sempre batiam a porta na minha cara e daí agora tô esperando vir a minha identidade pra ver se melhora alguma coisa e ir atrás. Aí eu vou atrás de emprego e se não der certo vou ter que, vamos ter que tomar uma providência, né? Porque passo em concurso, passo em tudo e eles não chamam. Só ficam enrolando pra chamar. É muito difícil. Eles fazem o teste e tudo, deixam a gente fazer, eu passo no teste, já passei em várias firmas de testes e quando chegava na hora eles falavam que não tinha vaga e qualquer coisa ligava, e toda aquela enrolação. É sempre assim. Antes de ir pra rua, eu procurei trabalho, mas não consegui, daí tive que expor, porque não dava oportunidade em empresa nenhuma. E a gente se arrisca. Se arrisca sobreviver, por causa do machismo, porque se dessem oportunidade da trans trabalhar, às vezes nem tava na rua fazendo programa. Eu tô com 24, vai fazer 5 anos. Foi com 19 anos. Tô mesmo porque eu necessito tá ali (Rafaela, 2017, p. 7- 8).

Rafaela destaca a realidade vivida pela pessoa trans no acesso ao mercado de trabalho. Segundo ela, até se consegue entregar o currículo e participar de entrevistas, entretanto, esbarra-se na questão do nome. Não a chamam para assumir uma vaga por ela ser transexual, porque seu nome social não é o mesmo que está registrado no currículo, nos seus documentos de identificação. Essa entrevistada já teve empregos antes do processo transexualizador, tendo enfrentado, nesse tempo, apenas uma situação de preconceito. Conforme suas colocações, há muitas dificuldades em conseguir trabalho, por isso, tornou-se garota de programa, à noite, e, durante o dia, faz um curso técnico em Enfermagem. Transparece em seu relato que não se trata de uma escolha. Foi a falta de opções o que a levou para as ruas, onde os riscos são grandes.

De acordo com Butler (2010), os discursos normativos de gênero determinam a normalidade da identidade heterossexual e a anormalidade das sexualidades consideradas desviantes, como por exemplo as transexuais, por meio dos padrões estabelecidos socialmente nas diferentes culturas. Esse discurso empurra a pessoa trans para a marginalidade social.

A tia da Rafaela reforça a relevância do nome para a pessoa trans. Segundo essa entrevistada, Rafaela quer trabalhar, mas os empregadores não a aceitam, porque o nome não está adequado à figura que se apresenta como candidata à vaga de trabalho. *“Tá com nome de menino. Agora está trabalhando de enfermeira, entretanto ainda a chamam pelo nome de menino”*.

Ah! Ela quer trabalhar e não deixaram ela trabalhar, no caso. Por causa do nome é difícil trabalho pra ela, porque tá com o nome de menino. Foi agora que ela tá trabalhando de enfermeira, né? Agora tudo certo. Às vezes eles chamam ela de Ícaro, só que na identidade dela já tá vindo pra Rafaela, né? (Geovana, tia da Rafaela, 2017, p. 15).

A expectativa da pessoa trans é a de não encontrar problemas em seu acesso ao mercado de trabalho, assim como em outras instâncias da sociedade, entretanto, nem sempre a expectativa se concretiza, entendendo que a maioria da sociedade brasileira tem uma visão fundamentada no discurso heteronormativo. Desse modo, o que fugir ao estabelecido nesta concepção é rejeitado, conseqüentemente, a pessoa trans não é considerada “normal”, pois tem comportamento incompatível com seu sexo biológico. A partir desse entendimento, passa a ser tratada com preconceito, que pode ser velado ou explícito. Nas falas a seguir, pode-se observar o que se evidenciou aqui. *“No atual momento não trabalho, apenas estudo, mas, espero não ter problemas”* (Paula, 2017, p. 2). Paula espera não ter preconceito no trabalho e, nessas palavras, está expresso o significado do preconceito para todas as pessoas LGBTTI.

Entendemos que, diante das constatações até aqui situadas, há possibilidades de que Paula enfrente preconceito no mercado de trabalho, porque este ainda é comandado por uma cultura heteronormativa.

Buscar uma explicação para as manifestações preconceituosas nesse espaço, assim como na sociedade, aqui em específico voltado para a pessoa trans, foco desta dissertação, significa a existência bastante visível do preconceito na sociedade brasileira relacionado à pessoa trans. Isso leva esses sujeitos a buscarem estratégias que, acreditam, possam auxiliá-las no momento da busca por uma vaga no mercado de trabalho. Em relação às estratégias e alternativas nessa busca, citamos a fala de Izadora, que preenche cadastro identificando-se como do sexo feminino, mas justifica que, pela medicina, ainda é considerada como homem.

Se é um cadastro de trabalho, eu geralmente coloco feminino, até me chamarem, porque se eles verem lá que o sexo é masculino e o meu nome tá feminino, eles não vão chamar. Então, no meu cadastro, quando eu faço pra emprego ou que tenha que ter um cadastro que eu precise que me chamem, eu coloco como feminino. É masculino, não muda no registro. Então, claro que a gente tem que ter um discernimento também, porque pela medicina eu ainda sou homem, né? (Izadora, 2017, p. 12).

Para a medicina existem dois sexos: o masculino e o feminino, determinados pelas genitálias, masculina e feminina, respectivamente. Cada um dos sexos busca na medicina seu especialista. O sexo anatomicamente masculino vai ao urologista e o sexo feminino ao ginecologista. São as cisgênero, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o sexo biológico. A pessoa trans, no entanto, se sente desconfortável no corpo em que se encontra, conforme já situamos nesta dissertação. Cabe retomar, também, que algumas transmulheres, quando em processo de transição, conservam a genitália masculina, por isso, no caso de atendimento médico, precisam buscar um urologista. O mesmo ocorre para a pessoa transhomem que, assim como a mulher cisgênero, deve buscar atendimento ginecológico, pois possui anatomia feminina.

Na fala da Izadora, observamos a necessidade da troca de nome para a pessoa trans, o que evitaria constrangimentos na busca de seus direitos, dentre eles, o trabalho. Afirma que se faz necessária a maturidade e a consciência de que não há requisitos para se impor como mulher, referindo-se ao físico. Assim, todos os processos vividos pela pessoa trans são relevantes na construção da identidade que a pessoa deseja assumir, primeiro para si mesma e, depois, para a sociedade na qual está inserida.

Você tem que ter a cabeça bem madura também, sabe? Porque não tem como eu impor uma coisa que ainda esteticamente eu não sou, e nem pela

medicina eu sou considerada como uma mulher. Eu digo no meu físico, né? Então, eu não posso querer impor uma coisa que eu também não sou. Só que dependendo, digamos que nem a documentação, quando é pra uma empresa, alguma coisa, eu coloco que o sexo é feminino. Esse meu estágio, na verdade, quando eu estava fazendo, a gente teve que ir em algumas empresas fazer a entrevista e eu nunca coloquei que era homem no caso, né? No sexo, sempre coloquei que era feminino pra fazer a entrevista. Sim [risos]. Bem na verdade, pra trabalhar nas partes privadas sempre teve empecilhos, mas eu sempre fui abrindo leques, sempre fui procurando aprender alguma coisa. Se eu não me enquadrasse aqui, eu ia me enquadrar ali, tanto é que eu estou levando pra vida até hoje (Izadora, 2017).

Izadora é cabelereira, está fazendo curso técnico em Administração e graduação em Serviço Social. Possui curso de confeitaria, na área da panificação e de corte e costura. Entende que pode atuar em diferentes áreas, buscando, assim, diferentes possibilidades profissionais, conseqüentemente, com maiores chances de inserção e manutenção no mercado de trabalho.

No caso eu sou cabeleireira, tô fazendo Técnico de Administração e Faculdade de Serviço Social. Então, três áreas que eu posso atuar, fora os outros cursos que eu tenho de confeitaria, padaria e costura. Então eu sempre fui abrindo leques em alguma coisa. Sempre se qualificar, até pra ter opções, porque não é porque eu sou uma trans que eu não posso ter o cargo que eu quero. Desde que eu tenha uma qualificação e esteja preparada. Se uma empresa digamos ela não vai aceitar como eu sou, uma outra empresa pode abrir uma porta pra mim. Eu pelo menos tô levando a minha vida assim, não tô mais me colocando como vítima, porque muitas vezes eu me coloquei: “eu sou assim, eu não vou conseguir nada”. E eu digo “não, eu sou como qualquer outro ser humano”, tanto homens quanto mulheres têm os entraves na vida e se a gente só se vitimizar e não correr atrás do prejuízo fica difícil. Capacidade todo mundo tem, na verdade, só que eu vejo assim, por experiência própria mesmo, a gente acaba vendo preconceito em tudo, na verdade. A gente fica sempre na defensiva. E eu, hoje em dia, não fico mais pensando: “Ah, eu não posso fazer isso, não posso fazer aquilo”. Eu meto a cara e faço, se der certo deu, se não der é uma experiência. Eu gosto de falar. Pra nós brasileiros, na verdade, tinha que ser a base de tudo, que é o estudo, né? (Izadora, 2017, p. 12).

Na fala da Izadora, evidenciam-se os desafios enfrentados por esses indivíduos para se colocarem na sociedade e serem respeitados em seus direitos. Fala da aprendizagem que obteve a partir das dificuldades que se apresentaram em seu caminho, porque passou por momentos nos quais pensou em desistir de muitas coisas frente às dificuldades. Nesses casos, ressalta a importância do autocontrole e da maturidade.

Muitas vezes eu pensei em desistir de muitas coisas que eu estava fazendo e até desisti de algumas, mas porque é tudo de você amadurecer também, né? Hoje em dia, eu estou muito preparada para o mundo que tá se abrindo na minha frente, mas porque eu tive muitos empecilhos lá atrás que eu tive que procurar outros caminhos. E eu acabei aprendendo com os meus erros e até

com os meus acertos que eu tive lá atrás. Hoje em dia eu posso caminhar firme, se eu tropeçar eu sei que eu posso cair firme, mas eu vou levantar. E que não tem só aquele caminho, às vezes a gente também coloca na cabeça que quer só aquilo ou daquela forma... E não é assim, a gente tem que ser crítica. Mas a educação em primeiro lugar, porque muitas vezes eu sempre fui assim, como diz o ditado, "faca na bota", né? Qualquer coisa eu tô explodindo, só que hoje em dia eu já tô me... construindo, na verdade, porque não adianta você ser só crítico se não tiver uma educação pra você conseguir ponderar o teu pensamento e a forma que você está agindo também. Hoje em dia eu tô muito mais madura pra encarar. Porque o reconhecimento principalmente aonde estou fazendo o estágio, que eu estudei ali, todas elas me respeitam (Izadora, 2017, p. 13).

Izadora destaca que o caminho percorrido foi de erros e acertos, mas também de muito aprendizado com as experiências, evidenciando sua maturidade. De pessoa que muitas vezes tentava resolver os problemas de modo explosivo, passou a reconhecer que a educação e o domínio dos sentimentos agressivos são elementos fundamentais no trabalho e na relação social em geral.

Nas palavras de Fernanda, destaca-se a preocupação da família com a inserção da Izadora no mercado de trabalho.

A Izadora faz uns tapetes, mas ela faz uns tapetes bordado, pano de louça, fazia aquele biquinho muito lindo que ficava. Aprendeu no orfanato Nossa Senhora das Graças quando estudava lá. E até hoje ela faz. Fica tão lindo (Fernanda, mãe da Izadora, 2017).

Fernanda salienta a busca da filha quanto ao desenvolvimento de habilidades que podem ajudá-la a conquistar independência financeira, ou, pelo menos, auxiliar no orçamento doméstico. Isso deixa entrever também a preocupação de Izadora em ser uma pessoa produtiva, buscando diferentes meios de sobrevivência e de realização pessoal.

O acesso ao mercado de trabalho pela pessoa trans significa o enfrentamento de desafios, dentre os quais destaca-se o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi o de conhecer quais os desafios enfrentados por transmulheres na relação familiar durante o processo de transexualização. A pesquisa de campo nos permitiu conhecer e entender, em grande parte, quais são esses desafios, principalmente os relativos à família.

A primeira categoria teve como finalidade conhecer a compreensão das transmulheres e seus familiares sobre transexualidade e as dificuldades enfrentadas no processo transexualizador.

Dos resultados da pesquisa, duas transmulheres relataram que inicialmente se definiram como gays para, em seguida, assumirem sua identidade trans. As mesmas destacam a atração por meninas no início da adolescência e que desde cedo sabiam de sua identidade como mulher. Também ressaltam as tentativas de relacionamento com o gênero masculino, cujos resultados não foram positivos. Quanto ao processo transexualizador, o mesmo foi acontecendo aos poucos e, junto com ele, o sentimento de felicidade foi emergindo.

As transmulheres consideram a importância de fazer a cirurgia e que sua autorização e liberação sejam mais rápidas, porque esse procedimento é um direito garantido legalmente às pessoas transexuais. Também situam a relevância e urgência da troca de nome nos documentos de identificação de pessoa física de acordo com sua identidade de gênero. Afirmam, ainda, suas certezas sobre quem são, o que sentem e o que desejam e estão cientes de que a cirurgia e a troca de nome são direitos importantes para as pessoas trans. Dentre as dificuldades, as entrevistadas apontaram como uma das maiores a demora e burocratização para a realização da cirurgia de transexualização.

Destacamos que o Conselho Regional de Medicina precisa autorizar a cirurgia, mas muitos/as profissionais da área médica demonstram medo e falta de conhecimentos sobre o assunto. Essa situação explica, apesar de não justificar, a insegurança e o medo, pois, para muitos/as médicos/as, a transexualidade constitui algo novo, para o qual não estão preparados/as.

De modo geral, sete entrevistados/as destacaram suas dificuldades em compreender o que estava acontecendo com o/a familiar em processo transexualizador. Essa incompreensão se deu, na maioria dos casos, pela falta de informações sobre as diferentes identidades de gênero e, principalmente, porque as concepções sobre gênero das famílias dessas transmulheres, e da maioria da sociedade brasileira, são decorrentes da heteronormatividade que as regula. Contudo, após o impacto da informação, por conta dos laços afetivos, foram

aprendendo com a própria transmulher. Tratou-se, para alguns, em especial os/as genitores, de um grande desafio aceitar a transformação de um filho em uma filha, conforme observamos em seus relatos. Na maioria dos casos, a preocupação concentrava-se na opinião dos demais familiares e dos vizinhos mais próximos, o que revela o padrão heterossexual como dominante das relações sociais. Nessa mesma categoria, outros cinco familiares relataram sua aceitação sobre a transexualidade, mesmo sem compreenderem bem o que estava acontecendo. Apoiaram a transmulher, ajudando-a em relação ao preconceito e desafios da transexualização.

Na segunda categoria foi abordada a relação com a família, com o objetivo de relacionar percepções familiares, dificuldades e desafios do processo de transexualização.

Sete familiares descreveram as dificuldades de aceitação familiar vividas pela pessoa trans no seu processo de mudança e que essa resistência pode gerar ansiedade, considerando que o discurso heteronormativo está presente na sociedade desde muitos séculos como algo naturalizado.

Duas transmulheres entrevistadas reforçaram a realidade de rejeição enfrentada por muitas pessoas trans, chegando ao extremo da expulsão das mesmas do convívio familiar. Contudo, há aqueles/as que, mesmo não conhecendo a realidade e sabendo como lidar com ela, se propõem a buscar conhecimento para poder ajudar a pessoa trans com quem têm laços familiares. Um dos casos é o do irmão de uma das entrevistadas, que a auxiliou na revelação da transexualidade para os genitores. O apoio dos familiares no processo de transição, conforme observado nos relatos dos/as entrevistados/as é muito importante na superação dos desafios, dos conflitos e angústias vivenciadas pelas pessoas trans quando decidem assumir sua identidade de gênero. Esse apoio deve ser constante e decorrente do saber, conhecer, aprender e do compreender dificuldades e necessidade de quem decide viver a identidade em que se identifica, diferente da imposta por sua condição biológica.

O relato da mãe de uma transmulher evidencia a dimensão dos conflitos vividos pela pessoa em processo de transexualização e, ao mesmo tempo, da própria família. Caso não haja entendimento e equilíbrio emocional de ambas as partes, as consequências podem gerar uma grande turbulência emocional e resultar em atos extremos, como a tentativa de suicídio.

No depoimento de quatro familiares sobressai o sentimento de estranheza quando sabem que há uma transmulher na família. Esse impacto inicial vai, aos poucos, minimizando, em decorrência dos vínculos parentais e de afeto existentes entre a transmulher e sua família.

Observamos nas falas das transmulheres entrevistadas que cada familiar percebe esse processo de um modo diferente, como o caso da família cuja mãe reagiu bem à notícia,

enquanto o pai precisou de tempo para assimilar a nova situação, mesmo tendo percebido desde a infância do filho que sua identidade não combinava com seu sexo biológico.

Outra mãe situou suas dificuldades de compreensão desde que o filho revelou sua identidade trans. Ao retomar os estudos, conheceu mais sobre o assunto e então pôde entender os motivos pelos quais deixou de ter um filho para ter uma filha. Os estudos também permitiram a essa mãe perceber os preconceitos aos quais a filha está exposta, principalmente no meio acadêmico, decorrentes da falta de conhecimento dos/as professores/as e também de sua formação social, centrada no padrão cultural heteronormativo.

Os laços afetivos são importantes também como segurança da transmulher para revelar sua identidade de gênero, como o caso da mãe que se mostrou surpresa pela confiança da filha em procurá-la para explicar-lhe o caso. Também sabe, esta mãe, que a filha está sujeita a uma série de preconceitos, e que a escola e a universidade precisam conhecer essa realidade para que a violência não se estenda e afete ainda mais a vida de quem está passando pelo processo de transexualização. A mudança em relação ao preconceito, no sentido de miná-lo, também pode ajudar àquelas pessoas que estão paralisadas por medo da violência de gênero a seguirem o caminho da liberdade de escolha de identidade, direito fundamental de todo ser humano.

Dentre os desafios vivenciados, destacam-se a demora e a complexidade para que todos os passos do processo de transexualização sejam seguidos. Os relatos permitem pensar que se a sociedade tivesse esclarecimento sobre o assunto e menos preconceitos, os familiares teriam outro padrão de comportamento. Desse modo, poderiam auxiliar a pessoa trans a se entender, como ocorreu com uma transmulher que teve total apoio da família, fator que a ajudou na resolução de suas dúvidas e no enfrentamento de seus medos.

Questões relacionadas à crença religiosa também interferem nesse processo, como o caso de uma transmulher, cuja família é evangélica. Embora isso, deixou as coisas acontecerem, passando pelo receio em assumir sua condição para a família, decorrente das próprias dúvidas sobre sua identidade, ou seja, não saber exatamente se era gay, lésbica ou travesti, únicos termos que conhecia até os 15 anos de idade. Para essa transmulher, a família constitui a base de tudo e, embora as questões religiosas, conseguiu estabelecer bom relacionamento com seu núcleo familiar no processo transexualizador. Por essa construção, hoje, conta com o apoio da família em todas as decisões que toma, inclusive financeiras.

A religiosidade pode ser também caminho para a compreensão do/a outro/a, como o relato do irmão, padre de uma congregação franciscana, que buscou conhecimentos para entender o que acontecia com a irmã e, assim, melhor apoiá-la.

Os depoimentos revelam que a descoberta da transexualidade pela família sempre causa a reação contra o novo e acontece por etapas. Primeiro, no impacto da notícia, algumas informações são absorvidas, em seguida, vai nascendo o interesse em saber mais e, em muitos casos, os familiares se dispõem a ajudar no processo de transexualização e no apoio incondicional durante toda a vida da transmulher.

A troca de nome nos documentos de identificação é outro ponto que merece destaque, haja vista a necessidade da pessoa trans em ser reconhecida por seu nome social e não pelo que consta nos documentos que registram sua condição biológica. Se o nome identifica o sujeito, uma transmulher que seja chamada pelo nome de nascimento, condicionado ao sexo masculino, sente-se desconfortável e está mais sujeita ao preconceito da sociedade em todos os espaços que ocupa e habita.

Na terceira categoria, a abordagem foi sobre preconceito: vivenciou/presenciou algum tipo de discriminação, preconceito ou tratamento diferenciado, em razão da condição de pessoa trans.

O relato de uma entrevistada evidencia o preconceito vivido primeiro na família, evidenciando o discurso heteronormativo que engendra as relações familiares e sociais. A obrigação de manter os cabelos sempre curtos como mostra de masculinidade ou de imposição da masculinidade a uma transmulher se constitui em violência e também revela o preconceito vivido no âmbito familiar. No depoimento de uma mãe entrevistada, destaca-se a importância de que a mulher se sinta bem, que tenha autoestima e se valorize na identidade de gênero em que se identifica, porque as pessoas julgam demais, são preconceituosas e isso afeta a pessoa trans. Os problemas começam na família e se perpetuam nas escolas, com as piadas, os gracejos, que são manifestações de violência de gênero. Por serem consideradas segundo os padrões hetero como brincadeiras, os professores não “*cortam isso*”, como relatou uma das mães, e esse deixar as coisas acontecerem pode prosseguir até o ensino superior.

As dúvidas, os medos são fatores que condicionam muitas transmulheres ao confinamento, ao isolamento familiar e social, ressaltando-se que o preconceito por parte dos homens tende a ser mais forte, em razão de seu machismo decorrente do padrão cultural heteronormativo no qual vivem.

Para três das transmulheres entrevistadas é importante que família e transmulher enfrentem juntas as barreiras do processo de transexualização, deixando o preconceito do lado de fora da casa, do meio familiar. Essas pessoas têm consciência do quanto a sociedade brasileira precisa evoluir no que diz respeito aos encaminhamentos necessários à pessoa em processo de transexualização. Para uma delas, a sociedade brasileira é constituída pela

diversidade, mas carece de uma construção cultural de respeito a essa diversidade. Lembramos aqui que diversidade está relacionada à variedade, pluralidade, diferença. Em outras palavras, diz respeito a tudo o que apresenta múltiplos aspectos e se diferencia entre si: diversidade cultural, diversidade biológica, diversidade étnica, linguística, religiosa, de gênero.

A falta de consciência da sociedade reflete nas questões familiares, sendo que muitas famílias, como observamos nos depoimentos, colocam as pessoas trans em situações vexatórias ou de exclusão, em geral as mesmas vivenciadas na escola ou outros espaços, como o mercado de trabalho. O problema vai além, para o âmbito da medicina e o jurídico, quando médicos/as se recusam a fazer o tratamento de transexualização, quando negam direitos adquiridos legalmente pelas pessoas trans. Também quando juízes/as negam ou protelam decisões a favor das pessoas trans. Um dos relatos de uma mãe ressalta a necessidade do conhecimento sobre a transexualidade por parte dos/as profissionais envolvidos/as no processo transexualizador, para que não acabem comprometendo a vida da pessoa trans.

Na quarta categoria, o foco de análise foi o mercado de trabalho e a pessoa trans. O objetivo foi conhecer a realidade dessa instância da sociedade em termos de oportunidades oferecidas às transmulheres e saber sobre as situações por elas vivenciadas.

O trabalho é fundamental na vida das pessoas, seja como meio de subsistência seja como meio de realização pessoal. Entretanto, as pessoas trans têm encontrado dificuldades para acessar o mundo do trabalho, evidenciando-se nessa falta de oportunidades o preconceito, velado ou não, de uma sociedade centrada na heteronorma.

São vários os modos como se negam os direitos à pessoa trans, por exemplo, aceitando currículos, mostrando a disponibilidade de vagas, mas, quando a transmulher é chamada e que são comparados o nome social com o registrado nos documentos de identificação, as vagas desaparecem. A falta de oportunidades pode levar a transmulher para profissões com as quais não se identifica, mas que se obriga a exercer para ter condições mínimas de sobrevivência. Um dos caminhos é tornar-se garota de programa, como relatou uma das entrevistadas.

A expectativa da pessoa trans é a de não encontrar problemas em seu acesso ao mundo do trabalho, do mesmo modo como não esperam encontrar barreiras em outras instâncias da sociedade, entretanto, nem sempre a expectativa se concretiza, considerando que a maior parte da sociedade brasileira tem uma visão fundamentada no discurso heteronormativo, segundo o qual o que foge ao estabelecido nesta concepção é rejeitado. A pessoa trans não é considerada

“normal”, pois seu comportamento é incompatível com seu sexo biológico. A partir desse entendimento, é tratada com preconceito, na maioria das vezes sujeita à transfobia.

Considerando os resultados da pesquisa, a pessoa trans tem um longo caminho a percorrer na busca da concretização dos seus direitos, inclusive os de respeito e tolerância, tendo em vista o contexto no qual está inserida, ou seja, numa sociedade sexista e heteronormativa.

A escola e seus/suas profissionais têm papel fundamental na minimização dessa realidade. O/a professor/a precisa ser preparado/a desde sua formação inicial para atuar no viés da diversidade, dando relevância a esse tema, ainda muito polêmico, mas que necessita ser discutido e entendido como parte da formação do ser humano como um todo. Entretanto, as discussões sobre o tema não podem se restringir apenas ao âmbito escolar, acadêmico. Elas devem ser travadas em todos os âmbitos sociais.

Afirmamos que a educação representa um poderoso instrumento contra o preconceito. Por ser instituição formadora, a escola tem o dever moral e ético de desenvolver no/a aluno/a o respeito e a tolerância à diversidade, buscando minimizar o preconceito vivenciado pelas pessoas trans. Se faz necessário e urgente o desenvolvimento da cultura da tolerância, desse modo, a educação pode ser empregada em cursos para a comunidade em geral sobre transexualidade. Quanto mais discussões sobre o assunto em diferentes instâncias da sociedade, mais contribuições haverá para a desconstrução e construção de novos conceitos sobre a diversidade.

Ao colocarmos um ponto final nestas considerações, que se alongaram devido à diversidade de discussões que o tema enseja, situamos a importância da família na compreensão e apoio às pessoas trans. Foi essa uma das constatações que levou a pesquisadora a integrar o grupo de Mães pela Diversidade, constituído em Lages-SC no dia 06 de outubro de 2017, nas dependências da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), a convite da Coordenadora Estadual, Andréa Carvalho. Trata-se de um coletivo de acolhimento e amor aos/às jovens e suas famílias, no qual se pode conversar sobre a própria história, que é única, mas com tantos pontos em comum que, no coletivo, todos acabam falando de igual para igual. O referido grupo é independente, laico e suprapartidário, formado por mães e pais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais.

Dentre as possibilidades que o grupo apresenta, sugere-se, aqui, a criação de um grupo de apoio no WhatsApp para mães com filhos/as em processo de transexualização, principalmente na fase inicial, momento em que os desafios de entendimento e aceitação são mais complexos e de grande dimensão.

Por fim, reiteramos que nem a discussão nem o trabalho acabam nesta dissertação. Foi, até aqui, um processo desafiador, que exigiu o desnudamento de uma realidade que carece, muito, ser discutida pela escola, a universidade e toda a sociedade. O resultado trouxe às pesquisadoras crescimento profissional e humano. A partir desse estudo, a atuação na escola será realizada com novo olhar e novas atitudes, bem como ampliará o trabalho social de conscientização da sociedade sobre as questões de gênero e, principalmente, a transexualidade. A luta pela efetividade dos direitos das pessoas trans continua com a proposta de palestras, oficinas, mais estudos e orientações para famílias e pessoas trans, sendo estas as formas de contribuirmos para a diminuição do preconceito e da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. N.. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle_/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 mai. 2015.
- ÁVILA, S. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- _____; GROSSI, M. P. Transsexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora quer. 2010. 5 CONGRESSO DA ABEH – “DESEJOS, CONTROLES E IDENTIDADES”, Universidade federal do Rio Grande do Norte, natal, 25-26 nov. 2010. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2012>>. Acesso em: 28 de out. 2015.
- BARACHO, M. **Transsexualidade não é transtorno**. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/09/interna_vidaurbana,570586/transsexualidade-nao-e-transtorno-se-ha-uma-doenca-e-da-nossa-sociedade-diz-psicologa.shtml>. Acesso em: 28 out. 2015.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **O que é transsexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Revista de Estudos feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N° 2.803, DE 19 de novembro de 2013**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 2 mai. 2017.
- _____. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT**. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB. Brasília: SDH, 2008a.
- _____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: SDH, 2008b.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal: centro Gráfico, 1988.
- _____. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de agosto de 2006; 185o da Independência e 118o da República.
- _____. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 2**. Brasília: SDH, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 1**. Brasília: SDH, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação Sexual, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2017.

_____. Presidência da República. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: casa Civil, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. 2009a.

BRASIL. **Projeto de Lei 6583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto das. Famílias e dá outras providências.

_____. **Resolução n. 108 de 5 de maio de 2015**. Uso do nome social pelas pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/conselho-superior/resolucoes/25623-resolucao-n-108-de-5-de-maio-de-2015-uso-do-nome-social-pelas-pessoas-trans-travestis-e-transexuais-usuarias-dos-servicos>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT**. Brasília: SDH, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – ver. e atual. – Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: set. 2017.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH, 2009b.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Presidência da República. Brasília: SGPR, 2016. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Diagnosticando o gênero. Tradução de André Rios. In: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 95-126, 2003.

_____. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. In: **Feminismos contemporâneos. Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 2016.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDIN, V. S. G.; BENVENUTO, F. M. Do *bullying* ao transexual no seio familiar como violência velada: uma afronta à dignidade da pessoa humana. In: **Publicadireito.com**, artigos, 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=90b8e8eca9075690>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

- CAZARRÉ, M. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais.** Agência Brasil [online], Direitos Humanos, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- CFM - Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n. 1.652/2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.482/97. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.
- COELHO, F. U. **Curso de direito civil: parte geral**, v.1. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias.** 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- FERRARI, K, S. M. **A importância da família.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FLICK, U.; von KARDORFF, E; STEINKE, I. (Orgs.). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução.]. In: FLICK, U; von KARDORFF, E; STEINKE, I, (Orgs.). **Qualitative Forschung: Ein Handbuch** [Pesquisa qualitativa - um manual]. Reinbek: Rowohlt, 2000. p. 13-9.
- _____. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, C. Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Dossiê: famílias em movimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, jul./dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002>. Acesso em: 30 mai. 2017.
- FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2017. 144p. 2017.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1991.
- GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. (Coord.). **Direito civil esquematizado**, v. 1. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GRAUPE, M. E. **Gênero e magistério: discursos e práticas sociais.** Brasília: Usina de Letras, 2009.
- GROSSI, M. **Identidade de Gênero e Sexualidade.** Coleção Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2003.
- HEILBORN, M. L. **Dois é par – gênero e identidade sexual em contexto igualitário**, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 217p.
- HIPÓLITO, J. **Lesbofobia não é igual a homofobia!** 2017. Disponível em: <<http://revistavirus.com.br/lesbofobia-nao-e-igual-a-homofobia>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Ed. do Autor, 2012. 24p. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 28 mai. 2017.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. UNESCO, 2009. Disponível em: <<https://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/o-reconhecimento-da-diversidade-sexual-por-uma-melhor-educacao-para-todos-nuh-ufmg-rogerio-junqueira1.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2008.

LISBOA, T. K. Violência e relações de gênero: definindo políticas públicas. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2, São Luís, MA, 23 a 26 de agosto, São Luiz, 2005. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Teresa%20Kleba%20Lisboa319.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

LOHANNE, L. **Homosbotransfobia**. Connection, 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://transconnection.wordpress.com/2014/08/28/homolesbotransfobia>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.

_____. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Autêntica, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 7-34.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MAYRING, P. Einführung in die qualitative Sozialforschung. [Introdução à pesquisa social qualitativa]. 5. ed. Weinheim: Beltz, 2007.

MELLO, L. et al. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, mai./ago. 2012, p.4. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Promoção dos direitos de pessoas LGBT no mundo do trabalho. Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia. Brasília: OIT/UNAIDS/PNUD, 2014. 80p.

OIT. **Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho**. 2014. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/promocao-dos-direitos-humanos-de-pessoas-lgbt-no-mundo-do-trabalho-construindo-igualdade-de->>. Acesso em: 8 mar. 2017.

- OLIVEIRA, F. **Transexualidade ou "Transexualismo"?** A construção da cidadania trans. 2014. Flavio Tartuce. Jusbrasil [online]. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/144342466/transexualidade-ou-transexualismo>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar:** família, filhos e desafios [online]. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2009. 236p. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017.
- PETERSEN, A. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: STREY, Marlene (Org.). **Gênero por escrito:** saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EdiPucrs, 1999. 178p.
- SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC Nº 048,** de 05 de julho de 2016. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+CEE/SC+n%C2%BA+048,&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&dcr=0&ei=JkYfWra6GOKCjw_TjxZ7QDQ>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- SANTANA, V. C. et al. Novos arranjos familiares: uma breve análise. **EFDeportes.com, Revista Digital.** Buenos Aires, a. 17, n. 177, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- SANTIAGO, M.; FEITOSA, L. C. Família e Gênero: um estudo antropológico. *Mimesis*, Bauru, v. 32, n. 1, p. 29-41, 2011.
- SCHULMAN, S. **Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento.** Revista Bagoas, 2010.
- SEGATTO, C. Nasce uma mulher. In: **Revista Época** online, n. 236, 25 nov. 2002. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT4415671664-2,00.html>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- SILVA, J. **Gênero e sexualidade no ambiente escolar:** concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTII. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em educação. Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL. Tubarão, 2015.
- SIMÕES, J.; FACHINNI, R. Paradoxos da Identidade, In: SIMÕES, Júlio; FACCHINNI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT, 2009. Disponível em: <http://www.comfor.unifesp.br/wpcontent/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semna3_Mod3_GDE.pdf>. Acesso em 27 nov. 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, 2003.
- TENENTE, L. **Silicone atrapalha a amamentação?** 2016. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Familia/Saude-e-Beleza-dos-pais/noticia/2014/09/colocar-silicone-ou-fazer-reducao-de-mama-pode-atrapalhar-amamentacao.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ANEXO 1 - CASOS DE TRANSEXUAIS FAMOSOS NO BRASIL

Nascer com determinado sexo e não se identificar com ele é o drama de muitas pessoas. Dentre essas muitas são famosas. Apresenta-se a seguir algumas histórias de forma bem sintética de transexuais que enfrentaram e ainda enfrentam o preconceito e superaram barreiras na mídia. Cada uma das pessoas abaixo, para assumir sua identidade de gênero passou e passa por conflitos e resistências da sociedade, assim como muitas outras pessoas trans. Destacou-se 16 desses nomes famosos, elencados a seguir.

1. Roberta Close

Roberta Close é pessoa trans e assim como outras pessoas famosas ou não também enfrentou e enfrenta desafios e preconceito. Nascida Luiz Roberto Gambine Moreira, Roberta só teve seu nome e gênero legal alterados legalmente no ano de 2005. Roberta sofreu muito preconceito. Sua cirurgia de redesignação sexual aconteceu em 1989, na Inglaterra. Ela buscou a legalidade em 1992, mas foi negada em 1997. Tendo que passar por especialistas psicológicos e médicos para comprovar que ela possuía aspectos hormonais femininos. Em 1990 ela gerou polêmica ao posar nua para Playboy, mostrando seu corpo feminino. Quinze anos depois de sua primeira tentativa legal, em março de 2005 ela conseguiu o direito de mudar seu nome de Luís Roberto Gambine Moreira para Roberta Gambine Moreira. (L'ORANGE, 2016).

2. Luc Tas

Luc Tas é Filho de Marcelo Tas, apresentador do CQC e ator de longa data. Luc nasceu Luiza e só começou a se aceitar aos 22 anos. Assumindo ser bissexual aos 15 anos, hoje Luc está casado com um homem e é um homem transexual gay. Luc defende abertamente sua sexualidade e afirma em revistas e jornais que sexualidade e questão de gênero são coisas distintas. (L'ORANGE, 2016).

3. Laerte Coutinho

Laerte Coutinho A cartunista ao assumir sua transexualidade e sua bissexualidade promoveu a reflexão de muita gente e de suas verdades. Muita gente ficou confusa. (L'ORANGE, 2016).

4. Lea T

Embora ela não esteja no Brasil, o mundo a conhece como a Modelo Transexual Brasileira, evidenciando que não é a identidade de gênero que impede o sucesso profissional dos sujeitos trans. (L'ORANGE, 2016).

5. Thammy Miranda

Recentemente a mídia explorou amplamente o caso do processo de transexualidade da filha da cantora Gretchen. Essa exposição foi alvo de muitos comentários, seja de apoio ou maldosos (preconceito). Esses fatos evidenciam a existência na sociedade, tanto do discurso heteronormativo quanto os de uma visão mais aberta sobre as questões de gênero. Obviamente, o discurso performativo se sobressai. Thammy Cristina Brito de Miranda Silva nasceu menina. No ano de 2006 assumiu ser homossexual e recentemente, 2014, declara ser transexual masculino. Em 2014, Thammy começou seu processo de transição com a retirada das mamas.

Existe muita polêmica envolvendo a vida de Tammy Miranda. E talvez seja por isso que é importante darmos destaque a ele. Tammy tem, finalmente, vivido a sua vida como um homem transexual. A história de Tammy denuncia quanto os desejos de uma pessoa trans podem lhe ser tolhidos durante os anos. É importante ver como Tammy desenvolverá sua vida a partir de agora, já que tem representatividade na mídia que tão poucos homens trans têm (L'ORANGE, 2016, p.3).

6. Rogéria

Rogéria é considerar a história das pessoas trans no Brasil. Esta pessoa trans venceu o concurso de fantasias de carnaval em 1964 – ano em que se inicia a ditadura militar no Brasil.

Rogéria é uma artista incrível, uma Divina Diva do teatro, e uma força da natureza! (L'ORANGE, 2016).

7. Leonardo Peçanha

Leonardo Peçanha é negro e trans homem. Atuante em diversas frentes de militância como o Trans Revolução, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades e o Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras. Destaca-se pela sua oralidade e capacidade de fala sobre vários assuntos e ideias. (L'ORANGE, 2016).

8. Gilmara Cunha

Primeira transexual a receber a Medalha Tiradentes – maior prêmio de honra dado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – por sua atuação no grupo Conexão G. O grupo atua com a população LGBT no complexo da Maré, que sofre muitas e diversas violências (L'ORANGE, 2016).

9. Maria Clara Araújo

Ativista transexual, bela, negra, nordestina e dona de uma bela história. Ficou nacionalmente conhecida por sua aprovação no vestibular para pedagogia na UFPE, um espaço onde transexual negro não havia antes ocupado. Tornou-se a garota-propaganda da Lola Cosméticos, mostrando para a sociedade seu poder (L'ORANGE, 2016).

10. Indianara Siqueira

Do Rio de Janeiro, Indianara é trans mulher, ativista, desafia as leis de gênero, uma pessoa que faz história. É uma das cabeças responsáveis pelo PreparaNem – Coletivo que auxilia travestis e transexuais a se prepararem para o ENEM.

11. Viviany Beleboni

Esta pessoa foi em defesa da população LGBT, quando se expõe em público sob forma de protesto. Viviany ficou conhecida ao representar a transfobia assassina no Brasil em cima de um carro, crucificada. Sua atitude incomodou a sociedade heteronormativa que respondeu com agressões físicas (L'ORANGE, 2016).

12. Amanda Palha

Além de Maria Clara Araújo e Ana Flor Fernandes na Pedagogia, Amanda Palha foi aprovada em 1º lugar para o curso de Serviço Social pelo SISU. O que mostra que a utilização do Nome Social no ENEM se tornou um direito fundamental para a inserção de travestis e transexuais nas universidades. Mas Amanda é mais que uma colocação numa prova, Amanda é ativista e sabe como é sofrida a vida de moradores de rua de uma cidade grande como São Paulo, com quem teve experiência de trabalho. (L'ORANGE, 2016).

13. João Nery

João Nery é um destaque nas causas trans. Seu nome está no projeto de lei de identidade de gênero que tramita a muito tempo na Câmara dos Deputados. Sua história pode ser encontrada em sua biografia denominada “viagem solitária, memórias de um transexual”. Nessa biografia conta o que significa estar a frente da revolução (L'ORANGE, 2016).

14. Candy Mel

Vocalista da Banda Uó, Candy foi a primeira transexual a protagonizar uma campanha de prevenção do câncer de mama, em publicidade da Avon. Isso representa tanta coisa, que nos falta palavras. (L'ORANGE, 2016).

15. Luisa Marilac

Marilac ficou conhecida por seu vídeo viral da piscina. Todo mundo lembra-se disso. O que talvez as pessoas não saibam é como Marilac tem lutado, desde que voltou ao Brasil, por melhores condições para travestis e transexuais e denunciando abusos nas redes sociais. Luisa Marilac é muito mais que um Meme. (L'ORANGE, 2016).

16. Luana Muniz

Luana é a denominada “madame Satã” contemporânea. Muito mais do que “a travesti que não é bagunça e tirou foto com um padre”, Luana é compreendida como patrimônio cultural e humano, por não admitir injustiça. Faz trabalhos incríveis pela região da Lapa com moradores de Rua, com as travestis e com as prostitutas. (L'ORANGE, 2016, p. 3-5).

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO TCLE



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigado(a) pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____ residente e domiciliado (_____), portador da Carteira de Identidade, RG (_____), nascido(a) em ____/____/____, concordo de livre e espontânea vontade da pesquisa **PESSOAS TRANS E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: DESAFIOS E INQUIETAÇÕES DURANTE O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO.**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O estudo objetiva conhecer quais são os desafios que a pessoa trans enfrenta na relação familiar durante o processo de transexualização.
2. A pesquisa é importante de ser realizada porque no Brasil há um alto índice de violência contra as pessoas trans. Considerando as estatísticas brasileiras dos últimos seis anos, o Brasil aparece como um dos países que mais mata travestis e transexuais no mundo. Portanto, é essencial mais estudos e aprofundamento sobre a questão da Transexualidade.
3. Participarão da pesquisa 04 pessoas trans mulheres e 02 membros da família de cada uma, totalizando 12 entrevistados.



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

4. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será de caráter qualitativo, tendo como base a pesquisa de campo e as entrevistas serão realizadas de acordo com a técnica de entrevista focalizada de acordo com o autor Flick.
5. Objetivando responder o critério de inclusão podemos indicar que primeiramente será feito um mapeamento para localizar e convidar quatro mulheres trans nos três estados do sul. Participarão da pesquisa pessoas que se identificam como mulheres transexuais e que é importante enfatizar que tanto a pessoa trans como a sua família deverão aceitar o convite para participar da pesquisa, caso apenas um destes aceite, não faremos a entrevista, pois consideramos como essencial a entrevista com pessoas trans e com sua família para respondermos a problemática da pesquisa.
6. Serão excluídas as mulheres transexuais que não aceitarão participar da entrevista e/ou que suas famílias não aceitaram.
7. Sobre o risco, há risco de que a entrevistada se sinta emocionalmente abatida em função de que esta temática é delicada e essa pessoa provavelmente já passou por várias situações de discriminação. Se houver risco o procedimento a ser tomado será perguntar o(a) entrevistado(a) se está se sentindo bem e gostaria de continuar ou encerrar a entrevista, caso se sinta incomodo(a) com situação, será encaminhado(a) ao setor de psicologia da Uniplac. **De acordo com a resolução 466/2012** “toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimiza-los e a proteção oferecida pelo sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual coletivo”.
8. Como benefício da realização da pesquisa podemos citar a importância de reconhecermos a pessoas trans como uma pessoa humana com direitos sócias e políticos; Também, produzir conhecimento sobre a importância do apoio e da participação da família no processo de transexualização. Criar um grupo de discussão sobre transexualidade especialmente para famílias trans. Como colaboração, buscar elaboração de projetos e palestras voltadas a identidade de gênero e a valorização de pessoas trans na sociedade e mercado de trabalho.



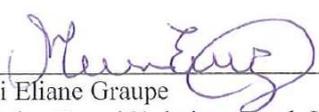
UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

9. Se, no transcurso da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar a professora Mareli Eliane Graupe, responsável pela pesquisa no telefone (49-8400-1522), ou no endereço: AV D. Pedro II, n. 451, bairro Coral, Lages – SC.
10. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem estar físico, nem interferirá no meu tratamento médico.
11. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e, em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados e das pessoas entrevistadas não serão mencionados.
12. Caso desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa com a professora responsável.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar (ou que meu dependente legal participe) desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Lages, 29 de junho de 2016

Entrevistado(a)


Responsável pelo projeto: Mareli Eliane Graupe
Endereço para contato: AV D. Pedro II, n. 451, bairro Coral, Lages – SC.
Telefone para contato: (49) 8400-1522
E-mail: mareligraupe@hotmail.com



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

CEP UNIPAC
Endereço: Av. Castelo Branco, 170 – Bloco I - Sala 1226.
Bairro Universitário
Cep: 88.509-900, Lages-SC
(49) 3251-1086
Email: cep@uniplaclages.edu.br e ccpuniplac@gmail.com

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA PESSOA TRANS

- 1- Quando você se identificou como pessoa trans?
- 2- Como foi a aceitação na família?
- 3- Como a família reagiu sobre o processo de transição?
- 4- Você já sofreu preconceito?
- 5- Quais as dificuldades que você encontrou na aquisição de hormônios, se implantou silicone quais as dificuldades e como foi o processo de recuperação?
- 6- Como você está sendo ou foi tratada em locais como: consultórios e órgãos públicos?
- 7- Já realizou ou pretende fazer a alteração do prenome? Se já, como ocorreu o processo?
- 8- Quais são as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia?
- 9- Como foi e está sendo o processo de transição para você?
- 10- Com relação aos direitos, a pessoa trans precisa de leis direcionadas para sua segurança e saúde?
- 11- Como seria a sua visão de sociedade sem preconceitos?
- 12- Como, na sua opinião, deveria ocorrer os procedimentos médicos e legais para pessoas trans que desejam ter um tratamento hormonal ou realizar a cirurgia de redesignação sexual?
- 13- Pretende realizar a cirurgia? Se já realizou como foi o processo?
- 14- Com relação ao trabalho, quais são as oportunidades e as situações já passadas?

Roteiro de questões para membros da família:

- 1- O que você pensa sobre as pessoas trans?
- 2- Como ficou sabendo que sua filha era trans?
- 3- Como a família reagiu a transição?
- 4- Sua filha sofreu preconceito? (Citar exemplos)
- 5- Quais as dificuldades que sua filha encontrou para aquisição de hormônios e se possui implantes mamários como adquiriu?
- 6- A respeito da troca de nome, sua filha fez a alteração, pretende fazer?